OS PRESIDENTES

19º Presidente do Brasil
1961

TRÊS

Edições ISTOÉ

Jânio Quadros

Hélio Silva

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

S58p
v.1,4,
19-20

Silva, Hélio, 1904-
Os Presidentes / Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro. – São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983-

1. Brasil – História – República, 1889-
2. Brasil – Presidentes I. Carneiro, Maria Cecília Ribas. II. Título.

83-0267

CDD-923.181
-981.05

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Presidentes: Biografia 923.181
2. República: Brasil: História 981.05

OS PRESIDENTES

Hélio Silva
Maria Cecília Ribas Carneiro

Jânio Quadros

1961
A Renúncia

OS PRESIDENTES

ISBN da obra 85-7368-739-8
ISBN deste volume 85-7368-758-4

Editores: DOMINGO ALZUGARAY / CATIA ALZUGARAY

Coordenação Editorial: ARMANDO GONÇALVES

Arte: SANDRO BEZERRA DE CAMARGO

Capa:
Lay-out: PAULO ROBERTO ALOE
Ilustração: BRASÍLIO

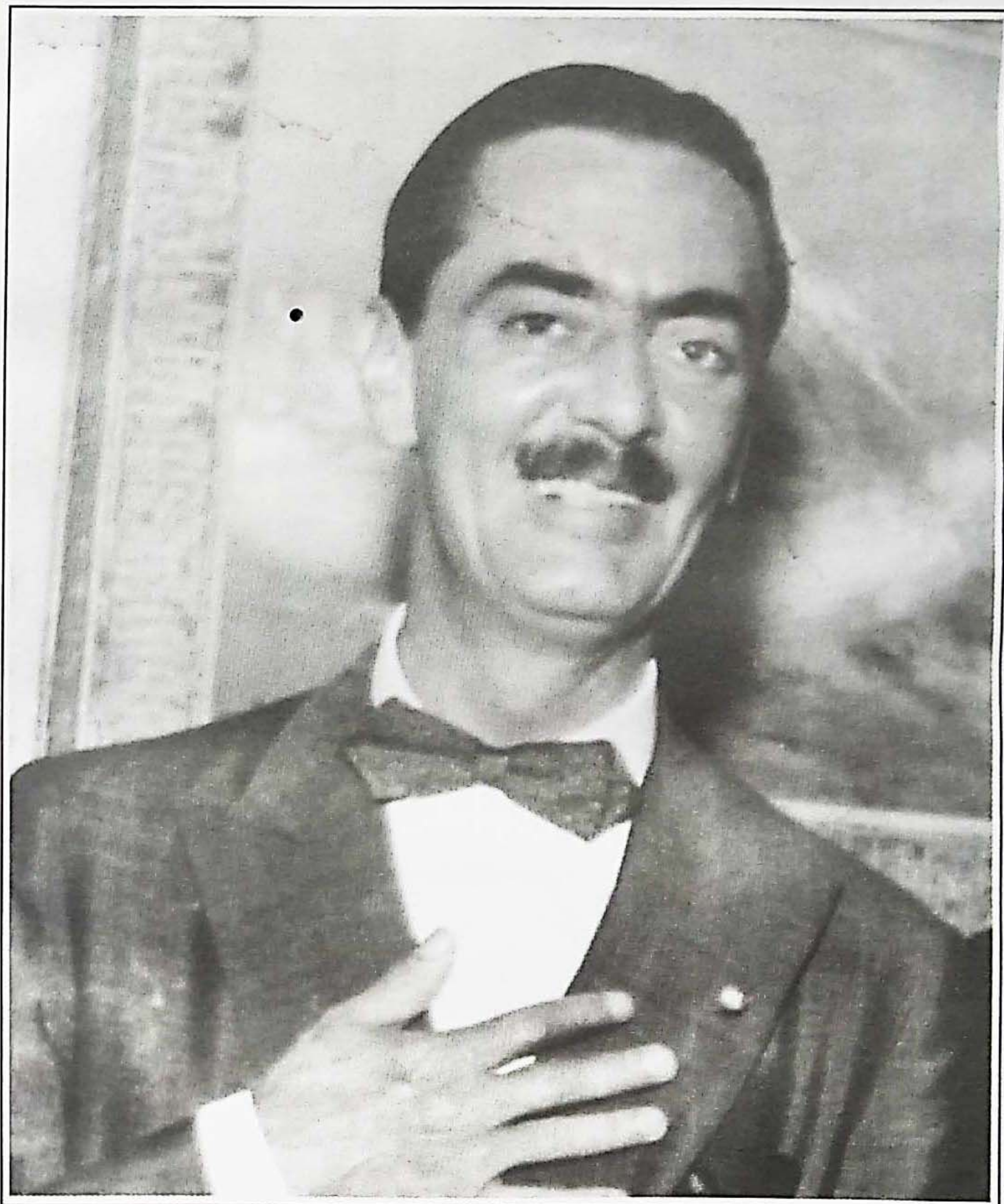
OS PRESIDENTES é uma publicação da Editora Brasil 21 Ltda.
Redação e Administração: Rua William Speers, 1.000 – conj. 120
CEP 05067-900 – Fones: (11) 3618-4257/58
Fax: (11) 3618-4425 – **Comercialização:** Três Comércio de Publicações Ltda.
Rua William Speers, 1.000 – salas 4 e 111 – São Paulo – SP – Brasil

2004

Distribuição exclusiva em bancas para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Fone: (21) 3879-7766
Fax: (21) 2577-6363 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Distribuição em Portugal:
VASP Distribuidora de Publicações
Rua da Tascoa, 16 – Ed. Bela
4.º Piso - Fone: (21) 439-8505 - Queluz – Portugal

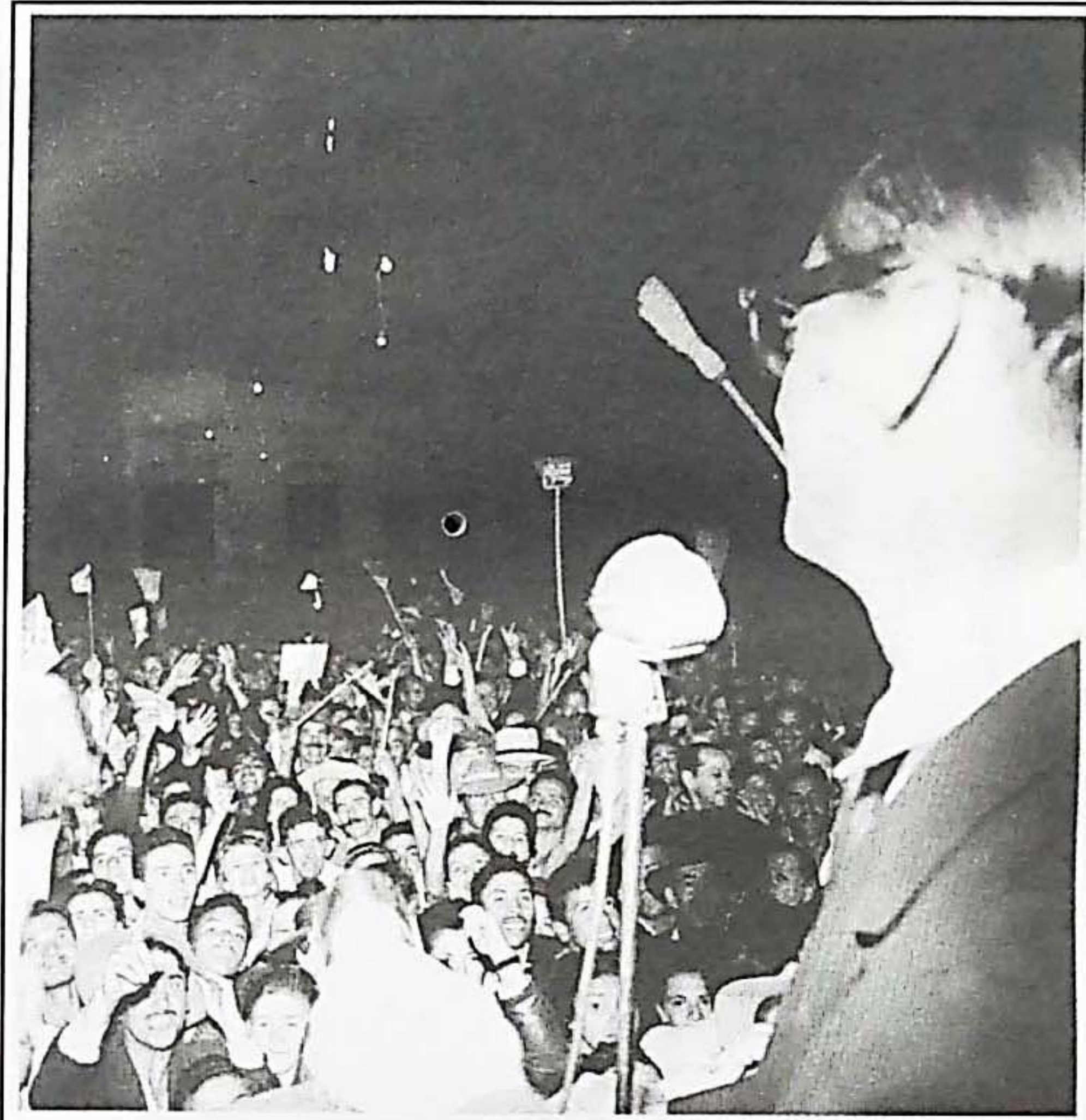
Impressão:
EDITORA TRÊS LTDA.
Rodovia Anhangüera, km 32,5 – CEP 07750-000
Cajamar – SP – Brasil

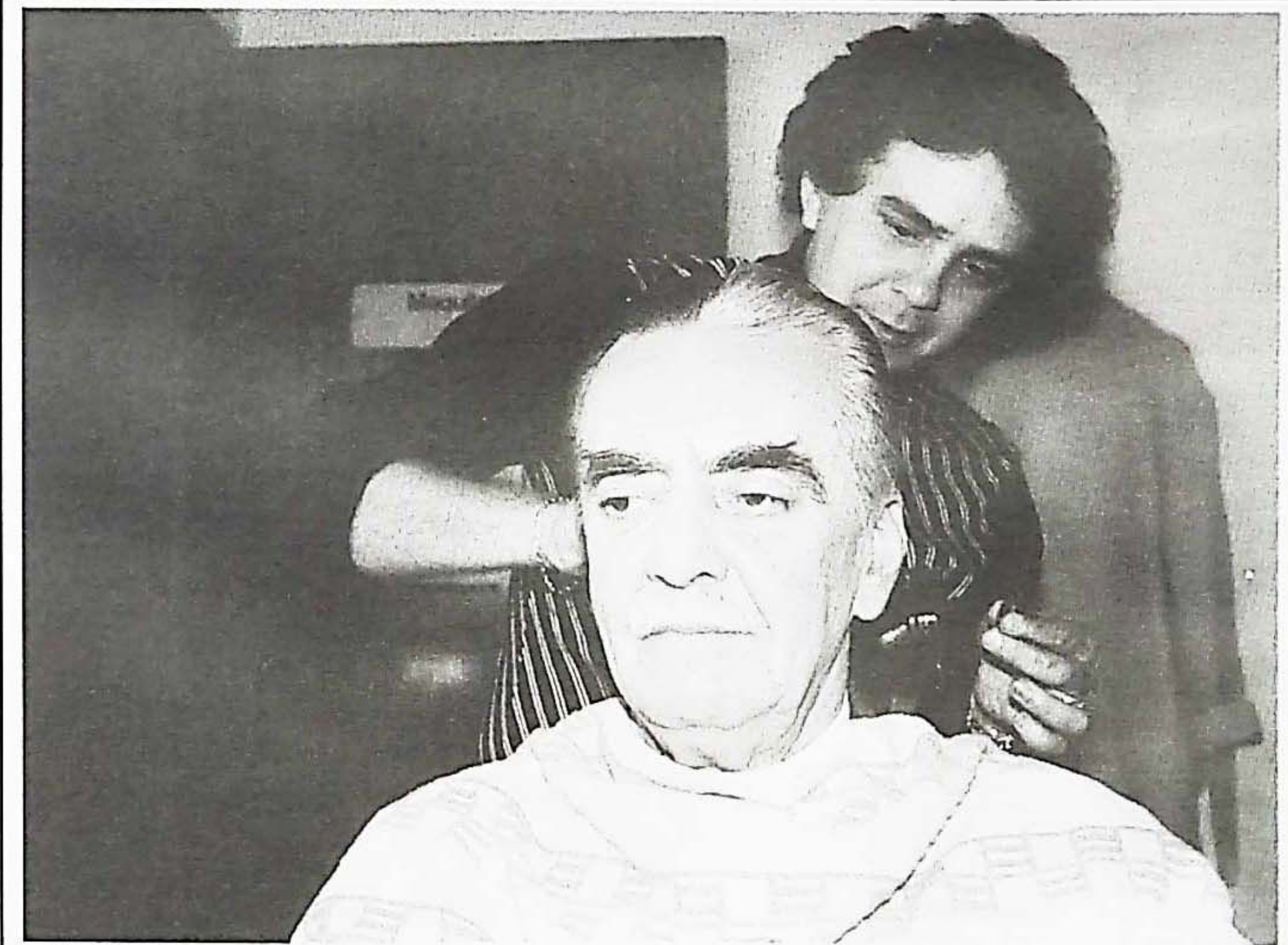
Iconografia Histórica

Prensa Três

Jânio da Silva Quadros, matogrossense de Campo Grande, político de carreira metórica, quase toda ela feita em São Paulo. Vereador (1947), deputado estadual (1950), prefeito (1953), governador do Estado (1954) e deputado federal pelo Paraná (1955). Candidatou-se à Presidência da República nas eleições de 1960, obtendo esmagadora vitória. Assumiu o governo em 31 de janeiro de 1961. Indispôs-se com os partidos que o apoiaram e com o Congresso em geral. Renunciou à Presidência em 25 de agosto de 1961.

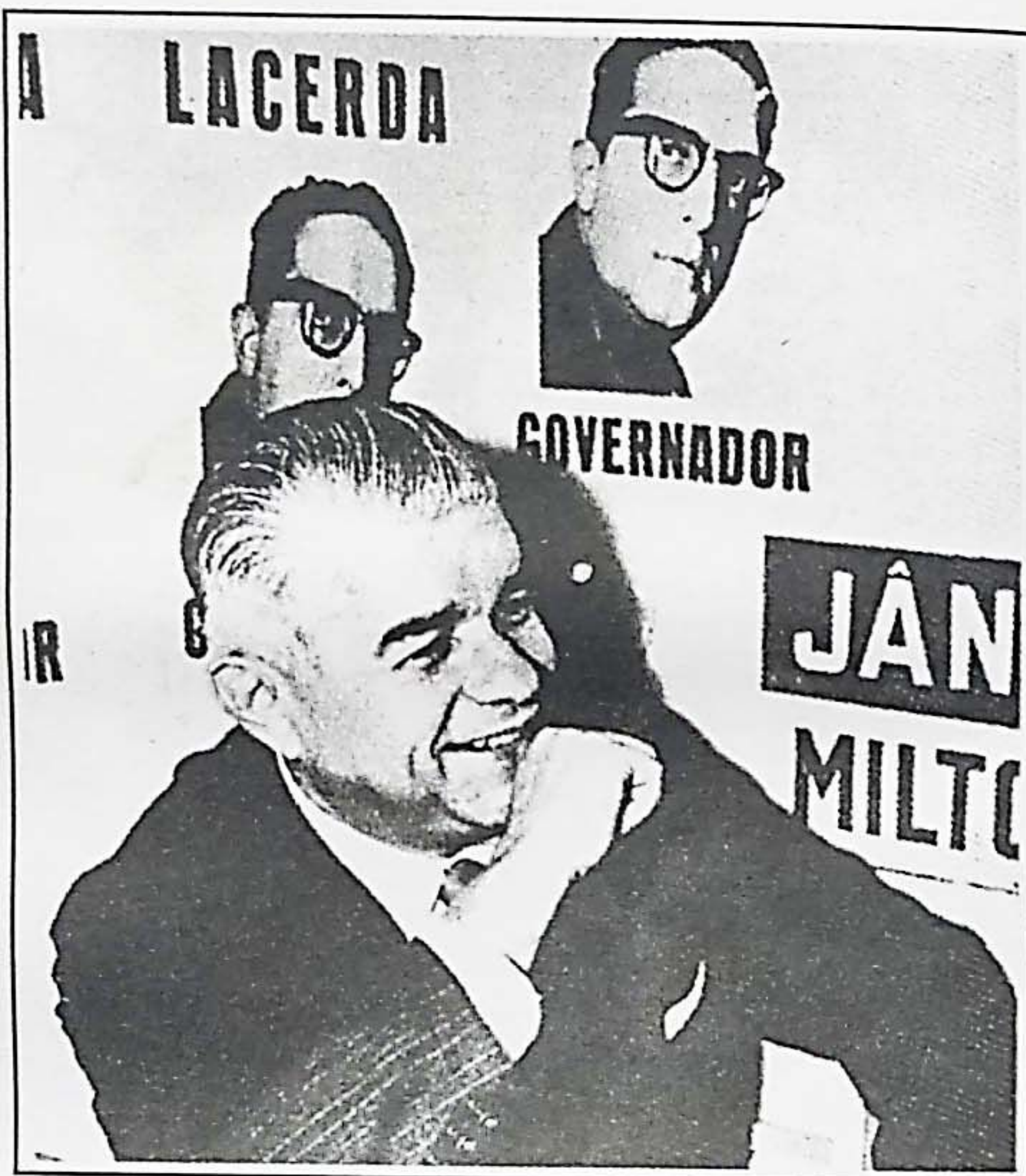
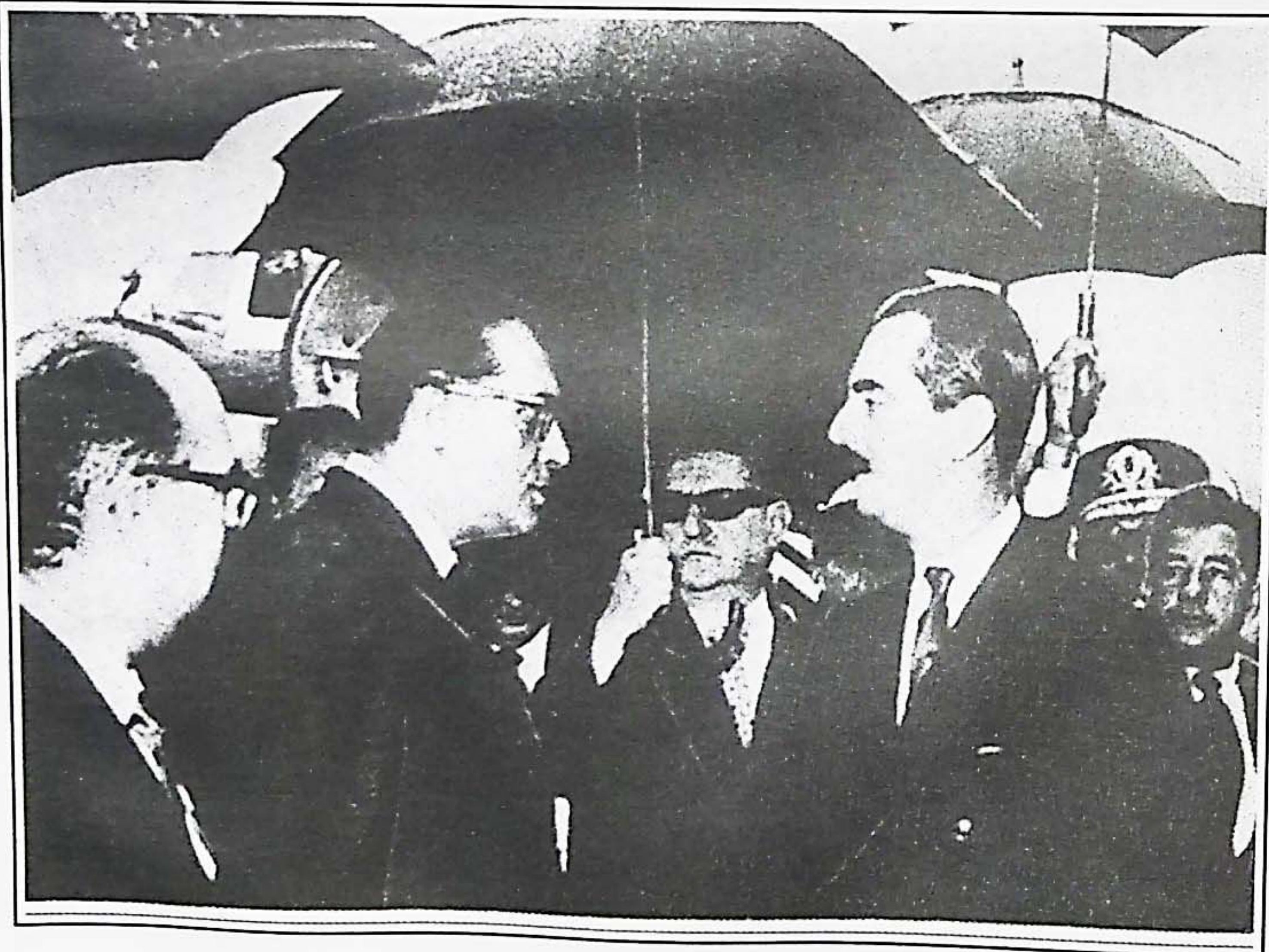
Prensa Três

Jânio Quadros, individualista e ferrenho defensor da moralização administrativa, pautou sempre a sua vida pública pela probidade e independência. Populista, angariou a simpatia do povo pela forma simples que se apresentava nos comícios e campanhas. A Vila Maria, bairro paulistano, foi o seu reduto político, nunca esquecido por ele.

Prensa Três

O povo comparecia em massa aos seus comícios. O entusiasmo dominava a todos.

Um trato necessário na aparência antes de se apresentar na TV Bandeirantes para uma entrevista.

Prensa Três

Aliomar de Andrade Baleeiro, político de grande importância e fundador da União Democrática Nacional (UDN) baiana em 1945, um dos partidos que apoiaram Jânio Quadros nas eleições de 1960.

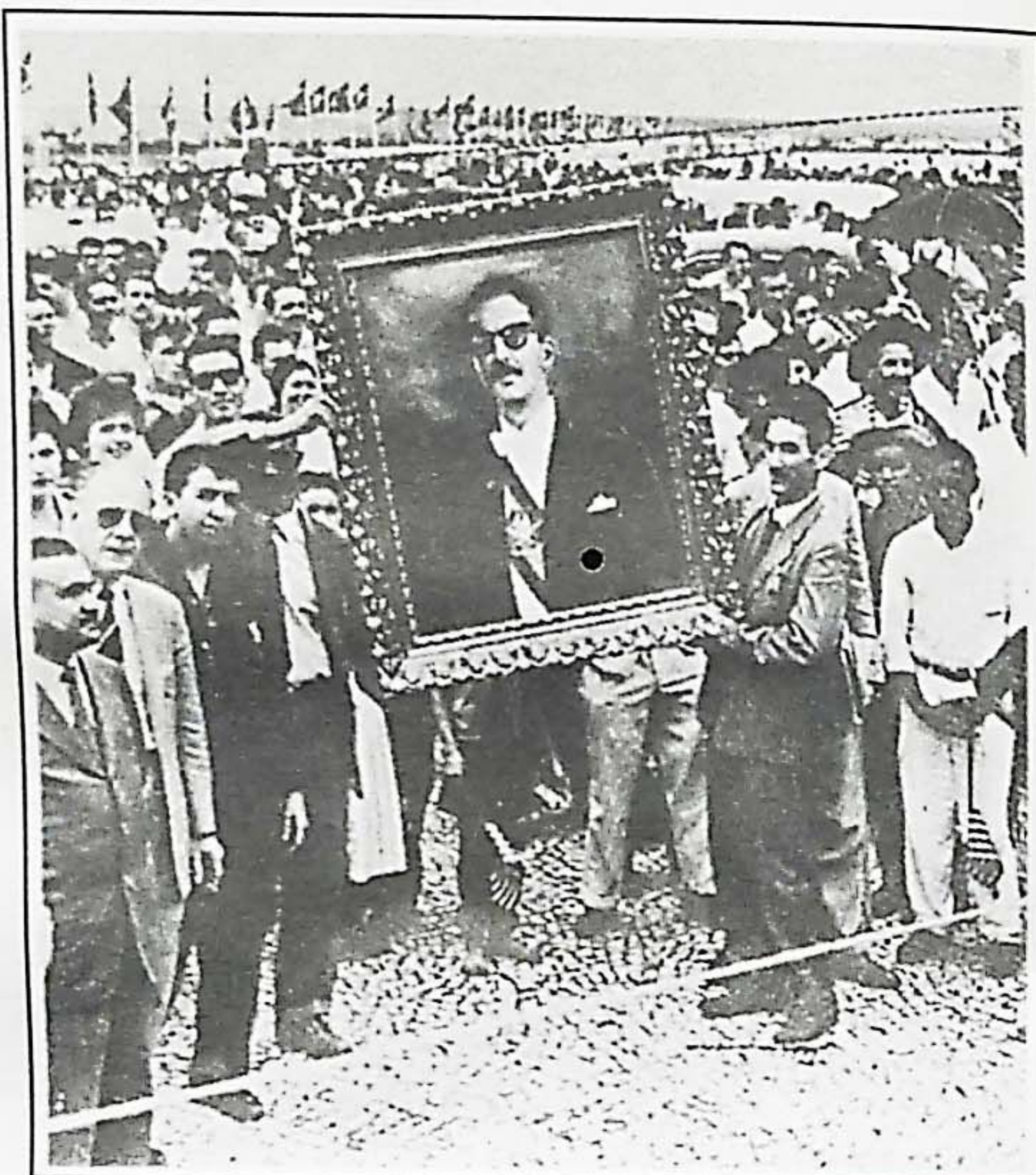
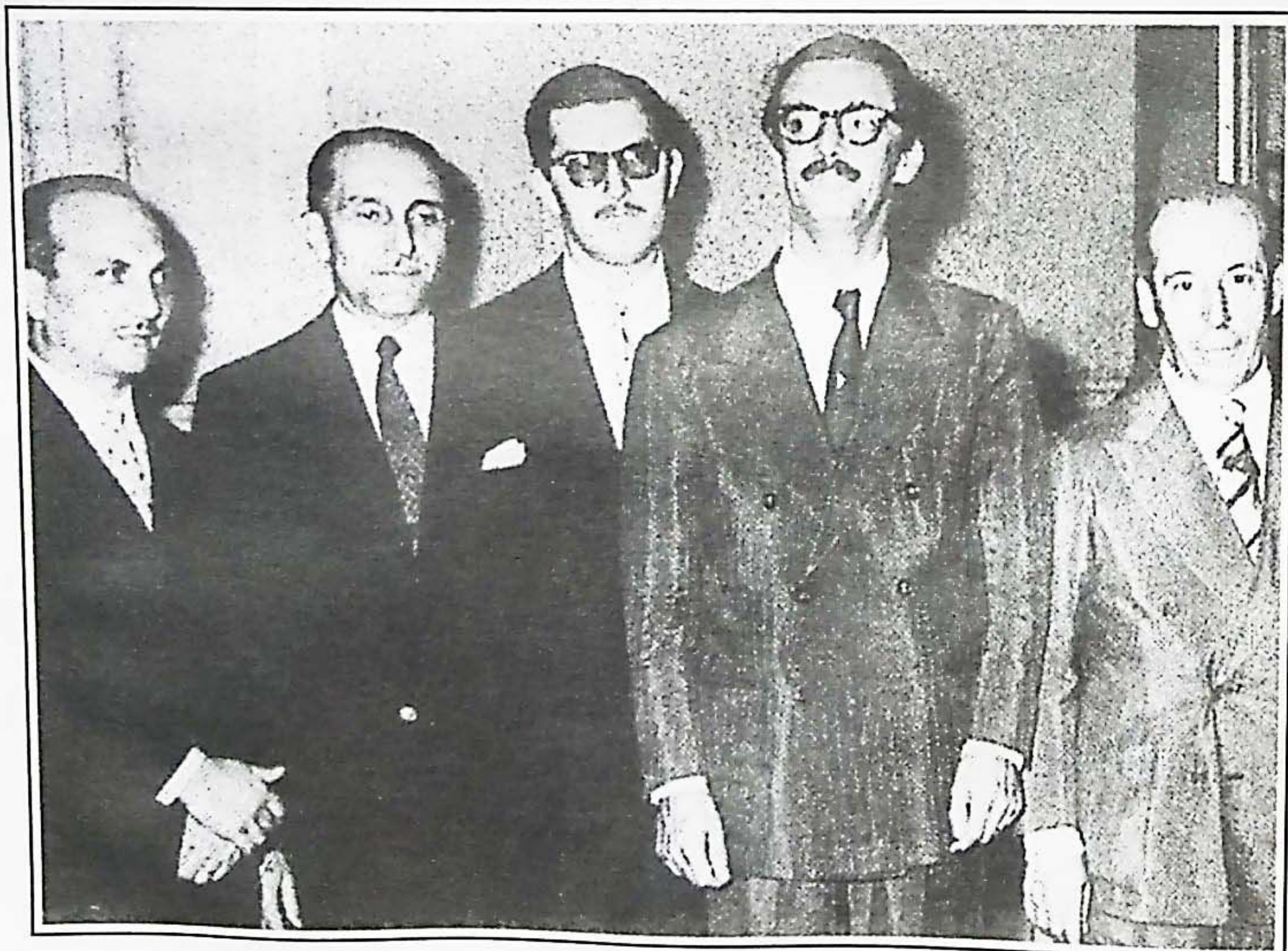
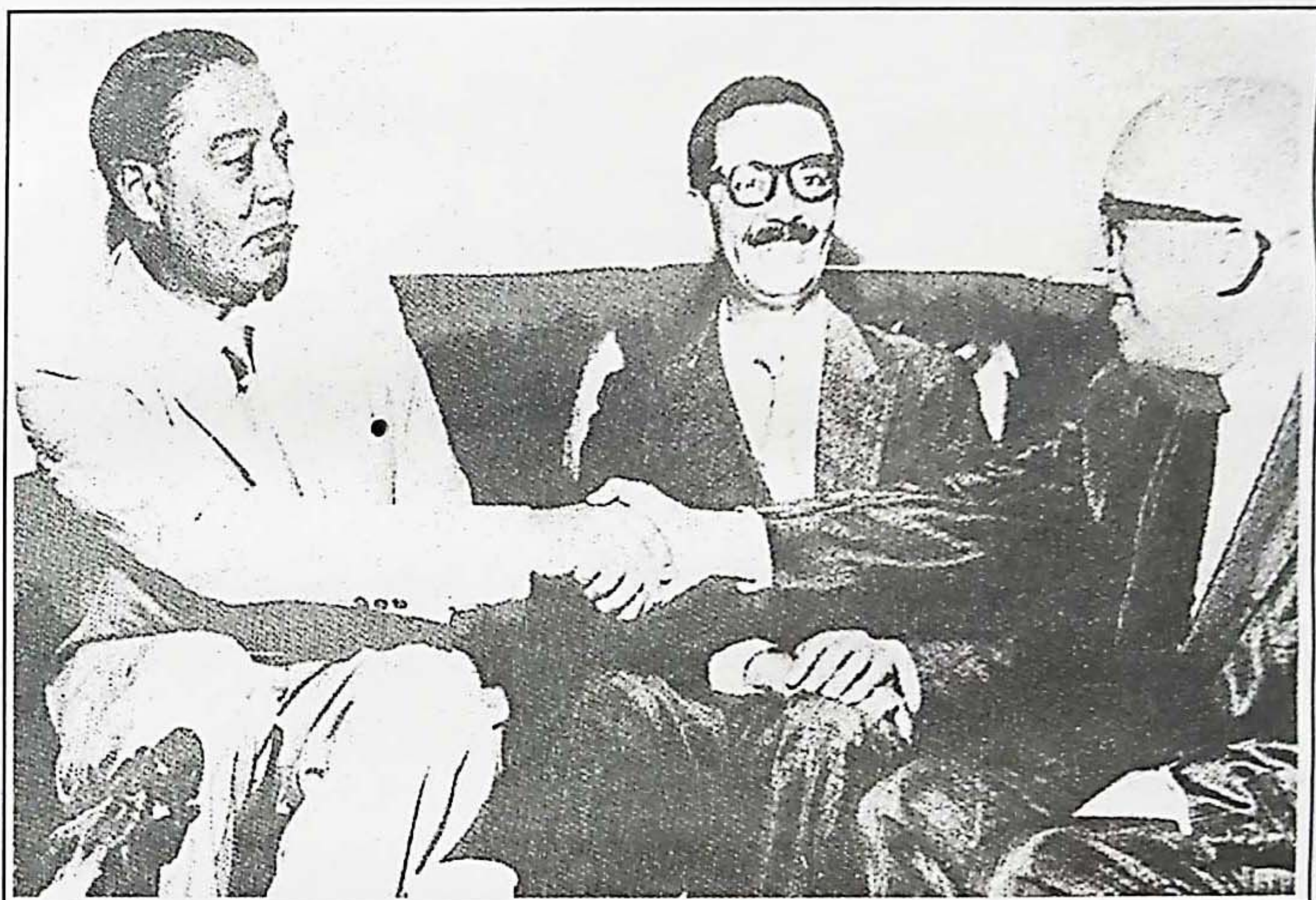
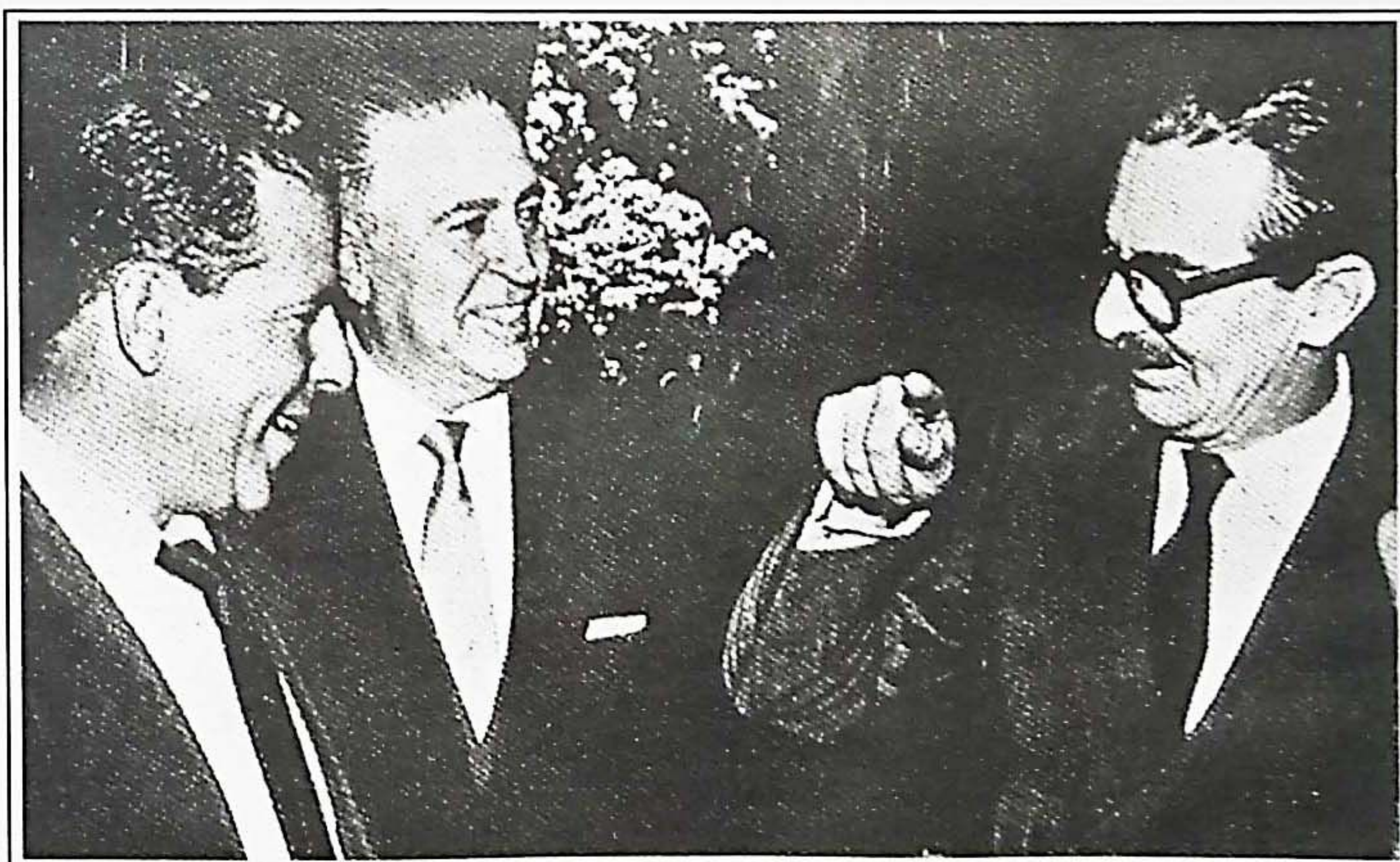
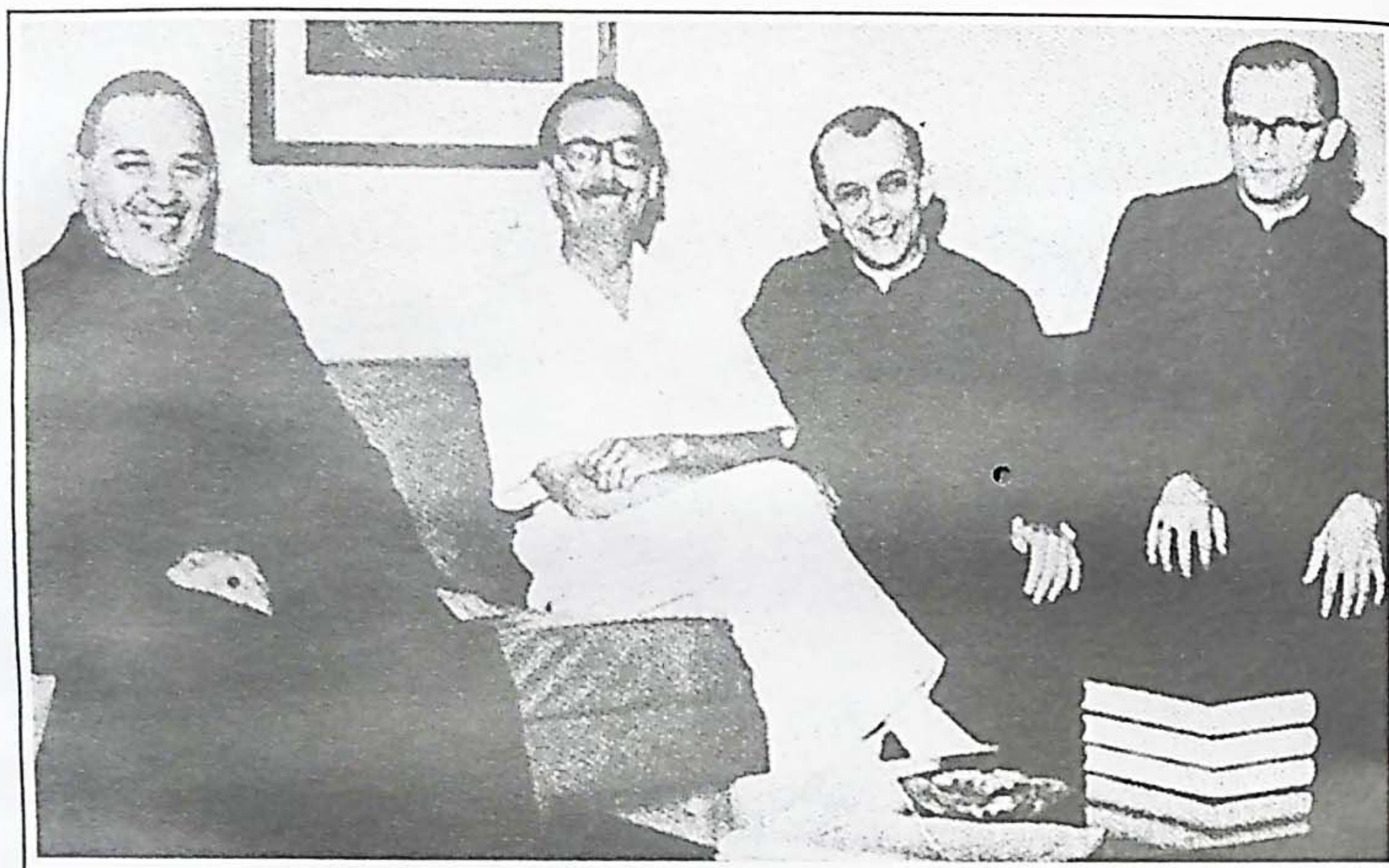
Carlos Lacerda e Jânio. A UDN queria fazer o presidente da República em 1960. Diante da grande popularidade de Jânio (PDC), essa possibilidade esvaía-se e, então, Carlos Lacerda, em jogada espetacular, levou o seu partido a apoiar Jânio Quadros.

Arquivo Agência Globo

Arquivo Agência Globo

Arquivo O Cruzeiro

No dia 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros recebeu das mãos de Juscelino Kubitschek de Oliveira a faixa presidencial. Era a primeira transmissão do cargo presidencial feita em Brasília. Na foto, à esquerda, João Goulart, vice-presidente, Jânio e Juscelino Kubitschek.

No dia da posse de Jânio houve manifestações populares em todo o Brasil. O entusiasmo e a esperança em um Brasil melhor, escoimado da miséria, animava o povo.

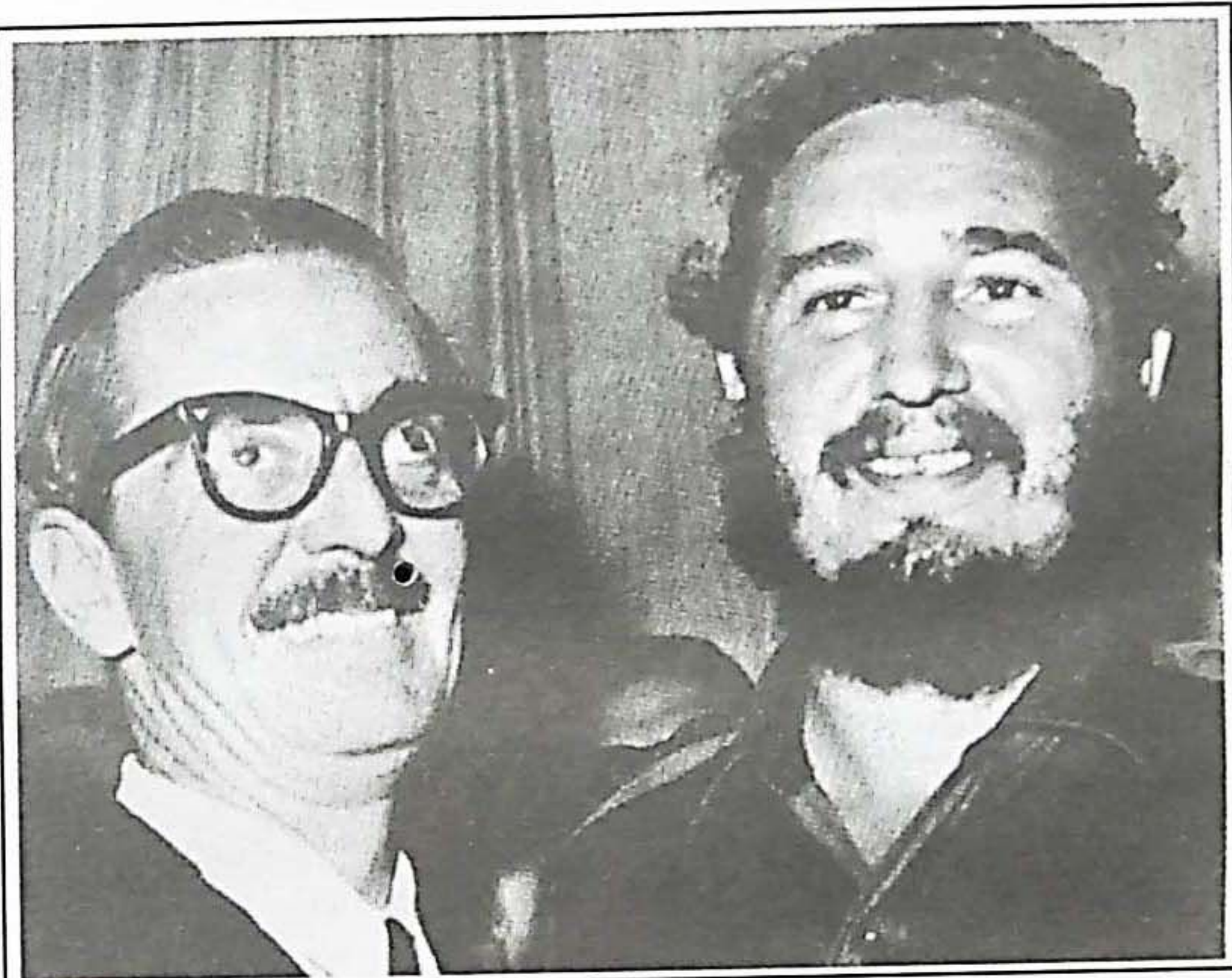
Arquivo Agência Globo

Jânio teve na sua eleição a presidente o apoio de nomes da mais alta expressão na política brasileira, como José Maria Alkmin, à direita de Jânio, e Carvalho Pinto, o segundo à esquerda.

Prensa Três

Dois outros grandes nomes da política que apoiaram Jânio Quadros: à esquerda, Pedroso Horta, e à direita de Jânio, o mineiro Magalhães Pinto.

O vice-presidente João Goulart e Celso Ramos Branco em animado bate-papo com o presidente Jânio.

Arquivo Agência Globo

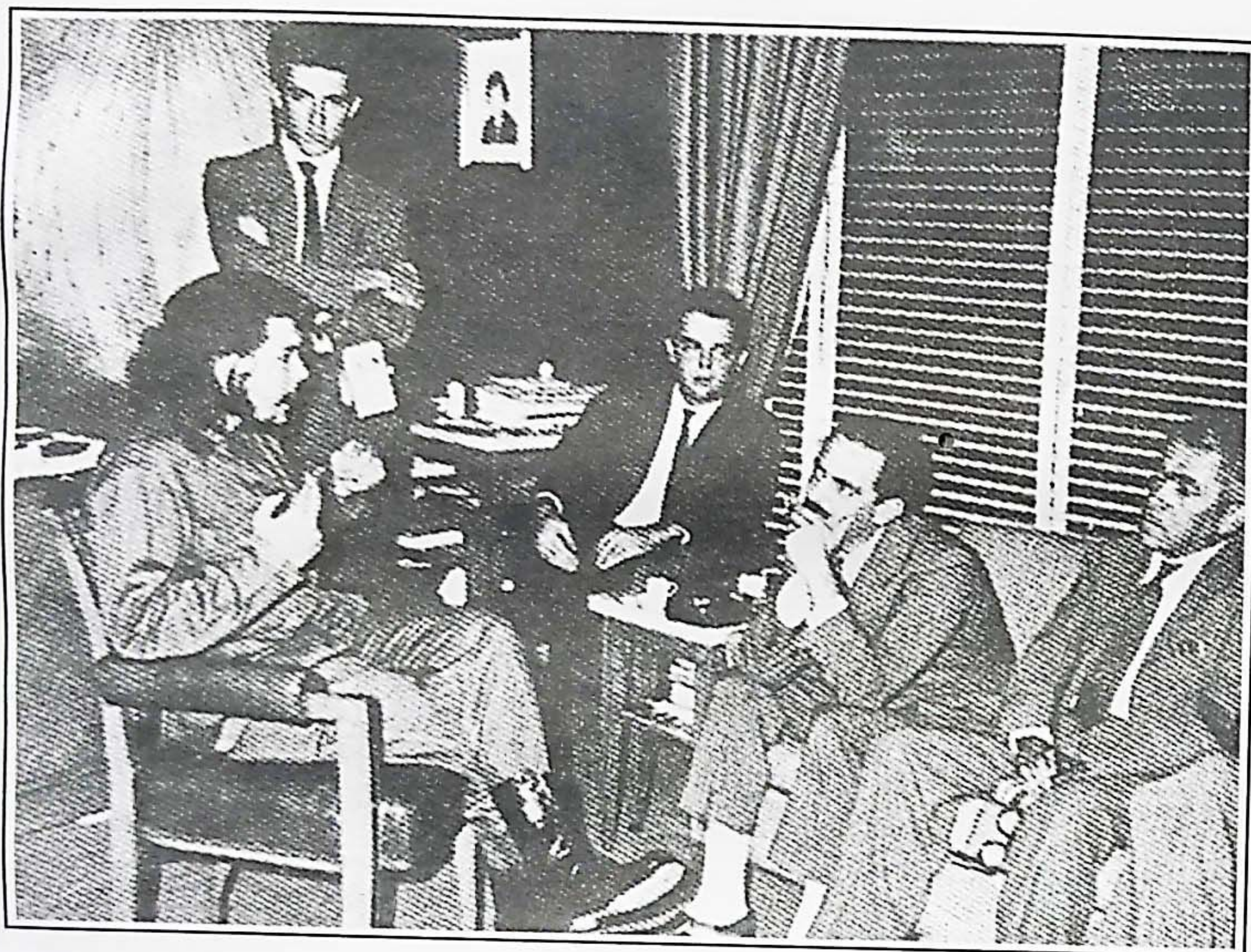
Jânio recebe as visitas dos bispos d. Távora, d. Hélder Câmara e d. Eugênio Sales. Eles foram ao palácio para desejar ao presidente uma administração produtiva.

Prensa Três

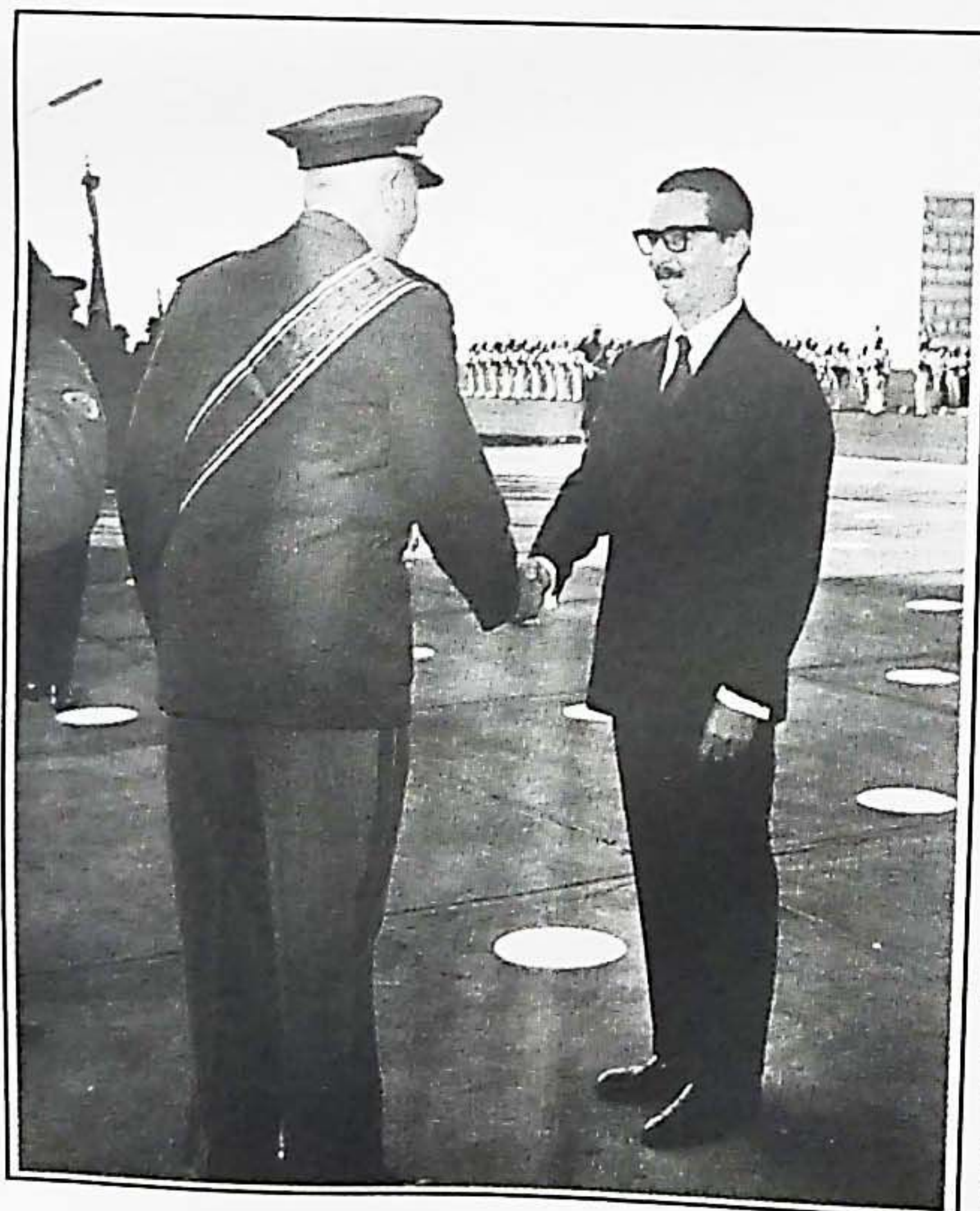
Foto feita quando da posse do presidente Jânio. Ari Franco entre Jânio e o vice João Goulart. Atrás de João Goulart aparece o repórter Murilo Antunes Alves.

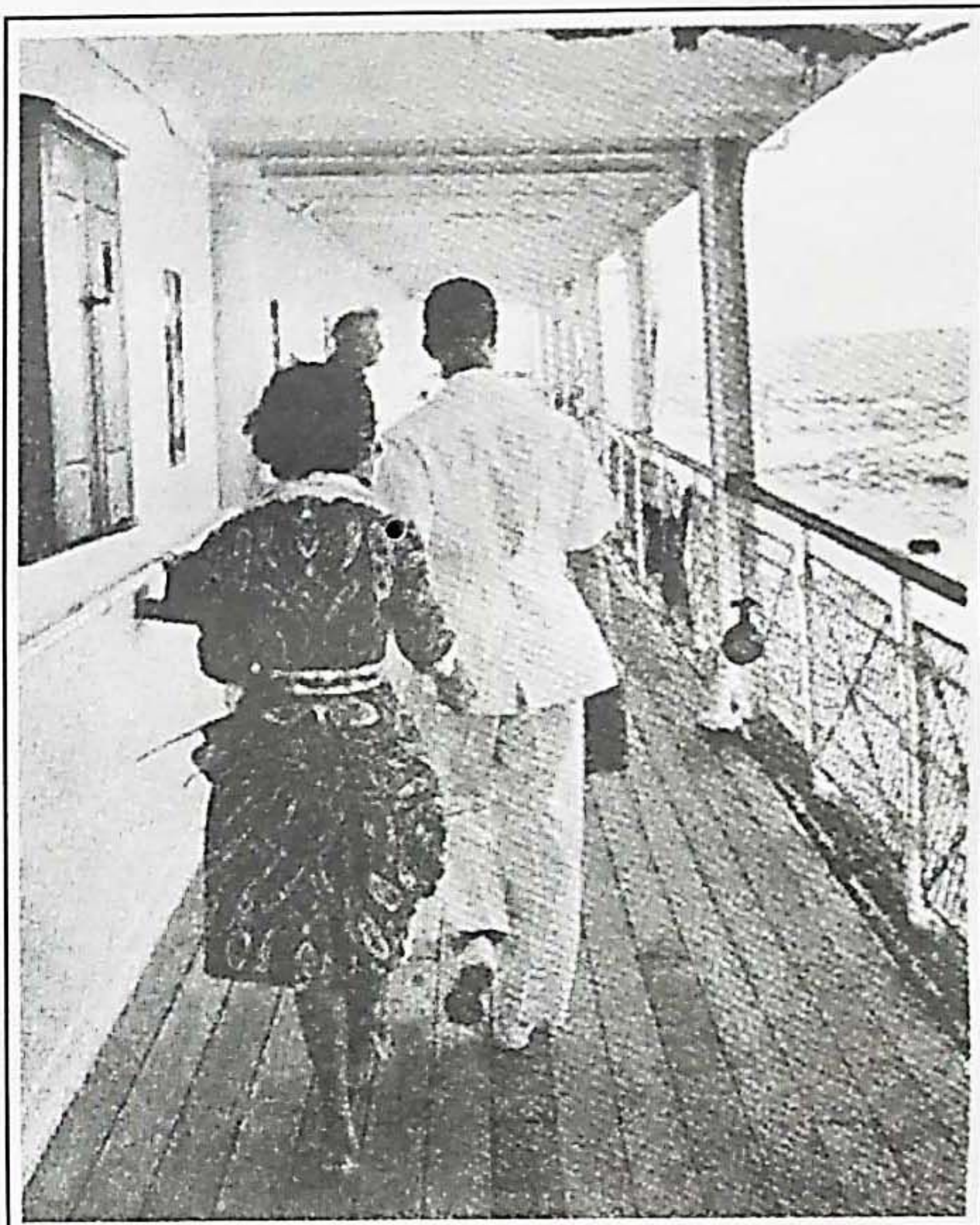
Prensa Três

Fiel ao pensamento de que seu governo deveria manter relações comerciais e diplomáticas com todos os Estados do mundo, o presidente Jânio recebia o presidente de Cuba, Fidel Castro. Esse ato gerou protestos por parte de políticos e de alguns órgãos da imprensa.

Prensa Três

Ernesto (Che) Guevara foi condecorado por Jânio Quadros com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul. A repercussão que essa atitude causou foi a pior possível não só no seio do povo como na classe política.

Arquivo Hélio Silva

Ernesto Guevara, Márcio Moreira Alves, Jânio Quadros e Samuel Wainer. A presença de Guevara no Brasil intrigava governantes latinos e provocava mal-estar entre os brasileiros.

Arquivo Agência Globo

O presidente Jânio Quadros cumprimenta o marechal Odílio Denys, ministro da Guerra do seu governo.

Arquivo Hélio Silva

Após a renúncia, Jânio Quadros seguiu, de navio, para a Europa em companhia de sua esposa, dona Eloá.

Os ministros militares do governo Jânio: Almirante Sílvio Heck, ministro da Marinha, marechal Odílio Denys, ministro da Guerra, e o brigadeiro Gabriel Grunn Moss, ministro da Aeronáutica.

Arquivo Agência Globo

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ao Congresso Nacional:

Nesta data, e por êste instrumento, deixando com o Ministro da Justiça, as razões de meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República.

Brasília, 25-8-61.

Arquivo Hélio Silva

Fac-símile da carta-renúncia de Jânio.

Prensa Três

Jânio Quadros nasceu em 1917 e morreu no dia 16 de fevereiro de 1992. Ao seu velório compareceram as mais expressivas personagens das vidas política, econômica e cultural de nossa terra. Sua morte foi sentida pelo povo.

INTRODUÇÃO

O "fenômeno Jânio Quadros"... Os que conhecem o ex-presidente Jânio Quadros de data recente ou mesmo depois de 64, cassado, confinado, altivo e corajoso, protestando contra o cerceamento da liberdade e os desrespeitos aos direitos da pessoa humana; os que assistiram à sua reaparição política, nos prolegômenos da campanha eleitoral; nas mudanças de legenda; nos debates da televisão; nos comícios, a que acorriam cem mil pessoas; na eleição travada a 15 de novembro; na retirada inesperada, senão prevista, para os Estados Unidos; não compreendem a carreira vertiginosa daquele que foi conhecido como o "fenômeno Jânio Quadros". Muito menos entende a sua renúncia.

Os homens, mesmo aqueles de personalidade forte e marcante, como Jânio Quadros, são frutos das circunstâncias. Elas atuam neles e através deles embora pareça, a observador superficial, que são os homens que fazem os acontecimentos. Por isso, o mesmo homem, o mesmo temperamento, o mesmo caráter, a mesma personalidade tem atuação diferente em ocasiões diferentes.

A singularidade da atuação de Jânio Quadros é que esse moço, pobre, inteligente, esforçado, que foi professor de português e ainda pode ensinar português a muita gente acreditou e acredita no voto, em momentos, em épocas em que muita gente, políticos, não acreditam no voto. Servem-se dele e não servem a ele. Rondam as portas dos quartéis e atiçam os militares a completar, à ponta de baioneta, os cálculos errados dos seus lápis civis.

Desde sua primeira opção, como político, é um inconformado. Com o rumo que tomam as coisas, não se filia a nenhuma clientela eleitoral dos partidos dominantes. Procura uma legenda: a do Partido Democrata Cristão, que era uma mensagem nova, infelizmente não cumprida. Assim, se elege, com uma votação pouca expressiva, vereador, em São Paulo. O pequeno núcleo de Vila Maria avoluma-se. O moço, modestamente vestido, nem sempre penteado, magro, aparentemente mal alimentado, a ponto de comer bananas nos intervalos dos comícios, que se repetiam, e atraem auditórios cada vez mais numerosos e interessados. Prefeito da Capital, deputado estadual, governador do Estado, tornou-se uma força política. Tem São Paulo por si. Não o São Paulo das grandes legendas, dos nomes prestigiosos da política, mas São Paulo-povo, povão que o considera seu igual, que o ouve e compreende e sabe que ele, reciprocamente, ouve e compreende seu povo. Organiza um bom secretariado, no qual se destaca a figura de um professor austero que põe austeridade nas finanças do Estado, Carvalho Pinto. Chegou, outra vez, a vez e a voz de São Paulo nos conciliábulos políticos. Em um encontro fugaz com Getúlio Vargas, o velho e experimentado conhecedor de homens nota o político paulista como alguém que pesará nos destinos do País. A sucessão presidencial, que se decide entre Juscelino e Juarez, tem um episódio escrito no Palácio dos Campos Elísios. Mas não será na sucessão do presidente mineiro que o seu nome soa e ressoa até se tornar um clamor nacional.

Um político hábil, *doublê* de escritor primoroso, Castilho Cabral apreende e prende, num movimento de opinião crescente, o movimento pró-Jânio Quadros. É dele a denominação justa para a nova figura, o nome que não se apagará da nossa história política. "O fenômeno Jânio Quadros."

Outro político, também escritor, lúcido e preciente, Carlos Lacerda sabe avaliar a profundidade e a extensão do movimento de opinião pública que Jânio Quadros identifica e simboliza. A revolução pelo voto.

O povo cansou-se dos políticos profissionais ou os que fazem a profissão da política. Também não acredita na eficácia dos golpes militares que, periodicamente, golpeiam a República. Jânio é a vassoura que varrerá o lixo onde fermenta a corrupção, apodrecem as finanças, viceja o conluio, a negociata, o entreguismo.

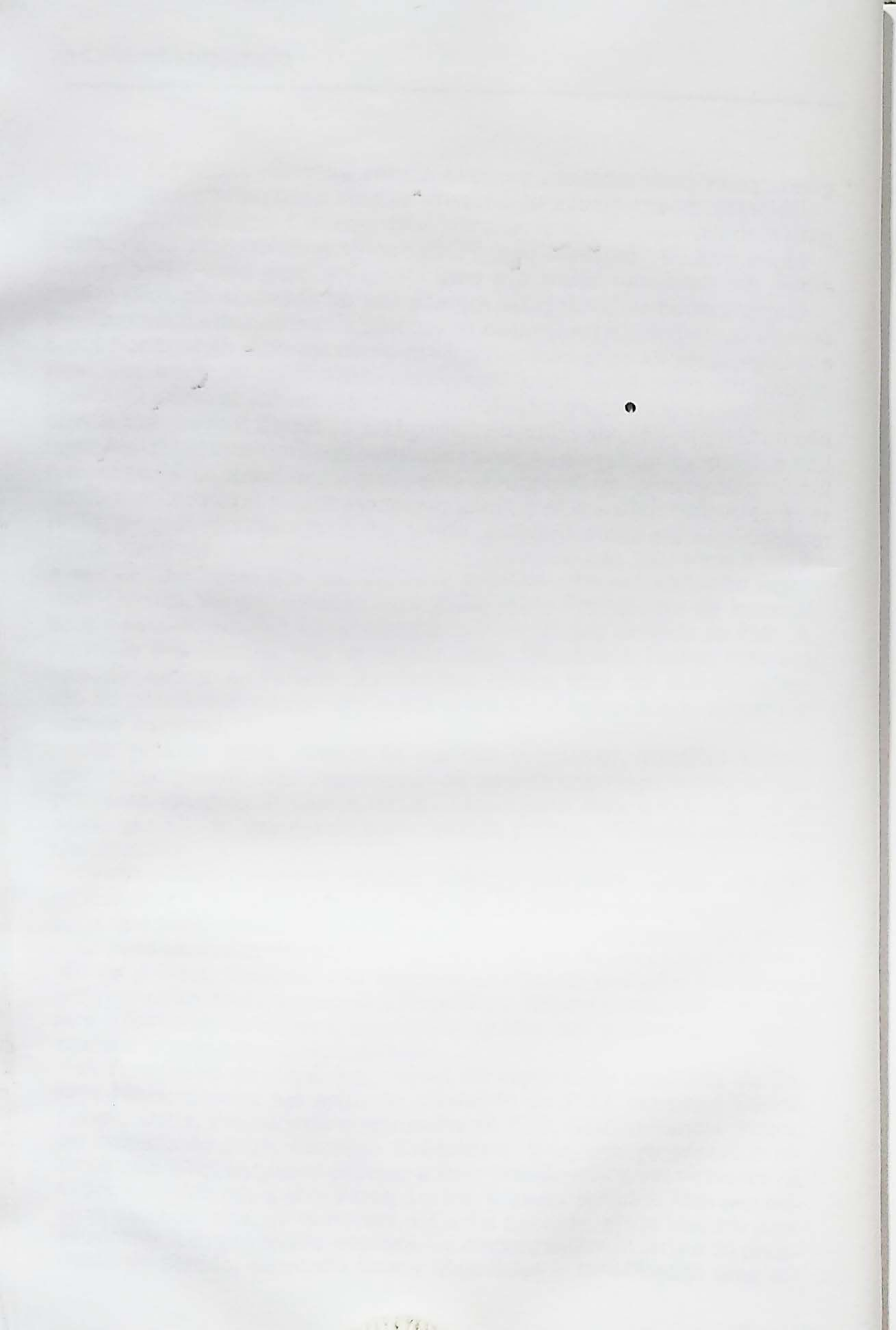
A Presidência da República, depois da experiência totalitária do Estado Novo, estivera nas mãos do candidato do PSD, marechal Eurico Gaspar Dutra. Passou para o presidente do PTB, Getúlio Vargas. Voltou ao indicado do PSD, Juscelino Kubitschek. Este, que preparava o retorno para 1965, imaginou entregar a faixa presidencial a um elemento da UDN, completando a alternância dos três grandes partidos. Mas esse critério não convinha, no momento, a Carlos Lacerda, ainda imaturo para presidente. Um presidente udenista – e o nome indicado seria o do presidente do partido, deputado Juracy Magalhães – inviabilizaria uma se-

gunda presidência udenista, no caso Carlos Lacerda.

Daí a jogada espetacular de Lacerda levando o seu partido a apoiar Jânio Quadros.

Jânio, primeiro indicado pelo PDC, depois acolhido pela UDN, era, afinal, um candidato acima dos partidos.

O que esta situação singular representou de liberdade de ação e na falta de apoio político traduziu-se no desentendimento entre o Executivo e o Legislativo, na crise institucional em que o episódio da renúncia foi, apenas, um surto febril, nem causa, nem efeito.

É preciso reconstituir aquele tempo, o tempo que foi de Jânio. Que vinha de Getúlio, de Café Filho, de Carlos Luz, de Nereu Ramos, de Juscelino e se alongaria, depois da renúncia, com João Goulart até 1964. Analisado, pelo prisma privilegiado de uma perspectiva histórica, a renúncia se apresenta inevitável. Não é Jânio, personagem, que faz a renúncia. É a renúncia que usa Jânio Quadros, como seu personagem.

A PROCURA DOS NOMES

CAPÍTULO I

A presidência Juscelino Kubitschek de Oliveira terminava a 31 de janeiro de 1961. Juscelino anunciara que faria, em cinco, o programa de cinqüenta anos. Não lhe bastava, porém, a primeira presidência. Aspirava, e disso não fazia segredo, à segunda presidência. E, como a norma constitucional não permitia a reeleição, a campanha seria iniciada, no momento justo da transmissão do poder ao seu substituto, com o *Slogan-JK/65*. Por isso, Juscelino resolve intervir no processo sucessório, muito antes do término de seu mandato. Fazendo o seu sucessor, preparava o tabuleiro do xadrez político para sua nova pretensão.

Seu jogo era inteligente. Dos três grandes partidos, dois já haviam sido contemplados com a Presidência da República: o PTB, com Getúlio Vargas; o PSD, primeiro com Eurico Gaspar Dutra e, depois, com ele próprio, Juscelino. A UDN perdera três eleições, com seu patrono – o brigadeiro –, vencido por Dutra e Vargas e com Juarez Távora, derrotado por Juscelino. A frustração dessas derrotas alimentava um ressentimento que convinha desmanchar. Daí a idéia de conciliar as três poderosas correntes em um candidato udenista, capaz de assegurar, por sua tradição, a continuidade de democracia, acabando com a agitação que alimentava as conspirações dos políticos e motivava os pronunciamentos dos militares. O homem que melhor representava essa tendência era o governador da Bahia, presidente da UDN, revolucionário de tradição desde 30 e defensor da democracia em 10 de novembro de 37.

Foi um poeta, Augusto Frederico Schmidt e não um político que teve a missão de atrair Juracy Magalhães ao Rio de Janeiro, para um encon-

tro em sua casa, com o presidente da República. No sigilo de uma reunião sem testemunhas, o assunto foi examinado e acordada a conveniência de uma solução que evitasse outra luta eleitoral.

Juscelino teria que consultar os vários chefes pessedistas porque o partido majoritário não tinha uma liderança única. Em cada Estado havia um chefe poderoso, como os antigos próceres do PR estaduais da Velha República. Isto demandaria um cauteloso e hábil trabalho de meses.

Juracy Magalhães era o presidente da UDN, mas em fim de mandato. Tornava-se indispensável que o seu substituto prosseguisse na linha do mesmo entendimento.

O presidente Kubitschek conseguiu o beneplácito dos outros caciques pessedistas, igualmente preocupados com a ameaça crescente da popularidade de Jânio Quadros. Partiu para a segunda etapa, que era o entendimento com o outro grande partido com que o PSD mantinha uma aliança vitoriosa, mais de uma vez. Consultou o presidente do PTB e vice-presidente da República, João Goulart.

O PTB não via, também, com agrado o crescimento da candidatura de Jânio, que ameaçava as bases populistas. Jânio havia proposto a Juscelino tirarem a iniciativa de uma reforma eleitoral que permitisse a sua reeleição. Juscelino não achou viável ou oportuna a idéia.

A presidência da UDN teve uma boa solução. Outro político mineiro, portanto, conterrâneo de Juscelino, José de Magalhães Pinto, foi levado à suprema chefia de seu grêmio, sem maiores dificuldades. Quando foram vencidas essas etapas preliminares, surgiu um imprevisto. Apesar do sigilo observado, a manobra transpirava. Um político udenista, Carlos Lacerda, insurgiu-se contra o plano.

Lacerda vinha desenvolvendo uma atividade política marcada por sucessos retumbantes, nem sempre auspiciosos. Diretor e principal articulista da *Tribuna da Imprensa*, transformara seu jornal em um aríete temido por todos.

Lacerda capitalizara o trágico desfecho do crime da Rua Toneleros, em 24 de agosto, como uma vitória política sua. O governo Café Filho e a meteórica passagem de Carlos Luz pela Presidência da República, foram marcados pela sua atuação. Assim, a Novembrada não lhe assegurou a participação no governo, era ele um dos chefes, senão o mais importante de toda agitação política que sensibilizara a área militar no qüinqüênio Juscelino.

A solução conciliatória, mesmo com o aproveitamento de um candidato udenista, não satisfazia, obviamente, àqueles que se mantinham em oposição a Juscelino.

Foi assim que a UDN, antes coesa em torno de seu presidente, o governador da Bahia, Juracy Magalhães, apresentou a primeira cisão, começando a cindir-se de alto a baixo.

A *Tribuna da Imprensa*, no artigo de seu diretor, começou a reclamar uma aliança imediata com Jânio Quadros, sem considerar a possibilidade

de uma candidatura udenista. Estava declarada a luta entre Juracy e Lacerda. Conseqüentemente, destruída a possibilidade de uma conciliação PSD-UDN-PTB, em torno da candidatura Juracy Magalhães.

O PSD que desistira de encontrar, em uma reforma constitucional, a fórmula de reeleger Juscelino Kubitschek, concentrou-se em torno de outro mineiro, o seu ministro da Guerra, o condestável do regime, marechal Henrique Lott, cuja candidatura também já despontava.

O PTB realiza a 11ª Convenção Nacional no dia 1º de maio. Na ocasião, o senador Argemiro de Figueiredo apresenta o nome de João Goulart à sucessão presidencial. Embora aclamada pelos delegados de São Paulo e Bahia, nenhuma moção nesse sentido é enviada à Mesa. Ainda estavam preocupando-se com a formação de seu Diretório Nacional. O partido se mostrava indeciso quanto à indicação de um candidato à Presidência da República. Doutel de Andrade vai à Bahia conferenciar com Juracy Magalhães. Seu nome poderia ser acolhido pelo PTB, desde que observasse a plataforma preconizada por aquele partido. Jânio Quadros está fora de cogitações por elementos petebistas. Achavam que, no governo, não cumpriria o programa de reformas idealizado pelo PTB.

O PDC não escondia sua preferência pelo antigo correligionário, Jânio Quadros. O ex-deputado Castilho Cabral assume a presidência do *MPJQ* (Movimento Popular Pró-Jânio Quadros). Começa uma propaganda singular e contínua, que atordoa as ruas com Kombis e lambretas gritando o nome de Jânio, o dia inteiro. Formavam-se comitês de bairro, colocavam-se garrafões nas esquinas, para a coleta de contribuições populares. Vendiam-se pequenas vassouras, símbolos da campanha que começava a invadir o País inteiro: "Jânio vem aí..."

Enquanto isso, Jânio viajava pelo Japão, India, Irã, Turquia, Itália, Iugoslávia, Paris, Londres, Lisboa.

Na UDN, as opiniões se entrechocavam. Lacerda, entusiasta de Jânio Quadros, encontrava oposição no próprio Distrito Federal, cuja seção era presidida pelo deputado Mário Martins.

Em Minas Gerais, o governador Bias Fortes (PSD) declara aos jornais que "chegara a hora de São Paulo". Mas insinua o nome de Carvalho Pinto, sucessor de Jânio Quadros no governo de São Paulo. Mas Castilho Cabral ao se entrevistar com ele consegue que o governador mineiro se corrija, que sua frase não significava preferência por nomes. Ele estava fazendo apenas uma verificação sincera. Já que Minas obtivera a Presidência com Juscelino, era justo que agora coubesse a São Paulo assumir a responsabilidade do País.

Nessa altura já eram claras as divergências entre Pedro Aleixo e Magalhães Pinto, sendo este último candidato à sucessão de Bias Fortes. Ante as conversas entre Castilho Cabral e Bias e os rumores da possibilidade de ser oferecida ao governador mineiro a Vice-presidência na chapa com Jânio, Magalhães Pinto voa para o Rio, convoca às pressas o Diretório Nacional da UDN e apóia Jânio Quadros. Já era uma definição.

O crescimento do *MPJQ* (Movimento Popular Pró-Jânio Quadros) começa a chamar atenção dos partidos, futuros aliados. Castilho Cabral acha melhor esclarecer Magalhães Pinto, já então presidente da UDN, que o *MPJQ* tinha um caráter extrapartidário e que seria assim mantido a todo custo. Não pretendia o comando da campanha, mas o entrosamento com os partidos que viessem a apoiar a candidatura Jânio Quadros.

Jânio continuava a viajar e a ser informado pelos responsáveis pela sua candidatura de tudo quanto se passava no País. De cada parada enviava instruções. Em carta de 2 de julho, Castilho Cabral lhe informa:

"Os nossos adversários querem a sucessão em termos de 'nacionalismo *versus* entreguismo' não só para terem bandeira, como também para neutralizar o sentido da *vassoura*. As declarações que você fez em Istambul e Roma foram ótimas: afigura-se-me que foi um impacto nacional (você lambuzando as mãos no 'ouro negro' num poço do Recôncavo, como outro dia lembrava o C. Lacerda). Voltaria tão só à luta contra a corrupção e pelo desenvolvimento harmônico do País, enfatizado o problema Norte-Nordeste e afirmada a necessidade do progresso do agricultor como garantia de industrialização mais rápida do Brasil. Liquidar a polêmica a que nos desejam levar os adversários. 'Realizar no Brasil o que fez em São Paulo' — é na verdade o que povo deseja de você, e a razão mais profunda da imensa receptividade de sua candidatura.

Com relação ao seu regresso, divirjo inteiramente daqueles que advogam maior delonga, fundados nas possíveis complicações das próximas eleições municipais em São Paulo. Você já é candidato registrado à Presidência da República; ninguém poderá estranhar que você se recuse a intervir em casinhos municipais. Ou então poderá fazer como o C. Pinto, que declarou que só prestigiará candidatos apoiados pelos partidos que lhe sustentaram a candidatura aos Campos Elísios. Acho que você deve vir no dia 16, como anuncia. Mesmo que só para permanecer um mês, para, em seguida, iniciar uma viagem pelas Américas, concluindo naturalmente, e não especialmente, pela visita a Cuba e Nova York. Acho que já se faz sentir a utilidade da 'força de presença', para neutralizar o *élan* dos adversários.

Quanto às personagens principais da sucessão, não creio que haja alteração de monta: você e o Lott. O Adhemar, dizem, ainda é candidato e procurando acordo com o Plínio Salgado para com esse compor a chapa. Ao contrário do que muitos pensam, entendo que a candidatura Adhemar seria benéfica para você, eis que, afastada ela, os ademaristas irão indubitavelmente para o Lott, como notei no interior de São Paulo. O Adhemar, dizem, está pedindo preço muito caro ao PSD para sair da pista: Vice-presidência, 4 bilhões e outras coisinhas.

Militarmente, tenho razões muito sérias para não alimentar muitos receios. Depois eu conto."

De Paris, Jânio escreve a Castilho, a 24 de julho, sobre a Vice-presidência:

"O problema da Vice não é meu, mas dos partidos e grupos políticos que me apóiam. Pudesse eu manifestar preferência e fá-lo-ia no sentido do Juracy, a quem me liga amizade e admiração, em quem reconheço uma das mais legítimas expressões da atualidade nordestina. Certo, há outros homens de grande estatura. De qualquer forma, nada farei sem ouvir o governador baiano. Insisto em manifestar minhas preocupações no que respeite aos dois Brasis: o Norte e o Nordeste depauperados, ronando a mendicância e, o Centro-Sul, cada vez mais rico e próspero. Nação alguma sobreexiste assim; metade rica e metade pobre; metade feliz e metade infortunada; metade tranqüila e metade rebelde. Cumpre-nos fazê-la una e será uma coisa ou outra, mesmo com a nossa criminosa omissão."

A luta entre Carlos Lacerda e Juracy Magalhães, dentro da UDN, aumentava dia a dia, tornando difícil uma conciliação. Jânio estava a par disso. Castilho Cabral publica a carta de Jânio com referências elogiosas a Juracy, mas omite a preferência para evitar problemas com outros possíveis candidatos dentro da UDN. Além do mais havia a considerar Fernando Ferrari, já em plena campanha, cuja candidatura à Vice-presidência seria mais tarde oficializada pelo PDC.

Em meados de setembro, Castilho Cabral vai a Salvador conversar com Juracy. Lacerda, quando sabe da notícia, envia Raul Brunini para apresentar suas objeções àquela aproximação do chefe do *MPJQ* com o governador baiano. Constava, também, que Juracy estava aliado a Juscelino na luta pela sua indicação como candidato à presidência da Convenção da UDN.

Castilho Cabral sabia que Juracy Magalhães não iria aceitar a oferta da Vice-presidência. Seu desejo era disputar a indicação dentro de seu próprio partido. Havia também motivos de política local, baiana, que o impediam de aceitar, naquele momento, o oferecimento do *MPJQ*.

O objetivo de Castilho era conseguir uma promessa de Juracy – tendo em vista os interesses do Norte-Nordeste, o governador da Bahia, caso não saísse vitorioso na Convenção da UDN, formaria ao lado de Jânio Quadros. Mas Juracy é franco. Nada o faria desistir da disputa democrática na Convenção da UDN. Nem assumiria qualquer compromisso de atitude futura.

O *MPJQ* continua a se expandir. É completada a diretoria nacional com os vice-presidentes Napoleão Alencastro Guimarães, João Dantas, Xavier D'Araújo, Cristóvão Mendes da Silva.

No mês de agosto Jânio estava em Londres. As divergências da UDN são cada vez maiores. Por isso mandam emissários à Europa conversar com Jânio. O PL, por sua vez, antecipa-se ao PDC e à UDN e proclama seu apoio à candidatura Jânio Quadros, já registrada pelo PTN.

Dentro da UDN, Lacerda pendia para Jânio Quadros, enquanto Aluísio Alves era mais favorável a Juracy Magalhães. E são esses dois próceres udenistas que vão a Londres conferenciar com Jânio Quadros.

O encontro acaba sendo em Portugal, em fins de agosto.
Mas os dois emissários voltam com as mesmas idéias. Ainda dessa vez não há paz na UDN. Juracy Magalhães deseja disputar democraticamente com Jânio a indicação do partido.
A 21 de setembro, Jânio regressa ao Brasil, tendo uma grande recepção no Rio e outra ainda maior em Santos, onde desembarca. É só então que começa, pessoalmente, sua campanha eleitoral.

"JÂNIO VEM AÍ..."

•

CAPÍTULO II

Qual a razão do sucesso de Jânio Quadros? O antigo presidente do Movimento Popular Pró-Jânio Quadros, Castilho Cabral, pergunta por que esse moço pôde realizar, em menos de 15 anos, uma carreira política inteira, de vereador a presidente da República, que não tem paralelo na História do Brasil. Ele não alcançou o poder na crista de uma revolução armada, como Getúlio Vargas. Não provinha de família rica, não partilhava de clã, não era dono de jornal, não tinha dinheiro, não chefiava grupo econômico, não servia aos Estados Unidos, nem à Russia, não encantava pelos olhos, nem seduzia pelo trato. Quem era, então, Jânio Quadros?

O parlamentar-biógrafo alinha contradições, tentando explicá-lo, sem conseguir somar qualidades. Jânio era a contradição e sua ascensão, como sua queda, permanecerão sem explicação, se procurarmos entendê-lo como se entendem, comumente, os homens. Jânio é um homem singular, em um momento singular. São necessárias outras medidas, critérios diferentes, para aferirmos – como aparece e por que desaparece – o fenômeno Jânio Quadros, ao mesmo tempo em que se modificam, a ponto de se tornarem irreconhecíveis, as condições em que se realizou.

Tanto isto é exato, que o cidadão Jânio Quadros continua a existir: vive, respira, passeia, escreve. É um ator que saiu de cena, que a gente encontra nas ruas, com quem fala, sabe que viveu aquele papel mas deixou de atuar. Foi o fenômeno Jânio Quadros.

Há, no destino de cada homen, uma oportunidade. Nem sempre esse

homem a aproveita plenamente. É o *encontro com o destino*, que a tragédia grega marcou quando Édipo defronta a Esfinge. Jânio teve o seu encontro com o destino. O destino o devorou.

Não são os homens que fazem o seu destino, promovem, reformam, armam revoluções. No evoluir da humanidade, em busca de seu rumo, esses personagens acontecem.

Em cada ciclo, quando se deve realizar uma fase dessa escalada, há uma convocação, uma oportunidade em que alguém é chamado a realizar sua missão, afirmando condições de liderança. Então, parece que ele conduz os acontecimentos, quando, na realidade, são esses que ensejam a realização de sua tarefa. Tais seres privilegiados fazem a História.

É freqüente que os homens não estejam à altura dos acontecimentos. São tragados por eles. Jânio Quadros foi um desses líderes revelados pelas circunstâncias. O País vivia uma fase crítica do que se pode chamar *a revolução brasileira*, na qual se reflete a crise do mundo moderno, a transformação total da sociedade.

Em 1922, começa o processo revolucionário em nosso país. Em 1930, o movimento de outubro abala as instituições, abrindo o caminho para amplas reformas. Trinta anos depois, exatamente a 3 de outubro, Jânio Quadros é eleito em sufrágio direto, com a participação do povo que lhe deu quase seis milhões de votos contra dois milhões obtidos por seu antagonista, o general Henrique Duffles Teixeira Lott, ex-ministro da Guerra, candidato do situacionismo.

São Paulo sofrera, mais que qualquer outra unidade da Federação, o abalo daquela mudança. A vitória da Revolução de 30 impedira a posse do presidente, eleito e reconhecido, Júlio Prestes de Albuquerque. O Estado bandeirante perdia, na jogada, a hegemonia política e a polarização econômica. Alijados os líderes que provinham da aristocracia rural, quebrada a infra-estrutura agrária, a transição da fase agrícola para a industrial fez-se desordenadamente. A ocupação militar, as interventorias dependentes do centro levaram à Revolução Armada de 32. Não se consolidou outra elite política. O velho Partido Republicano Paulista extinguiu-se com seus últimos chefes. O Partido Constitucionalista desapareceu em 1937. A reconstitucionalização de 1945 arregimentou o eleitorado paulista em partidos de âmbito nacional. São Paulo deixou de ser um todo. Tornou-se uma parte.

E nesse São Paulo, tão diferente daquele de antes de 30, que surge um moço magro, despenteado, indignado e revoltado como o povo. Clamando contra os políticos, os descasos dos políticos, a corrupção dos políticos que eram responsabilizados pelo descalabro.

Nesse São Paulo, nem mais regionalismo havia. O moço viera de Mato Grosso, nascido em Campo Grande, criado em Curitiba, formado em São Paulo. Tornou-se o representante de um povo que não se considerava representado. Elege-se vereador, deputado estadual, prefeito da Capital, governador do Estado. Seu nome atravessa as divisas paulistas. Inelegí-

vel, pelo Estado que governara, candidatou-se pelo Paraná e foi o depú tado mais votado.

Era o *fenômeno Jânio Quadros* que se apresentava ao Brasil. Porque o Brasil não diferia muito daquele estado de espírito de São Paulo. O povo brasileiro, como o povo paulista, não acreditava nos políticos, desmoralizados antes e depois de 30. Não queria os militares, receoso da reedição de um 10 de novembro e da institucionalização do Estado Novo. A descrença, somada à desconfiança, era igual ao desespero. Jânio significava a *revolução pelo voto*. O seu encontro com o povo foi o encontro do desespero com a esperança.

A História da República não registra outra campanha presidencial de tamanha amplitude. Nem Rui, despertando a consciência cívica do povo. Nem Nilo apelando, diretamente, para esse povo, sem conseguir galvanizá-lo. Nem as campanhas de Armando de Sales Oliveira e de Eduardo Gomes conseguiram penetrar a massa, levedá-la, criando a força incoercível que levou de roldão as máquinas políticas, os dispositivos militares para afirmar a vitória do homem que se apresentava acima das estruturas políticas e das corporações, vindo do povo e só com ele compromissado.

"... pelo Brasil o que fez por São Paulo"

O governo de São Paulo sempre fora a escalada para a Presidência da República. A tradição foi interrompida em 1930. Armando de Sales Oliveira, que se revelara um estadista, e Adhemar de Barros, em repetidas tentativas, não conseguiram restabelecê-la. Não obstante, uma boa administração do grande Estado continuava a ser recomendação válida para a Presidência da República. O governador Jânio Quadros fizera uma boa administração, o que valera o *slogan*, quando apresentou sua candidatura: "Jânio fará pelo Brasil o que fez por São Paulo."

Na sucessão presidencial de 1937, a questão fora posta em debate. O governador teria de deixar a chefia de São Paulo para candidatar-se. Jânio, como era de seu feitio, promoveu uma dramática reunião do secretariado, na manhã do último dia da desincompatibilização, com a presença do senador Auro de Moura Andrade. Na casa de OlavoFontoura, o senador Rafael Fernandes, cunhado do presidente Café Filho, aguardava uma resposta. A resolução de Jânio, não se desincompatibilizando para disputar a Presidência da República, teve efeitos positivos remotos. Consolidou seu prestígio em São Paulo e em todo o Brasil. Possibilitou a realização de uma obra administrativa digna de elogios. Evitou o choque prematuro da corrente popular, que o apoiava, contra a máquina, ainda forte, do PSD, já comprometida com o antigo governador de Minas, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Finalmente, abriu a estrada larga de candidato do povo para a outra sucessão.

Assim, Jânio terminou, pela primeira vez, um mandato eletivo, gover-

nando o Estado até o último dia de seu quatriênio. Impossibilitado de se eleger por São Paulo, face a dispositivo da lei eleitoral, seu nome foi apresentado à deputação federal pelo Paraná, obtendo uma votação consagradora. Evitou a freqüência à Câmara e os debates parlamentares, que poderiam prejudicá-lo. Com isto, porém, privou-se de um convívio nacional, da vivência parlamentar, de uma visão mais alargada que a que lhe haviam proporcionado a Câmara Municipal, a Assembléia Legislativa e o Palácio dos Campos Elísios.

Ao se esboçar a sucessão de Juscelino, Jânio passeava pelo Exterior. Embarcou, em Santos, num vapor holandês, com destino ao Japão, cinqüenta e três dias de viagem, via Capetown, com a permanência do navio, no porto do Rio, um dia inteiro. Quando o *Titjalenka* destracou, Jânio havia-se avistado com meio mundo político, os próceres que tinham por dever escolher e, por necessidade, prever o futuro presidente.

No dia 20 de abril, antes que qualquer partido apontasse candidato, um grupo de janistas reúne-se na ABI, lança a candidatura do ex-governador à Presidência da República, com quase dois anos de antecedência da eleição marcada para 3 de outubro de 1960. É a fundação do Movimento Popular Pró-Jânio Quadros *(MPJQ)*.

Jânio viajava pela costa da África. Sua candidatura ameaçava a unidade dos partidos. A UDN, antes coesa em torno do seu presidente, o governador da Bahia, Juracy Magalhães, começa a cindir-se de alto a baixo. O PSD, desiludido de encontrar uma fórmula constitucional de reeleger Juscelino, pendia para o seu ministro da Guerra, o condestável do regime, marechal Henrique Lott. O PTB, sob a liderança do vice-presidente da República, Jango Goulart, mostrava-se indeciso. O PDC não escondia sua preferência pelo antigo correligionário, Jânio Quadros.

No Brasil as competições acirravam-se, as lutas agravavam-se, os partidos perdiam a unidade e os políticos se distanciavam do povo. O povo pedia Jânio.

A 3 de novembro de 1959, o MPJQ tem condições para apresentar um decálogo além e acima dos partidos:

O Movimento Popular Pró-Jânio Quadros, organização nacional apartidária que objetiva agrupar o eleitorado independente, na campanha presidencial, em favor da candidatura que teve a primazia de lançar, e que foi definitivamente adotada pelos Partidos Trabalhista Nacional, Libertador e Democrata Cristão, assim como indicada a convenção pelo diretório nacional da União Democrática Nacional – torna públicas as seguintes deliberações:

1 – Protestar contra as manobras que tendam a afastar, a pretexto de "união nacional", de "militarismo", de "perigo para as instituições" ou outros que tais, qualquer candidato à Presidência ou Vice-presidência.

2 – Convidar adversários e correligionários a repelirem a suposição – que faz injúria às Forças Armadas e ao povo – de que as armas que a Nação adquire para segurança de sua soberania e da ordem interna possam

ser usadas para impedir o processo democrático de escolha dos governantes.

3 – Denunciar como perigoso à unidade nacional os apelos aos sentimentos regionalistas em favor ou detrimento de qualquer candidatura, venham do Sul, do Norte, do Nordeste ou do Centro do País. A insuflação, a qualquer pretexto, do "separatismo" deve ser considerada como crime de lesa-pátria.

4 – Condenar a propaganda de qualquer dos candidatos feita à base da retaliação pessoal dos adversários – conclamando – as direções partidárias e os dirigentes da campanha a que mantenham em termos altos e nobres a disputa eleitoral.

5 – Denunciar como impatriótica, e até criminosa, a reativação, para efeitos políticos ou militares das divergências suscitadas pelos movimentos de agosto de 1954 e novembro de 1955, as quais, a bem da tranqüilidade da Nação, devem ser deixadas, como já o disse Jânio, ao juízo da História.

6 – Declarar seu apoio à idéia de um "Código de Ética", disciplinador da disputa eleitoral, a ser firmada por todos os partidos.

7 – Considerar ilegal, e, além disso, desleal, a privação, a qualquer candidato ou a qualquer cidadão, do uso dos veículos de divulgação, protestando contra a proibição, hipocritamente negada, mas de todo o povo sabida, a determinados parlamentares e jornalistas, de usarem do rádio e da televisão para manifestação do pensamento político.

8 – Afirmar, com Jânio, a confiança do povo na solução do problema brasileiro, através da Petrobrás, a qual devem ser concedidos todos os recursos de que carece. "Petróleo é soberania", disse Jânio.

9 – Afirmar que considera, com Jânio, fundamental para o progresso nacional o desenvolvimento harmônico das várias regiões do País dando-se prioridade às medidas necessárias à correção do desequilíbrio econômico entre as do Norte-Nordeste e Centro-Sul.

10 – Declarar que mantenham firmemente a resolução de não intervir nas questões internas dos partidos que apóiam ou venham a apoiar a candidatura Jânio Quadros, com os quais acertará, sempre que possível e útil, a sua ação, no decorrer da campanha:

Jânio Candidato

Foi o Partido Trabalhista Nacional que primeiro registrou a candidatura Jânio Quadros no Superior Tribunal Eleitoral. Com isto lhe foi assegurada a colocação inicial na lista dos candidatos. O Partido Libertador tem idêntico procedimento. O Partido Democrata Cristão, em Convenção Nacional, declara o seu apoio a Jânio Quadros, ao mesmo tempo que oficializa a candidatura do ex-líder do PTB, deputado Fernando Ferrari, à Vice-presidência da República.

Trava-se a luta na UDN, entre as correntes comandadas por Carlos Lacerda e Juracy Magalhães.

Jânio tentara uma aproximação com Juracy Magalhães, oferecendo-lhe a Vice-presidência. Portador dessa mensagem, Castilho Cabral comunica-se com o ex-deputado Aliomar Baleeiro, secretário da Fazenda do governo baiano.

Mais tarde, em um encontro em Aracaju, Jânio teria oportunidade de reiterar, de viva voz, a Juracy Magalhães, o desejo de tê-lo como companheiro de chapa, unindo o Norte ao Sul.

Juracy foi insistentemente trabalhado para aceitar essa fórmula. Um elemento ligado a Jânio tivera a franqueza de lhe dizer: "Jânio é louco, e você Juracy, o único capaz de vestir nele a camisa-de-força..." Ao que Juracy respondeu: "Se antes ele não meter a camisa-de-força em nós."

No encontro de Aracaju, houve um pacto de cavalheirismo: Juracy disse, francamente, que iria à Convenção da UDN para ser derrotado, porque não ignorava que Carlos Lacerda articulara uma maioria sólida em torno da indicação de Jânio Quadros. Mas, proclamado o resultado, acataria a decisão do partido.

E o fez. Inclusive, admitindo que seu filho, Juracy Magalhães Júnior, aceitasse a direção do MPJQ na Bahia.

A CONVENÇÃO DA UDN

•

CAPÍTULO III

Realiza-se, finalmente, a Convenção Nacional da União Democrática Nacional, a 8 de novembro. Foi um alto e acirrado debate democrático entre Juracy Magalhães e Carlos Lacerda. Contestando a vassoura, símbolo da campanha de Jânio Quadros, os partidários de Juracy colaram nas paredes da sala seus cartazes: "A UDN não precisa de vassoura. Juracy é limpo!"

Magalhães Pinto, presidente do partido, deu início à votação às 16h30. Nessa altura Jânio ainda se encontrava em São Paulo. Desembarcou no Santos Dumont às 18h15, seguindo diretamente para o Palácio Tiradentes. Ao entrar, recebeu a notícia de que seu nome havia sido escolhido por 205 votos contra 83 dados a Juracy Magalhães.

Leandro Maciel recebera 254 votos como candidato à Vice-presidência. Mas o ex-governador de Sergipe estava muito aquém das possibilidades que se apresentavam a Fernando Ferrari, que também disputava a Vice-presidência na chapa de Jânio Quadros. Ferrari foi derrotado por um voto, apenas.

Anunciado o resultado, Jânio entrou no plenário do Palácio Tiradentes, sob aplausos, discursando, em um dos momentos mais felizes de sua vida, para declarar:

"Em minhas mãos, a bandeira da UDN não cairá. Sou daqueles que as pelejas e os sonhos udenistas beneficiariam de forma direta ao possibilitarem participação na vida pública. No meu caso particular, mostrou-se perfeita a correspondência entre a pregação partidária e a minha conduta

cívica. Adotei, com ufania, nas primeiras jornadas, a figura impoluta e corajosa do tenente-brigadeiro Eduardo Gomes. Mais adiante, encontramo-nos outra vez, a agremiação e eu, quando me incorporei à campanha desse singular cidadão e soldado que é Juarez do Nascimento Távora. Nunca presumi, sequer, nos arroubos de moço, que me coubessem, um dia, a honra e a responsabilidade de deter a confiança desta legenda e conduzir-lhe a bandeira! Pois bem. Neste passo, afirmo, solenemente, que não a deixarei cair. Hão de socorrer-me as forças que o passado glorioso – no qual se conserva a fé –, emprestam àqueles que almejam servir à Pátria. Com o auxílio do entusiasmo e o concurso dos conselhos da UDN, a que se acrescem outras legendas de alto valor, a afirmação não será havida como temerária. Em muitos instantes, e por muitas vozes, acusaram-me de perseguir, atropeladamente, os postos eletivos, em delírio ascensional. Repito a increpação. Companheiros, sabem que somente o peso das circunstâncias, em alguns casos, e até ao revés da minha vontade expressa, lançou-me aos pleitos. Ainda há pouco imaginava-me isento dos maiores encargos – que já me fizeram quite com a Nação e podia restituir-me à família, às obrigações menores. Cumprira o dever como Deus e a consciência mo indicaram. Nem bem, nem mal – que não me posso julgar, e entendo que esse juízo reclama, pela sua natureza, perspectiva no tempo – mas, no inteiro contentamento de quem sabe que esse dever foi esgotado, até onde as energias lho autorizavam. Quis, porém, a Providência, cujos caminhos surpreendem, que um mato-grossense, criado no Paraná e ex-governador dos paulistas, viesse apontado pelo clamor telúrico da nossa gente e pela generosidade dos dirigentes políticos, para disputar a chefia da União. Como contrapor, então, o meu interesse ao da comunidade, quando a aceitação é, também, a de um desafio, para que se negue, por último, ou se comprove, finalmente, a própria vivência da nossa democracia? Eis, no que implica a convocação popular, ratificada pelas várias facções e, entre elas, pela dos udenistas."

O creio e não creio

"Cumpre saber, de fato, se é ou não possível entre nós o governo nascido das urnas e, a um tempo, austero, rigoroso e justo. Para mim, não tenha dúvidas. Não creio nas concessões demagógicas. Não creio na mentira das promessas. Não creio nos desmaios da autoridade. Não creio no pensamento coarctado. Não creio na incontinência orçamentária. Não creio na desordem administrativa. Não creio nas soluções centralizadoras. Não creio na intolerância das filosofias e das confissões. Não creio na previdência das espórtulas constrangedoras. Não creio no latifúndio anti-social. Não creio no tráfico das influências. Não creio nos privilégios ao arrepio da lei. Não creio na farsa da intervenção nos preços, com o desprezo da produção agônica. Não creio na indisciplina que desmancha a hierarquia e ofende a estabilidade dos governos. Não creio na distorção

da liberdade, que se desurda em licença. Não creio, enfim, no que se vê ao nosso alcance e à nossa roda, como se fora democracia, quando é a sua caricatura, a sua cárie! Creio, sim, no império da Constituição. Creio na nobreza da Magistratura Suprema. Creio na sentença dos Tribunais. Creio na autenticidade das Casas Legislativas. Creio na eficiência e na moralidade burocráticas. Creio na moeda sadia, com a qual se pague a despesa corrente e se amealhe o pecúlio do amanhã. Creio no proletariado consciente. Creio na opinião garantida pelas franquias e limitada pelos códigos. Creio na pátria que se desenvolve harmonicamente, fraternalmente, sem a atitude bifronte do pai e do padrasto. Creio na agricultura e na indústria, que se justapõem e se completam no progresso coincidente, permissivo dos mercados interno e externo. Creio na livre-empresa, embora circunscrita pela vantagem da comunhão. Creio na nossa maturidade, que nos impõe caminhar pelo mundo sem tutelas ou temores. Creio na defesa do nosso solo, e, por nosso acervo espiritual e da nossa soberania. Creio nos cuidados ao homem do campo, e na integração das suas virtudes de operosidade e inteireza, à família nacional. Creio na infância e na juventude, que a técnica e a ciência protegerão e formarão para a nossa perpetuidade. Creio na força incoercível do povo, manifestação da Onipotência Divina! Aí tem no que eu creio e no que descreio.

Detenho-me. Asseguro aos senhores convencionais que a única inspiração a impelir-me é a de, no embate sucessório, examinar todos os aspectos básicos da realidade pátria, o que farei na permanente auscultação das populações por todo o nosso território. Não tenho inimigos nessa lide e nesse propósito que não sejam os inimigos da propria República. Esse o plano em que pretendo conduzir-me é o único em que a opinião pública deseja a campanha, porque a esclarece, porque a educa.

Já me chegam vindas da sarjeta, as primeiras injúrias. Concito os que as arremessam a que se detenham na meditação do desserviço, que a ninguém dá rendimento, mas abre feridas que, mesmo cicatrizadas, marcam indelevelmente, com prejuízo para a concordância nos esforços – que cumpre ser de todos – de construção do País.

Exprimo, aqui, minha profunda gratidão àqueles que me têm encorajado, e principio pela minha mãe, pela minha esposa, pela minha filha, a prosseguir na tarefa a que, agora, ainda mais me comprometo. Esse agradecimento vai também àqueles que de mim discordam e me censuram desde que com a indicação de novos rumos. Ouço-os com o mesmo zelo que empresto aos que me proporcionam seu apoio, na minha concordância.

Comecemos, pois, nossa jornada. Expressão das instituições do sufrágio universal, representante das camadas mais humildes, mais sofridas e, por conseqüência, as mais legítimas do nosso povo, juro aqui, senhores convencionais, empenhar-me na preservação desses valores, protegendo-os e servindo-os com lealdade e dedicação integrais. Sem ódio, nem ti-

bieza, mas, com devotamento firme, estendendo as mãos ao Brasil eterno, envaidecido de tê-lo como terra. Há de permitir o Senhor Altíssimo que, com os nossos sacrifícios, com o nosso entusiasmo, seja ele uma nação melhor, mais generosa para aqueles que o receberam por berço ou que o escolheram para a vida e para a morte. Edifiquemos, assim, a República dos anelos dos seus formadores: cristã, indivisível, eqüânime, próspera e democrática!"

Magalhães Pinto encerrou a Convenção:

"O deputado Jânio Quadros, ao aceitar sua candidatura pela legenda do partido de Eduardo Gomes – cuja presença nesta sessão de encerramento é a confortadora certeza da fidelidade de nossas decisões às origens cívicas da UDN – assume, perante a Nação, graves responsabilidades. Responsabilidades que lhe põem nas mãos o maior partido de homens livres do Brasil – o partido da oposição. A responsabilidade de enfrentar, como líder popular, uma campanha que travará num ambiente de perplexidade e de crise. Crise institucional. Crise política. Crise econômico-financeira. Crise de desenvolvimento. Crise social."

SÍNDROME RECESSIVA

•

CAPÍTULO IV

Há na vida política de Jânio Quadros uma constância do gesto de renúncia. Por diversas vezes, em situações difíceis, formulara essa intenção. Era governador de São Paulo, quando a Assembléia Legislativa derrubou um voto seu, aposto a uma decisão aprovada. Jânio convocou todos os líderes do partido para debater a matéria. Quando eles se achavam reunidos no palácio do governador entrou e investiu, violentamente, contra o Poder Legislativo e os líderes presentes. O inesperado fez que a maioria não se manifestasse. O deputado Roberto de Abreu Sodré, líder da UDN, que ainda estava em oposição, repeliu com igual violência. O governador chegou a dizer: "Vou, então, renunciar, pois não governo com uma Assembléia de vagabundos."

Abreu Sodré assistira a outros episódios de renúncia. A segunda vez foi após um discurso do então senador Afonso Arinos, no Senado, e que Jânio considerou prejudicial à sua candidatura. Abreu Sodré e o padre Godinho, que também era deputado estadual, foram convocados para uma reunião do então candidato à Presidência da República, Jânio Quadros, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Não conheciam a razão dessa convocação urgentíssima. Chegando ao hotel, encontraram Jânio Quadros sentado a uma escrivaninha, escrevendo alguma coisa que não sabiam o que era. Cumprimentaram-no e não obtiveram uma resposta de quem os convocara. Jânio continuou a escrever e o seu mordomo, João, começou a arrumar as suas roupas e pertences nas malas. Então, o padre Godinho perguntou-lhe:

– Por que está arrumando as malas do governador Jânio Quadros?

– Porque acho que vai voltar para São Paulo e, tanto quanto ser, está muito zangado com a UDN e acho que não vai continuar na campanha.

Os deputados paulistas ficaram aguardando que Jânio acabasse de escrever. Quando terminou, disse que iria renunciar à candidatura da UDN, porque não resistiria mais, de forma alguma, àquela situação de ser candidato da UDN que o levaria a uma derrota, pois o povo não gostava das atitudes udenistas. Culpava pelo seu gesto o discurso que havia proferido na véspera o senador Afonso Arinos.

Foi quando chegou aquele senador. Antes que falasse com Jânio, Abreu Sodré conversou, reservadamente, com Afonso Arinos, referindo a cena da renúncia anterior que havia assistido no palácio. O que estava acontecendo, a seu ver, era uma farsa a fim de comover Afonso Arinos.

Abreu Sodré recorda o diálogo então travado entre Afonso Arinos e Jânio Quadros, quando este lhe perguntou pela carta de renúncia. Afonso Arinos disse-lhe, friamente:

– Sinto muito, mas como sou historiador quero guardar esta carta como uma recordação e um documento, para os meus livros futuros.

E fez menção de enfiar a carta de renúncia no bolso, quando Jânio arrancou-lhe o documento das mãos. Assim frustrou-se mais esta renúncia.

Uma terceira renúncia foi, ainda no período pré-eleitoral, quando o candidato da UDN à Vice-presidência, Leandro Maciel, foi a São Paulo discutir a dualidade de candidatos à Vice-presidência. Preparava-se a campanha que deveria começar pelo Território do Acre. Leandro Maciel não concordava em se apresentar no mesmo palanque que Fernando Ferrari. O PDC fechava questão na presença de Ferrari nos comícios.

Houve uma reunião, em casa de Quintanilha Ribeiro, para o qual foram convocados o presidente da UDN, senador Magalhães Pinto, e outros próceres. Nessa ocasião Abreu Sodré presenciou, de novo, aquela cena do Hotel Glória: num quarto duplo, separado por um arco, estava sentado a uma escrivaninha, no segundo compartimento, Jânio Quadros escrevendo um documento. Magalhães Pinto e os demais aguardavam, sem serem cumprimentados, que Jânio terminasse o trabalho. Ninguém sabia do que se tratava, nem Quintanilha Ribeiro dissera o motivo da convocação.

Quando Jânio terminou, levantou-se e entregou, de forma abrupta, o documento ao presidente da UDN:

"A V. Exa. o sr. presidente Magalhães Pinto, da UDN.

Sr. presidente:

Nesta data renuncio à minha candidatura à Presidência da República. Não consegui, como é do conhecimento de V. Exa. e da opinião pública, reunir, em torno do meu nome, as diversas legendas e correntes políticas que procuram novos rumos para o País, com a unidade e a harmonia indispensável ao êxito de nossa jornada. Quero agradecer a V. Exa. e à UDN o apoio que recebi em memorável convenção, e este agra-

decimento é extensivo ao PL, ao PTN e ao PDC que, também, adotaram meu nome.

Se nesta fase é difícil, assim, coordenar os esforços e somar os anseios dos homens de bem, que militam nos vários partidos, impossível será governar no atendimento das reivindicações do povo e das necessidades brasileiras. Receba, presidente, as expressões do meu respeito.

25-11-59.

(a) Jânio Quadros."

Chovia torrencialmente em São Paulo. Jânio desapareceu. Os demais pediram a Quintanilha Ribeiro para localizá-lo. Ficaram cerca de 40 minutos tentando contatos telegráficos. Daí se retiraram para a residência de Abreu Sodré, de onde continuaram a procurar contato com Jânio. Seriam 21 horas quando Quintanilha Ribeiro avisou a Magalhães Pinto que Jânio havia distribuído sua declaração aos jornais. Era a ameaça do caos para a campanha e um trauma para o País que via, em Jânio, a grande esperança de uma revolução democrática. Começaram dias de inquietação.

Foi convocado, a São Paulo, o deputado Carlos Lacerda que procurou obter de Oscar Pedroso Horta, talvez o único senhor do segredo do esconderijo de Jânio, a possibilidade de um encontro. Enquanto Lacerda, Magalhães Pinto, João Dantas, Carvalho Pinto e outros elementos de São Paulo procuravam localizar Jânio, Castilho Cabral mobilizava o MPJQ e iniciava no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói, Petrópolis, Friburgo e outras cidades, uma coleta de assinaturas que alcançou, em menos de uma semana, mais de 350 mil subscritores. A indignação do primeiro instante pelo gesto do candidato foi, habilmente, transformada na esperança de que Jânio atenderia o apelo do povo.

Pouco depois de escrever a carta-renúncia, dirigida a Magalhães Pinto, Jânio escreveu outra a Carvalho Pinto:

"Meu prezado amigo e companheiro Carvalho Pinto, governador de São Paulo:

Renuncio hoje, cerca das 20 horas, à minha candidatura. Entendo que, ao fazê-lo, atendi às imposições da consciência e, por isto, do dever.

Tem o governador me honrado com sua confiança e estima. Orgulho-me de nossas relações, alto título de minha vida pública e particular.

Não consegui somar, porém, os homens de bem de vários partidos, embora comuns os nossos sonhos e nossa angústia.

Se são legítimas as suas ambições, legítimas são também a minha melancolia e inconformidade.

Não desejo governar, nem por um instante, chegar à chefia da Nação, se não puder exercer essa chefia com toda plenitude de suas prerrogativas.

Há, entretanto, brasileiros tão bons ou melhores que eu prontos para o chamamento da República, hábeis e aptos para o terrível encargo.

Disse à minha filha esta tarde: 'É preferível um cidadão livre a um presidente prisioneiro.' Assim penso.

A ninguém critico. A ninguém censuro. As deficiências, parece, eram minhas.

Asseguro, contudo, governador, na decisão irrecorrível que ora adoto, que o respeitarei e que o dignificarei, sem desfalecimento.

O meu maior prêmio é ter concorrido de alguma forma para que esse Estado e sua nobre gente vissem-no nos Campos Elísios.

27-11-1959
(a) Jânio Quadros."

No dia 27 os jornais publicam uma proclamação de Jânio ao povo brasileiro. Ela fora redigida após contatos com Oscar Pedroso Horta e Selmi Dei.

No dia 2 de dezembro, o Diretório Nacional da UDN se reúne para deliberar sobre a renúncia de seu candidato. Carvalho Pinto pede à cúpula do partido que lhe dê 72 horas para tentar demover Jânio Quadros de sua decisão. No dia 5, o governador de São Paulo recebe uma carta de Jânio, contendo a tão almejada resposta:

"Ilustre amigo prof. Carvalho Pinto.

Mui digno governador de São Paulo:

Recebi a generosa carta de V. Exa., que acompanha a das nobres agremiações que me distinguiram com a escolha de meu nome para disputar a chefia da Nação. Sabe V. Exa., prezado governador, que almejei, sinceramente, abandonar aquela candidatura e, assim, as honrarias e encargos decorrentes, com todas as fibras do meu coração. Estive convencido de que, nas desinteligências, o que ofereceria ao País e ao regime era dar, na desistência, o exemplo de desprendimento, ensejando a outros patrícios congraçar as correntes que me sustentavam e conduzir-nos a todos, com a vitória das nossas idéias, a dias melhores a que fazem jus a República e seu povo. Busquei assinalar o gesto com a franqueza e a coragem com as quais venho orientando a minha agitada vida pública. A ninguém pretendi agravar ou diminuir. A ninguém intentei melindrar. Na verdade, só tenho recebido dos chefes partidários, da imprensa desapaixonada e da opinião livre as mais espontâneas demonstrações de respeito e carinho. Daí observar, naquela oportunidade, sr. governador, que se existissem falhas ou deficiências marcando a atitude, elas seriam minhas e não de outrem. Minhas, também, as responsabilidades. Verifico, não obstante, que sem embargo da clareza da decisão, exploram-na torpemente os adversários impiedosos. Incapazes do altruísmo e do desapego, não lograram registrá-los, no gesto. Viram, então, ultraje e insolência descabidos, que humilhavam as facções. Viram, então, a farsa, ou a cena de entremês. Viram, então, motivos ocultos, que insinuavam os comentários escritos ou segregados nos cochichos levianos. Viram, então, a conspirata e as desordens de rua premeditadas para a representação posterior, no palco do re-

torno. Viram isso tudo e viram mais, exceto o desejo de bem servir, postulante ou não da Presidência, na plenitude das energias, dos propósitos e dos anelos, como cumpre ao cidadão prestante. Entregou-se, porém, V. Exa. voluntariamente, e à minha revelia, ao trabalho de recompor o quadro que precedera aquele afastamento.

Fê-lo com a autoridade moral e a prudência que todos os de boa fé proclamam para a nossa vaidade. Reuniu as diversas legendas. Examinou com absoluta compreensão dos seus dirigentes as causas que informavam minha deliberação e, com o concurso unânime, removeu todos os obstáculos. Eis, em conseqüência, as duas cartas, ambas vazadas nos mais nobilitantes termos e que se erigem, sem dúvida, em imperiosa convocação. Não as rejeito. Agravam-se, dia a dia, as condições gerais da coletividade. Nos três planos, no econômico, no administrativo e no social. Vê-mo-la arquejante, mal contida nas suas angústias, sob o impacto dos primeiros golpes do desespero e da tragédia. Subtrair-me, quando se opõe as forças políticas e me asseguram, de forma solene, as bases harmônicas para a campanha entreaberta, e para o eventual governo, equivaleria desertar.

Reconsidero a posição que assumi e concordo em comparecer às eleições no ano vindouro com firmeza e lealdade, que correspondem às esperanças da nossa gente.

Transmita, assim, V. Exa. – eu o peço – aos ilustres deputados Magalhães Pinto, da UDN, Raul Pila, do PL, Emílio Carlos, do PTN, e ao ilustre professor Queiroz Filho, do PDC, com as expressões da minha confiança, em suas excelências e em seus correligionários, esta concordância e assegurar-lhes do espírito que me anima ao retomar a jornada, que é o de levá-la, com êxito, aos nossos superiores objetivos. Dê-lhes sr. governador, com minha estima pessoal, a certeza da intenção que me inspira de dignificar o apoio que ora renovam e não desmerecerei.

Encerro, para significar a V. Exa., àquelas agremiações e a todos que formularam apelos, o sentido deste reexame, o meu reconhecimento.

Concorrendo à prefeitura desta Capital, há alguns anos, lembrei um pensamento de Confúcio: 'Mais vale acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão.'

Não será quando mais se adensam as trevas sobre a terra que nos recusemos, embora com as nossas pobres luzes, à tarefa ingente de espancá-las.

São Paulo, 5 de dezembro de 1959
(a) Jânio Quadros."

Por essa ocasião, ocorreu a revolta de Aragarças, promovida por alguns oficiais da Aeronáutica. O acontecimento foi apresentado como uma manifestação de desespero, desde que a renúncia de Jânio retirava a última esperança de uma solução democrática.

O MPJQ tomou conta de São Paulo. A campanha de assinaturas parou o trânsito no Viaduto do Chá. O governador Carvalho Pinto era apoiado

pelo governador de Pernambuco, Cid Sampaio, e outros próceres. Aparelhos de som foram colocados em vários pontos da cidade, inclusive em frente ao Palácio do Governo, exigindo a volta de Jânio.

Fernando Ferrari declarou que faria a sua campanha em faixa própria. Jânio voltava a ser candidato, liberado, assim, de compromissos partidários.

Enquanto isso a candidatura Leandro Maciel se esvaziava por falta de sustentáculo.

A 9 de junho de 1960, o Diretório Nacional da UDN se reúne em São Paulo. Na ocasião é escolhido o nome Mílton Campos para candidato à Vice-presidência.

Com esse apoio eleitoral, a candidatura Jânio Quadros teria maior penetração.

É nesse momento que Luís Carlos Prestes declara:

"O Partido Comunista do Brasil apóia o marechal Teixeira Lott porque ele representa o pensamento da nossa agremiação e, desta forma, o pensamento de todos os comunistas brasileiros."

No prosseguimento da campanha, Carlos Lacerda, temeroso da volta do getulismo, alertava os partidários de Jânio para a questão da Vice-presidência: "A divisão de votos pode levar à vitória a candidatura João Goulart, enquanto que a votação dos udenistas, por si só, assegura base suficiente para inspirar aos votantes de outros partidos e de nenhum partido, confiança na vitória do sr. Mílton Campos".

Elementos do PDC e da UDN, reciprocamente, pediam a retirada dos seus candidatos à Vice-presidência. Mas nenhum quis ceder. O resultado foi a eleição de João Goulart por 4.547.010 votos contra 4.237.719 dados a Mílton Campos. Por pouco mais de 300 mil votos se mudava o destino político de uma nação.

RELACIONAMENTO COM CUBA

CAPÍTULO V

O relacionamento do Brasil, ou melhor, de Jânio Quadros com Cuba, sofreu uma deformação histórica. Deve-se assinalar, de início, que o Brasil mantinha relações diplomáticas com aquela nação. Era nosso representante, em Havana, um dos mais ilustres diplomatas, o embaixador Vasco Leitão da Cunha, que seria o chanceler do primeiro Governo revolucionário, depois de 64. Fidel Castro convidara os dois candidatos à Presidência da República, o general Henrique Lott e o deputado Jânio Quadros, para visitarem aquela nação. Só Jânio aceitou. Na comitiva levou, além de seus secretários, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, os deputados federais Castilho Cabral, José Aparecido de Oliveira, Paulo de Tarso, dois deputados estaduais pernambucanos, Murilo Costa Rego e Francisco Julião, o deputado estadual baiano Juracy Magalhães Júnior, Augusto Marzagão, os jornalistas João Dantas. Carlos Castelo Branco, Hélio Fernandes; Vilas Boas Correa, Pinheiro de Lemos, Rui Marchucci, Carlos (Carlão) Mesquita, Márcio Alves, Moniz Bandeira, Rubem Braga, Fernando Sabino, Murilo Melo Filho, José Costa, Castejon Branco, José Carlos de Morais.

Mais loquazes do que Jânio, seus companheiros narraram episódios da visita. O embaixador Vasco Leitão da Cunha reunira, em um jantar, os visitantes e os mais prestigiosos líderes cubanos, Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara. Jânio indagava quais os produtos de exportação de Cuba. Fidel os enumerava quando Raul Castro acrescentou, em voz baixa, como se falasse consigo mesmo: "...e revolución!"

Jânio preferia ouvir e indagar a fazer pronunciamentos. Quando se tratava de política externa, dava a palavra ao senador Afonso Arinos que fora secretário de seu pai, o chanceler Afrânio de Melo Franco. Assim, quando Fidel quis saber sua opinião sobre uma projetada Conferência de Subdesenvolvidos, foi o senador pela Guanabara que teve a palavra para explicar que Jânio não tinha interesse por essa reunião. Naturalmente, o líder cubano procurou saber a razão. E Arinos respondeu:

– O senhor facilmente compreenderá. O presidente Jânio Quadros considera que numerosos países asiáticos e africanos participarão da conferência e poderão formar maioria. O senhor não terá o controle dessa conferência e os países americanos ficarão expostos a aceitar conclusões que não lhes sejam favoráveis.

Fidel calou-se e não falou mais na conferência.

Ainda na linha de relações com Cuba e depois da posse de Jânio, houve a Conferência de Punta del Este e o episódio da condecoração de Che Guevara.

Jânio Quadros e d. Eloá, quando estiveram em Cuba, visitaram o arcebispo de Havana e o prelado disse aos visitantes: "Tanto Fidel Castro não é comunista, que vamos casar a sua irmã na Santa Madre Igreja."

Quando já se positivava o choque entre os Estados Unidos e Cuba, e a CIA planejava a expedição à Baía dos Porcos, o presidente Kennedy enviou Adolf Berle, como seu embaixador especial, ao Brasil. Vinha comunicar que o presidente dos Estados Unidos pretendia fazer um desembarque em Cuba, e solicitava que o Brasil comparecesse com uma força expedicionária. Jânio ouviu a exposição do embaixador e lhe disse que era impossível o atendimento por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, não tinha autoridade para assim agir. Precisava de licença do Congresso para mandar tropas para o Exterior. Em segundo, prosseguiu Jânio Quadros:

"Se eu tivesse a licença do Congresso, o que não acontece, não o faria, porque acho que Cuba tem direito à sua experiência humana, à sua vivência. Ela que sofra e padeça os seus pecados. Em respeito ao princípio da autodeterminação dos povos e nós havíamos afirmado, soberanamente, o ministro Afonso Arinos e eu."

Depois do episódio da Baía dos Porcos, Che Guevara representou Cuba como ministro da Economia na Conferência de Punta del Este, para assinar o instrumento da Aliança para o Progresso.

"Ernesto Che Guevara regressava, naquele instante, de Punta del Este, Uruguai, onde se realizara uma Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social. Das 21 nações do continente, a República de Cuba fora a única a não assinar a Carta de Punta del Este, documento em que os Estados Unidos se comprometiam a fornecer a maior parte de US$ 20 bilhões à América Latina, o espaço de dez anos, para o seu desenvolvimento econômico-social.

Em virtude do propósito das delegações da Argentina e do Brasil de

condenarem a intromissão de qualquer assunto político naquela conferência, contrariando pontos de vista de alguns delegados como Pedro Beltrán, do Peru e Julio Cesar Turbay Ayala, da Colômbia, Che Guevara resolvera apresentar, pessoalmente, agradecimentos aos governos argentino e brasileiro pela atitude assumida em defesa de Cuba."

A visita de Guevara à Argentina provocou uma grave crise entre o governo do presidente Arturo Frondizi e as Forças Armadas.

No mesmo dia, 18 de agosto, o representante cubano chega a Brasília.

Foi um dia cheio de acontecimentos.

Às 20h30, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, chegara a Brasília. Tivera uma palestra com o presidente da República sobre problemas de sua administração. Na oportunidade, ele demonstrara não estar de acordo com a política externa adotada por Jânio Quadros. Depois seguira para a residência do ministro Pedroso Horta. Nesse ínterim, desembarca no aeroporto de Brasília, o ministro da Indústria e Comércio de Cuba – Ernesto Che Guevara.

No dia seguinte, 19 de agosto, Lacerda embarca para o Rio de Janeiro às 7 horas da manhã. Minutos depois, o presidente Jânio Quadros recebe Guevara.

Antes de o ministro cubano seguir para Punta del Este, Jânio Quadros já tivera uma conversa com ele, de meia hora. Guevara fizera um retrato da situação cubana, da situação das Antilhas, da América Central continental, da Nicarágua. E dissera a Jânio Quadros: "Presidente, quando eu voltar, venho visitá-lo de novo para discutirmos aspectos políticos e econômicos. A sua posição no incidente da Baía dos Porcos sensibilizou muito Fidel e a mim também." Ao que o presidente do Brasil respondeu: "Um prazer para mim, ministro. Ao regressar, eu o espero em Brasília. Não haverá hora. V. Exa. está voando."

E Jânio Quadros relata o fato:

"Entrementes, o Núncio Apostólico, monsenhor Lombardi, me procurou. Fidel havia aprisionado uma vintena, pelo menos, de sacerdotes espanhóis empenhados em atividades, que ele, Fidel, declarava, subversivas em Cuba, e ameaçava fuzilá-los. Entrementes, ainda, e quase na coincidência, aparecia a oportunidade da Mercedes-Benz, em São Paulo, vender a Cuba algumas dezenas, quem sabe duas centenas, de chassis para ônibus ou caminhões. E entrementes, ainda, havia possibilidade de, através de Cuba, na triangulaçãodio comércio, o Brasil importar da Romênia, da Tchecoslováquia, da Bulgária e da própria Rússia, bens de produção, maquinaria de valor inestimável para o País. Mandei a nossa delegação a Punta del Este.

Os resultados da conferência não me agradaram. Cuba foi excluída da OEA, e não assinou a Aliança para o Progresso. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a certa altura abandonara a Assembléia. Che Guevara veio ao Brasil. Recebi o ministro e examinei com ele a pauta. Primeiro os padres. Disse Guevara: 'Bem, um pedido de V.

Exa., é uma ordem para Fidel. Vão ser libertados, mas deportados para a *Espanha*. Nós não os queremos em Cuba, mais.'

'Isto é política interna de V. Exa., na qual não entro. Muito obrigado, ministro Guevara.'

Estavam precisando, em Cuba, de veículos, máquinas, ferramentas, material elétrico leve. O Brasil podia suprir tudo isso. Respondeu-me de pronto: 'Concordo'. Indaguei como Cuba pagava. Respondeu-me que podia fazer uma operação triangular com a Romênia, Bulgária, Iugoslávia, Polônia, Rússia. O Brasil mandava buscar trigo, óleo cru, máquinas, ferramentas."

A Condecoração concedida a Guevara, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que tem como grão-mestre o presidente da República, que é, aliás, o grão-mestre de todas as ordens brasileiras. O presidente Jânio Quadros, conseqüentemente, tinha poderes para conferir a comenda a quem quer que fosse, independentemente da anuência do Congresso ou dos ministros militares, ou mesmo do ministro das Relações Exteriores — desde que a pessoa agraciada tivesse prestado serviços ao Brasil. É uma ordem para condecorar estrangeiros.

Jânio considerou que Guevara havia atendido ao pedido seu, libertando os sacerdotes condenados. A origem deste pedido fora a intervenção do Núncio Apostólico, monsenhor Lombardi, representante do Vaticano. Por seu intermédio, o Vaticano pedira ao Brasil, e não a outro país, Estados Unidos ou França. O pedido foi atendido, dada a situação especial de nossas relações com Cuba e a atitude do Brasil, quando solicitada a intervenção na Baía dos Porcos.

Regressando ao Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, às 17 horas, daquele mesmo dia, condecora o líder anticastrista Manoel Antônio de Verona, diretor da Frente Revolucionária Democrática Cubana, que aqui se encontrava em busca de apoio para a sua causa.

O presidente da República também viajara. De Brasília para Vitória e de lá para o Rio de Janeiro, onde chega às 14h30.

No fim da tarde, Lacerda e Jânio se encontram no Palácio das Laranjeiras.

Na imprensa e no Congresso já se haviam iniciado os violentos protestos contra a condecoração de Guevara. Mas o presidente da República não se altera. Tranqüilo, aguardará os acontecimentos, pois está convicto da razão do seu ato.

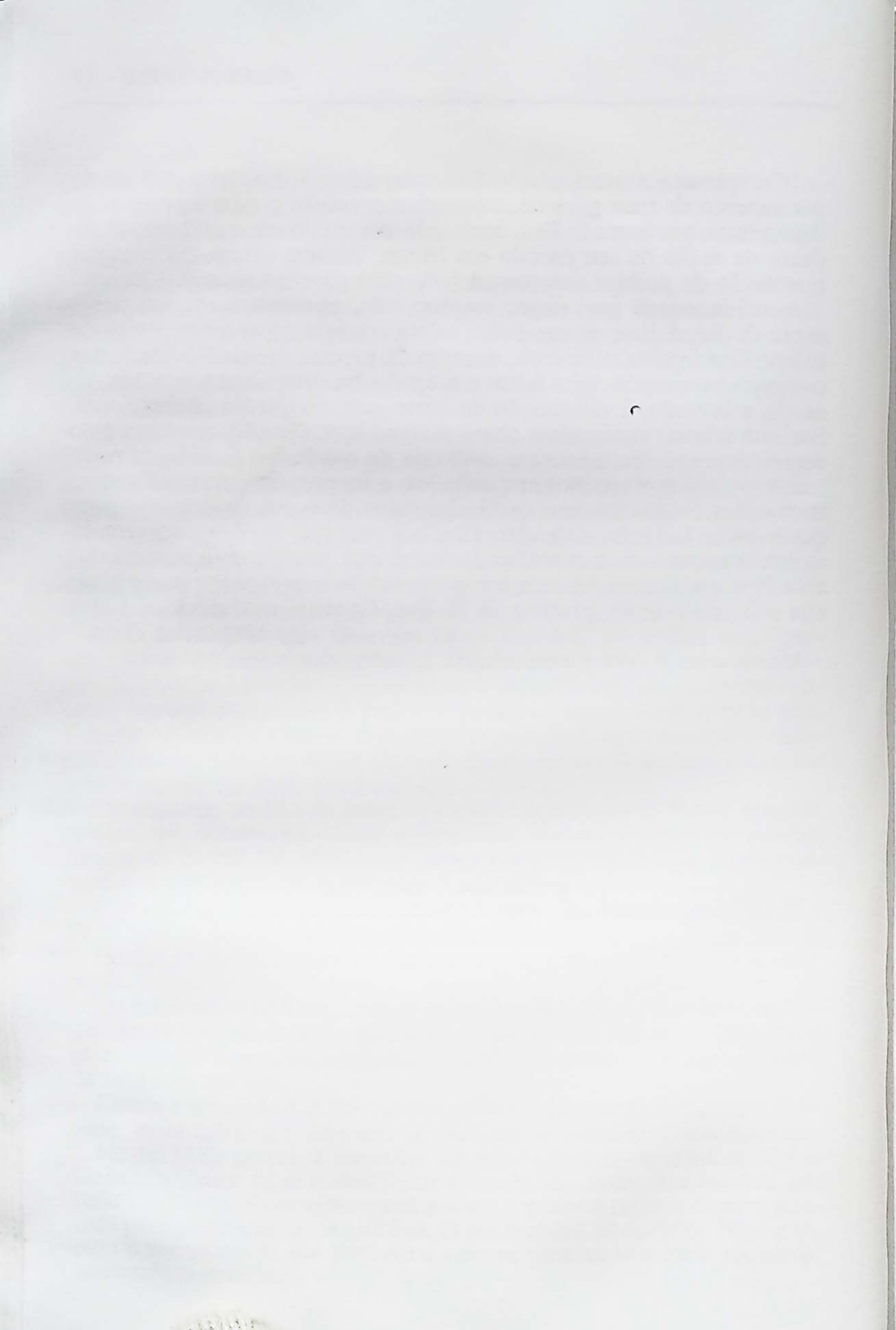
Cresce a oposição à política externa do presidente da República. Políticos, antes solidários, aderiam àqueles que o criticavam severamente.

No dia 17 de agosto, o secretário da Agricultura do governo de Minas Gerais, professor Abel Rafael Pinto concede uma entrevista coletiva, em Belo Horizonte. Na ocasião manifesta seu repúdio à política externa adotada pelo presidente da República. O governador Magalhães Pinto exonera o secretário de seu governo e escreve uma carta a Jânio Quadros, relatando o episódio:

"Cumpre-me comunicar a V. Exa. que, a fim de manter a unidade de pensamento de meu governo, concedi exoneração a meu secretário da Agricultura, por haver S. Exa. declarado, em entrevista, que, como presidente da seção de seu partido em Minas, iniciava campanha contra a orientação da política externa adotada pelo governo federal.

A solidariedade que vimos emprestando, coerentemente, ao presidente da República, na sua árdua tarefa administrativa e nos rumos de sua política interna e externa, decorre da certeza de sua fidelidade aos compromissos e princípios feitos e pregados na campanha sucessória, visando, sobretudo, à valorização de nosso país, no quadro internacional. Por outro lado, verificamos nossa perfeita identificação nas lutas pelo desenvolvimento econômico e melhoria de condições de vida do povo brasileiro, em que estamos empenhados, e no propósito de prestigiar as instituições democráticas e os fundamentos de nossa civilização cristã, que a todos incumbe defender. Confiado em que V. Exa., homem de espírito amadurecido nos prélios democráticos, continuará a bem conduzir o País a seus altos destinos, sob essas nobres inspirações, renovo a minha solidariedade ao governo de V. Exa. Cordiais saudações.

(a) Magalhães Pinto."

Mas a crise já fora desencadeada.

O GOVERNO

CAPÍTULO VI

Pela primeira vez realizava-se a cerimônia de posse de um novo presidente e a transmissão de poder em Brasília. A cerimônia ocorreu na manhã chuvosa de 31 de janeiro de 1961, com a presença do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ari Franco. Propalava-se que Jânio faria um discurso polêmico. Juscelino aguardava esse incidente e preparara-se para reagir, na hora. Mas a cerimônia foi rápida. Jânio preferiu fazer um breve discurso.

A cerimônia no Congresso Nacional foi presidida pelo senador Filinto Müller, às 11 horas. Presentes as mais altas autoridades da vida política do País, incluindo vários governadores de Estados. Jânio e Jango prestam o juramento de praxe. Às 11h30, ao final dos últimos acordes do Hino Nacional, o presidente do Congresso encerra a sessão.

Depois dos cumprimentos do meio político, Jânio Quadros e João Goulart terão o encontro com o povo. Ali mesmo, na praça dos Três Poderes, no palanque junto ao Palácio do Planalto, o novo presidente, pouco depois do meio-dia, recebe a faixa presidencial das mãos de seu antecessor, presidente Juscelino Kubitschek. Além dos dois presidentes e de João Goulart, encontram-se no palanque os generais Pedro Geraldo de Almeida e Nélson de Melo, bem como o diplomata Aluísio Napoleão, chefe do cerimonial da Presidência da República.

Ambos os presidentes são ovacionadíssimos.

Juscelino Kubitschek diz algumas palavras:

"Exmo. Sr. presidente Jânio Quadros:

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o comando da República

para o qual foi escolhido pela maioria do povo brasileiro. Ao fazê-lo, quero repetir o que reiteradamente tenho dito, depois que se verificou nítida a vitória eleitoral de V. Exa. – o meu desejo de que seja feliz em seu governo.

Tenho, neste momento, como razão maior de orgulho, poder entregar a V. Exa. o Governo da República em condições mui diversas daquelas em que o recebi, no tocante à estabilidade do regime. Está consolidada, entre nós, a democracia e estabelecida a paz que todos esperamos duradoura.

Peço a Deus que ajude a V. Exa. a aceitar sempre, que torne extraordinariamente fecunda a sua administração, que o proteja e inspire na viagem que agora se inicia."

Jânio Quadros, ao receber a faixa presidencial, agradece com as seguintes palavras:

"Sr. Presidente:

O governo de V. Exa., que ora se finda, terá marcada na História a sua passagem, principalmente, porque, através de sua meta política, logrou consolidar, em termos definitivos, no País, os princípios democráticos.

Creio, senhor presidente, no regime democrático. Creio no povo, humilde e laborioso. Creio na tradição de nossa liberdade. E porque creio na liberdade, creio também no futuro da Pátria, que só pode ser a soma do que somos, a colheita do que plantamos, a morada tranqüila que construímos, para nós e para a posteridade.

Senhor presidente Juscelino Kubitschek: se a Divina Providência, na sua misericórdia, houver por bem me dar alento e saúde, aqui estarei, certamente, no final deste mandato, para transmitir, em cerimônia idêntica, ao sucessor que o povo me der, os símbolos da autoridade. Transitórios somos nós, os seus governantes. Transitórias e efêmeras, as nossas pobres divergências. Mas eternos hão de ser, na comunhão da Pátria, o povo e a liberdade."

Muito aclamado pela multidão, Juscelino Kubitschek deixa o Planalto e segue para o Aeroporto, onde embarca, com sua família, para Paris.

O ex-presidente ainda não chegara a seu destino, quando, naquela noite de 31 de janeiro, Jânio Quadros profere um discurso através de uma cadeia de rádio. É um discurso duro e implacável, em que condena a política administrativa do seu antecessor. Esse era o discurso que preparara para ler na cerimônia no Tribunal Superior Eleitoral. Seus amigos e correligionários aconselharam-no a não pronunciar naquela ocasião.

"Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio das multidões, se não me faltar o apoio do Legislativo e do Poder Judiciário, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças. Somos um Estado democrático, cujos fins se contêm no governo do povo, pelo povo e para o povo.

É terrível a situação financeira do Brasil. Nos últimos cinco anos, o meio circulante passou de Cr$ 57 bilhões para Cr$ 295 bilhões. Desenha-

das em centenas de milhares, devemos ao estrangeiro US$ 3 bilhões e 802 milhões, o que marca, só a este título e naquele período, a elevação de US$ 1 bilhão e 435 milhões sobre o passivo anterior. E a situação é tanto máis séria quando se sabe que, somente durante o meu governo, deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cerca de US$ 2 bilhões. E só no corrente exercício, de US$ 600 milhões."

E continua, dizendo que os encargos assumidos "pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com avais e empréstimos externos", ascendiam, "em nome do Tesouro Nacional, a Cr$ 11 bilhões e 200 milhões e, em nome do próprio banco, a Cr$ 23 bilhões e 400 milhões".

Chama atenção para os *deficits* orçamentários — "subiam eles, de 1951 a 1955, a Cr$ 28 bilhões e 800 milhões; alçaram-se de 1956 a 1960 a Cr$ 193 bilhões e 600 milhões. O *deficit* em potencial para 1961 era de Cr$ 108 bilhões".

E prosseguia:

"Em novembro último, não dispúnhamos de US$ 47 milhões e 700 mil para cobrir os ajustes com o Fundo Monetário Internacional. Faltaram, igualmente, recursos para quitar duas obrigações do Eximbank, uma de US$ 8 milhões e 200 mil, outra de US$ 20 milhões e 100 mil dólares. Tomou-se, apenas, a providência de descarregar as faturas vencidas sobre a administração que ora se instala. Devo pagar, entre 1961 e 1965, US$ 1 bilhão, 853 milhões e 650 mil de prestações, o que significa, fazendo-se a conversão do dólar à taxa do câmbio livre, na base de Cr$ 200 o dólar, Cr$ 370 bilhões e 730 milhões de cruzeiros.

Atentem bem: Cr$ 370 bilhões e 730 milhões."

Continua sua crítica, atingindo o aspecto administrativo do governo anterior. Alerta o povo para o falso nacionalismo. Detém-se na análise do totalitarismo. Condena a tradicional democracia latino-americana, que só tornava os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Combate, igualmente, o comunismo e o fascismo. Voltando-se para o plano internacional, o novo presidente reafirma o que já vinha dizendo em sua campanha presidencial. O Brasil tem necessidade de manter relações comerciais com todo o mundo.

E termina a oração dizendo:

"Com a indispensável cooperação do Legislativo e do Judiciário, não há cuidado que não dispense, nem há dólares que não aceite para exercer com exação e dignidade a magistratura de que fui investido. Aos homens e as mulheres que me ouvem e que em mim confiam, outra vez os meus agradecimentos.

Que Deus onipotente me ajude, e nos ajude. Meus compatriotas, viva o Brasil!"

Como é de se imaginar, o discurso do novo presidente teve a maior repercussão no País e, principalmente, no Congresso. Toda a imprensa passou a tecer os comentários mais severos, reclamando menos violência, para não fazer do seu um governo meramente punitivo.

Já no dia seguinte, o deputado Abelardo Jurema requer a convocação extraordinária das duas Casas do Congresso, caso o novo mandatário do País torne a agredir as correntes políticas de Juscelino Kubitschek. O representante, idealizado pelo PSD, em menos de 72 horas de sua apresentação, recebe o apoio do PSP.

José Maria Alkmin declara que Jânio fez uma apreciação da situação econômica e financeira do País, alinhando dados que não coincidem com as publicações do Instituto Brasileiro de Economia e com os Relatórios da Sumoc.

O deputado padre Vidigal arremata:

"S. Exa. o sr. presidente da República não viu a realidade brasileira com os olhos da razão. Preferiu vê-la com os enganos da paixão."

Juntamente com o presidente da República tomam posse os seguintes componentes do governo: vice-presidente – João Belchior Marques Goulart. Chefe da Casa Civil – Francisco da Paula Quintanilha Ribeiro. Chefe da Casa Militar – general Pedro Geraldo de Almeida. Secretário particular – José Aparecido de Oliveira. Ministro da Justiça – Oscar Pedroso Horta. Ministro da Agricultura – Romero Cabral da Costa &UDN). Ministro da Fazenda – Clemente Mariani (UDN). Ministro de Minas e Energia – João Agripino (UDN). Ministro das Relações Exteriores – Afonso Arinos de Melo Franco (UDN). Ministro da Viação – Clóvis Pesta (PSD). Ministro da Saúde – Catete Pinheiro (PTN). Ministro da Educação e Cultura – Brígido Tinoco (PSB dissidente). Ministro da Indústria e Comércio – Artur Bernardes Filho (PR). Ministro do Trabalho – Francisco Carlos de Castro Neves. Ministro da Guerra – marechal Odílio Denys. Ministro da Marinha – almirante Sílvio Heck. Ministro da Aeronáutica – brigadeiro Gabriel Grün Moss. Chefe do EMFA – general Osvaldo Cordeiro de Farias.

Desde que o novo presidente divulgou os nomes dos que comporiam o seu ministério passou a receber críticas, não só dos parlamentares, como da imprensa em geral.

O *Correio da Manhã* diz que "no ministério do sr. Jânio Quadros não há povo; há setores partidários situados em pontos diferentes de um povo ávido de reforma. Esse ministério é por demais conservador para criar expectativa de renovação e reforma. Não é sequer excessivamente conservador. Na verdade, não é nada".

Combatendo o ministério do novo governo, o trabalhista Wilson Vargas assomava à tribuna e dizia laconicamente:

"Foi S. Exa. buscar para o Ministério da Educação os nomes respeitáveis do sr. Mílton Campos e da escritora Rachel de Queiroz mas concluiu pela escolha do sr. Brígido Tinoco, que, tanto quanto sabemos, não representa uma figura de relevo com respeito aos problemas de educação do País. Com relação à Saúde, foi buscar o presidente do PTN do Pará, sr. Catete Pinheiro, com completo desconhecimento dos problemas nacionais neste setor, e, certamente, para atender a compromisso político

com aquela agremiação. Para a Fazenda, escolheu S. Exa. o nome honrado do sr. Clemente Mariani, ex-ministro da Educação, banqueiro. Preferiu o banqueiro aos técnicos de economia e finanças. O sr. Clemente Mariani, conservador, teve seu nome imposto, segundo cochicham os elementos do hoje governo, pelo governador Carlos Lacerda, talvez por injunções domésticas, já mencionadas pelo deputado padre Vidigal. Para o Banco do Brasil, o sr. Leopoldo Figueiredo – é a imprensa quem o diz sem contestação do presidente da República – foi indicado por um comerciante de nome Hélio Muniz. O sr. Afonso Arinos, nome por todos reconhecido como ilustre e probo, escolhido para ministro das Relações Exteriores, poderia, como já me disseram em aparte, ser um grande ministro do Império. Para a Agricultura, a indicação do sr. Romero Cabral da Costa resultou da injunção entre o governador Cid Sampaio e o ex-ministro João Cleófas. Trata-se de usineiro do Nordeste.

Por que razão o sr. Bernardes Filho teria sido escolhido ministro senão pelo pagamento dos votos que o PR deu ao sr. Jânio Quadros? E o problema militar? Não seria lícito que todos os brasileiros esperassem um governo efetivamente pacificador? Por certo o seria. Motivo da evolução que a então oposição fez para o apoiamento do marechal Odílio Denys, era, justamente, o de que o grande marechal se havia transformado no pacificador do Exército. No mesmo momento, porém, em que se conserva o marechal Odílio Denys na Pasta da Guerra, vai-se buscar o almirante Sílvio Heck, comandante do *Tamandaré* em 11 de novembro, para comandante da Marinha; vai-se buscar o brigadeiro Grün Moss, um dos agitadores, um dos baderneiros de Jacareacanga e de Aragarças, para fazê-lo ministro da Aeronáutica."

O deputado Ari Pitombo interrompe seu colega Emílio Carlos que negava as afirmativas de Wilson Vargas, acenando com um recorte do *Diário de Notícias*, jornal que apoiaria a campanha eleitoral de Jânio Quadros.

Diz o matutino:

"Tendo tido, como ninguém até hoje, liberdade e autoridade para formar e afirmar um governo independente de compromissos, a fim de empreender a obra revolucionária que dele se espera, o sr. Jânio Quadros não conseguiu escapar às pressões e imposições nem mesmo com o ministério, ao que se depreende, não exprime o seu próprio pensamento nem corresponde aos anseios e esperanças do Brasil."

O deputado Ari Pitombo não pára aí. Continua suas críticas:

"Mas, sr. presidente, não é somente a imprensa do sr. Quadros que se joga contra o presidente eleito; também elementos que o apoiavam, elementos de vanguarda como o sr. Peracchi Barcelos. Em verdade, sr. presidente, foi publicado que dois participantes do ministério do sr. Jânio Quadros pertencem à Esso, e ainda mais, o sr. Romero Cabral da Costa, em declaração do jornal *Última Hora*, do dia 31 de janeiro, declarou: 'Não sou político, intelectual, nem técnico'."

Voltando-se para seus pares, Ari Pitombo pergunta:

"Que diabo, então, o sr. Romero Cabral da Costa vem fazer no ministério do sr. Jânio Quadros?"

Há quem comente também a estranha escolha do chefe da Casa Militar. O digno general Pedro Geraldo de Almeida é um general sem comando e sem penetração nos meios políticos ou militares.

Jânio Quadros se elegera, praticamente, sem se filiar a partido algum. Fizera questão absoluta de se manter independente, sem compromissos, de qualquer espécie, com nenhuma das agremiações partidárias. Queria colocar-se acima dos partidos.

Mas, justamente, essa falta de ligações partidárias viria trazer sérias dificuldades ao presidente, depois de eleito.

Os partidos que lhe faziam oposição sistemática, PSD, PTB e PSP, cujos membros tinham sido eleitos em 1958, formavam um grupo de cerca de 200 deputados. O bloco governista, contando com, apenas, 100 deputados, não tinha condições para opor qualquer resistência.

Seria necessário que Jânio Quadros conhecesse os políticos e, com habilidade, conseguisse conquistá-los para as suas fileiras.

Mas Jânio Quadros não conhecia os políticos e os políticos não o conheciam.

José Aparecido de Oliveira, deputado mineiro, um dos criadores da "Bossa Nova" – movimento renovador dentro da UDN – participou da campanha de Jânio Quadros e foi seu secretário particular. Em entrevista concedida à revista *Manchete*, ao jornalista Justino Martins, em 14 de outubro de 1961, portanto ainda quando repercutia o ruído da renúncia, traçou o perfil do ex-presidente, seus hábitos e métodos de trabalho.

Jânio é um administrador que dificilmente se repetirá na vida brasileira. Competente, dedicado, minucioso, com senso de organização, memória fotográfica, rapidez de decisão, consciência de autoridade e energia, ninguém o suplantará no conjunto de qualidades para o desempenho da função. Nunca chegou ao Palácio do Planalto depois das 6h30 e nunca abandonou sua mesa de trabalho antes das 20 horas. Sua pauta de audiência era previamente organizada e cumprida rigorosamente. Ninguém tinha acesso ao seu gabinete a não ser convocado. A conversa era sempre objetiva, de serviço, com sentido prático. As decisões, tomadas na hora e imediatamente ditadas às taquígrafas, que chamava nos intervalos de audiência e despacho. Conta Aparecido que Jânio trabalhava sozinho, armado de aparelhos que lhe asseguravam comunicação rápida com seu gabinete, com os ministros, com os diretores de departamentos, com Brasília, Rio e São Paulo: o telex, o telespeaker, os telefones comuns e os telefones de campanha. Não perdia um minuto em conversa gratuita, defendia seu tema com inarredável energia. Quando ligava a luz vermelha, não havia hipótese de alguém entrar na sua sala. Costumava dizer que não exigia de ninguém o que não fizesse ele próprio. De manhã, lia centenas de recortes de jornais e tomava providências, quando se impunham.

Lia relatórios, comunicações, informações e chamava dona Fortunata, responsável pelos memorandos e pelo arquivo pessoal, para examinar com ela a agenda dos prazos que se venciam. Os prazos dos memorandos eram para valer e os que não se cumpriam provocavam dele reação enérgica, que desanimava os faltosos.

Segundo Aparecido, Jânio não ia, como presidente, a banquetes. Nem tinha o gosto das solenidades oficiais, a não ser as que lhe serviam para comunicar-se com o povo. Não gostava de casaca: do fraque, do *smoking*. Só deixava o *slack* pelo paletó quando recebia embaixadores ou devia aparecer em paradas militares. Entusiasmava-se ao receber informações de providências adotadas, de medidas que, aplicadas, apresentavam rendimento. Sentia-se bem quando a audiência era com operários ou estudantes.

Jânio não governou com amigos. Começava por impor a todos que o tratassem de Excelência. Esse aparente formalismo mantinha as conversas em termos de estrito respeito à sua autoridade e evitava intimidades descabidas. "Não exerço a função de amigo, mas a de presidente da República", costumava dizer. Inflexível nos seus princípios morais, chegou a dizer a um solicitador de favores em nome dos sacrifícios feitos na campanha que não iria atender a poucos que se sacrificaram para prejudicar a seis milhões que nele confiaram. Dizia também que se, no exercício da função, precisasse amputar o braço direito, não hesitaria: a amputação seria feita.

Diz Aparecido que Jânio deixava o trabalho, no Planalto, pela meditação, no Alvorada. Defendia tenazmente sua solidão. Só em raros momentos convidou autoridades para jantar com o presidente ou visitá-lo à noite. Nunca teve hóspedes no Palácio. Passava as noites, em geral sozinho, com a família. Almoçava e jantava rapidamente e com simplicidade. Seu único descanso era o cinema. Via um filme, às vezes dois, todas as noites. Seus inimigos inventaram versões fantasiosas a respeito, segundo as quais ele torturava o operador obrigando-o a rodar filmes até amanhecer. Mentira, como tantas outras – diz Aparecido – como essa incrível mentira da crise de choro em Cumbica.

O presidente dormia pouco, quatro, no máximo cinco horas por noite. Às 5 horas estava invariavelmente de pé. Ainda agora em Londres acorda a mesma hora. Sofre de insônia. Ao sair do cinema, lia até o sono chegar. Quando viajava, no avião recolhia-se a uma cabina privativa, em companhia da esposa. Ninguém o incomodava. As fantasias com que tentaram deformá-lo não atingem o presidente. Nesses sete meses de governo, lembra Aparecido, o mundo o conheceu e o respeitou.

Jânio era a promessa da revolução que o povo pedia. Seu programa, coerentemente, um programa revolucionário. Seria uma modificação de todas as fórmulas antiquadas, uma abertura para novos horizontes, que redundasse numa era de progresso, sem inflação e com o pleno exercício da democracia.

Sua personalidade carismática atraíra o povo e dera-lhe uma vitória extraordinária, porque, na realidade, ele não tinha compromissos com qualquer partido, nem mesmo com o PDC que o lançara, há anos em São Paulo, nem mesmo a UDN que tomara sua bandeira nas últimas eleições.

Falando em São Paulo, perante uma cadeia de rádio e televisão para todo o País, durante 55 minutos, na noite de 19 de outubro, o presidente, eleito no dia 3, promete enfrentar todos os problemas de crescimento, prosperidade e grandeza que angustiavam o País. "Meu governo será um governo de vencedores e vencidos. Pretendo governar com técnicos." E reafirma sua independência partidária: "A minha licença para a constituição do Ministério é a mais ampla possível, é irrestrita. Eu sou um homem, repito-o, sem nenhum compromisso de qualquer espécie ou natureza. Afirmei à imprensa que se o governo errar, assumirei a responsabilidade do erro. E o erro será meu. Realmente meu."

Demonstra grande preocupação com o Nordeste que, segundo ele, "se me afigura um dos mais sérios problemas sócio-econômicos e político-administrativos desta Nação."

Sem estabelecer uma escala de prioridades, colocou a ordem econômico-financeira à frente. "Porque me parece que tudo o mais resulta dessa condição. Somente a ordem econômico-financeira é que possibilita a produção, a fabril, a manufatureira, a agrícola, a agropecuária. Somente a ordem econômico-financeira é que possibilitará a contenção da alta do custo de vida."

Contudo, a viagem ao Exterior e a visita a Cuba demonstravam que a política externa merecia igual interesse.

Jânio Quadros ia para Brasília assumir o governo com muito pouco conhecimento dos políticos nacionais. Sua carreira se encontrara em São Paulo. Eleito deputado pelo Paraná, não freqüentara o Congresso. Ele não conhecia os políticos e os políticos não o conheciam. A falta de coincidência dos mandatos impedira que o Congresso fosse renovado na mesma data da eleição do presidente da República.

O Poder Judiciário, por sua vez, estava composto por elementos nomeados por governos anteriores.

Cabia a Jânio Quadros nomear seus auxiliares para o Executivo.

Em luta com a máquina político-administrativa que dominava o País, Jânio Quadros se ressentia da colaboração dos partidos políticos que em sete meses de governo não conseguiu obter.

Na mensagem de 15 de março, a única que apresentou ao Congresso Nacional, novamente dá ênfase à situação econômico-financeira. Criticou, asperamente, a política seguida pelo seu antecessor.

"Recebi o governo do País em aparente normalidade política. Um balanço das reais e subjacentes condições do momento nacional mostra, entretanto, que a sua estabilidade político-social se acha seriamente ameaçada pela difícil situação econômico-financeira; pelas tensões resultantes da inflação, que vêm acompanhando um processo de desenvol-

vimento parcial e desequilibrado, e alimentadas por injustas desigualdades na distribuição da renda nacional; pelo desajuste do aparelho institucional às novas exigências de um Brasil em rápida evolução; e, pela inadequação dos padrões de comportamento no exercício de funções públicas e na gestão dos dinheiros do povo."

Quando Jânio Quadros assumiu o governo, encontrou o povo brasileiro, talvez pela primeira vez, num estado de espírito altamente receptivo para todas as medidas de austeridade administrativa. Mesmo aqueles que não tinham sido seus eleitores estavam dispostos a colaborar. Entretanto, era necessário que ele começasse a aplicar essas providências de forma muito hábil, para não entrar em choque com grupos numerosos que, de há longos anos, estavam apegados a determinadas normas de vida. A luta não seria fácil, pois ele planejava penetrar em todos os setores, em alguns dos quais atingiria grande parte do seu próprio contingente eleitoral. A falta de habilidade poderia levá-los a bandearem-se para a oposição.

Mas Jânio Quadros não tardou em começar a sua reforma administrativa. Antes de completar um mês da sua posse, a 16 de fevereiro, surpreende todo mundo com o Decreto nº 50.273 que disciplinava o horário dos servidores do serviço civil do Poder Executivo e das autarquias.

Houve reação imediata. Parte da opinião pública aceitava a instituição do horário integral para o funcionalismo e, parte condenava. Muitos e muitos funcionários que exerciam mais de uma atividade, daí por diante teriam de optar e sem remuneração compensadora. Os funcionários em empresas particulares aplaudiram a medida, pois eles já estavam submetidos àquele regime. E por que não os funcionários do Estado? Além desse aspecto pessoal da questão, o horário vinha criar um congestionamento excessivo no tráfego, pela manhã e à tarde, com a coincidência da locomoção da maioria dos habitantes das grandes cidades. As pessoas passaram a ter de se alimentar fora de casa. Também não havia infra-estrutura para isso e, as poucas pensões ou lanchonetes existentes, não davam vazão à freguesia e logo aproveitaram para subir os preços, tornando-se acessíveis, apenas, a uma minoria.

No Congresso, a oposição iniciou logo as suas críticas severas ao novo presidente.

E seguem-se outros decretos: 21 de fevereiro, o de nº 50.284, em cujo Artigo 1º se lê:

"Serão exonerados ou dispensados, a partir de 31 de março, todos os servidores do serviço civil do Poder Executivo e das autarquias federais, cujos atos de nomeação ou admissão tenham sido publicados depois de 1º de setembro."

É da mesma data o Decreto nº 50.285 que proibia a nomeação ou admissão de pessoal de serviço civil do Poder Executivo, inclusive autarquias federais, pelo prazo de 365 dias. Os casos excepcionais teriam de obter a autorização expressa do presidente da República.

Essa medida visava, diretamente, ao governo Kubitschek que, nos últimos meses, tivera de fazer inúmeras nomeações, atendendo a compromissos políticos.

Mas os protestos contra a alteração do horário de trabalho do servidor público foram tão altos, que Jânio Quadros, a 16 de março, baixa a regulamentação do mesmo decreto. As repartições públicas tinham o direito de manter o antigo horário de 11h30 às 18 horas para os servidores que comprovassem: 1) morar distante e tivesse dificuldade de transporte; 2) ser mãe de família, encarregada de manter sob sua guarda filhos menores de 16 anos; 3) ser estudante – precisando, para isso, comprovar mensalmente sua freqüência às aulas.

A confusão causada por essa variedade de horários piorou a organização administrativa das repartições públicas e, conseqüentemente, surgiram protestos, não só dos diretamente interessados, como dos políticos da oposição.

Mas o fato de Jânio se mostrar eqüidistante dos partidos impressionava favoravelmente a opinião pública.

A 17 de março, novo decreto, o 50.350, cujo Artigo 1º é categórico:

"É vedado dispensar do registro diário do ponto qualquer servidor público, inclusive os ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas."

O decreto do dia 21 é o 50.369, que atinge em cheio os meios militares. São reduzidos os vencimentos e vantagens do pessoal militar no Exterior, na seguinte proporção: oficiais-generais, 30%; oficiais superiores e capitães, 25%; oficiais subalternos, 23%; e, praças, 20%.

A 28 de março, o Decreto nº 50.384 extinguia os cargos de adidos e adjuntos de adidos aeronáuticos junto às representações diplomáticas.

A 29, o Decreto nº 50.391 reduzia os vencimentos e vantagens do pessoal do Ministério da Fazenda em missão ou comissão no Exterior.

A 10 de maio, Jânio assina o Decreto nº 50.578 que atualizava disposições relativas ao fomento da produção do puro-sangue de corrida no País. Por esse decreto estava proibido o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis:

"Considerando que tem havido um desvio das finalidades para o puro espetáculo ou diversão pública, onde o jogo entra como fator preponderante . . .

Art. 2º – As corridas de cavalo e de trote somente poderão realizar-se nos domingos e dias feriados."

Era, também, vedado aos clubes de corridas de cavalos, instalar agências, sedes ou escritórios urbanos para a aceitação de apostas.

A opinião popular se dividia. Uns achavam a medida altamente moralizadora, outros protestavam, vendo no decreto uma possibilidade de retorno a um regime ditatorial. Esses eram, principalmente, os criadores de cavalos – políticos, banqueiros e industriais. As corridas de cavalos indispunham as cúpulas financeiras contra o novo presidente. Além disso, ha-

via um grande número de empregados dos Jóqueis Clubes que passaram a ser direta e vitalmente afetados com a medida. A renda dos clubes diminuindo, haveria, fatalmente, um aumento de desemprego.

A 18 de maio, surge um decreto mais original, o de nº 50.620, que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos, pois os centros onde se realizam tais competições convertem-se em locais públicos de apostas e jogos proibidos.

O Decreto nº 50.756, de 9 de junho de 1961, determina a proibição da propaganda comercial nos cinematógrafos.

No mês de junho, ainda, é assinado o Decreto nº 50.765, que proíbe o uso da propaganda, nos intervalos das programações, em casas de espetáculos. Nessa ocasião só é permitido música. Esse decreto foi recebido com grande prazer pelo público em geral.

A 10 de junho é promulgado o Decreto nº 50.776, que disciplina o funcionamento das seções de jogos lícitos, carteados nas sedes das sociedades, clubes e demais entidades recreativas sociais, culturais, literárias, beneficentes, esportivas e congêneres.

Pelo Decreto nº 50.812, de 17 de junho, Jânio Quadros passou a disciplinar a participação de menores de dezoito anos em programação de rádio e de televisão, com objetivos polêmicos e de crítica.

A 8 de agosto – a grande surpresa – Jânio Quadros assina o Decreto nº 51.166, restabelecendo o antigo horário do funcionalismo público.

Mas a maior preocupação de Jânio Quadros, desde que assumira o governo, era combater a inflação, estabilizar o custo de vida.

Jânio não concordava com a política desenvolvimentista de Juscelino. No discurso com que encerrou sua campanha no Recife, em setembro de 1960, foi lido um programa financeiro em que fez severas críticas à orientação do governo que ia suceder. Essa opinião era compartilhada por outros, entre os quais o antigo deputado e presidente do Banco do Brasil, Clemente Mariani, que a externara, em conferências e trabalhos.

Às vésperas da posse, Jânio mandou convidar o político baiano para um encontro, em São Paulo, em sua casa. Queria ouvi-lo; Mariani expôs suas idéias e recebeu o convite para a Pasta da Fazenda, "para compartilhar com ele todos os ataques que viriam". Mariani respondeu que, naqueles termos "era uma convocação para serviço de guerra". Assim, foram assentadas as linhas mestras da orientação a seguir que teria, por princípio, restabelecer a verdade cambial.

Antigo parlamentar, o ministro Clemente Mariani usou a tribuna do Congresso para expor, 35 dias depois, a 19 de abril, as diretrizes da nova política, justificando uma das medidas mais discutidas de sua gestão – a Instrução nº 204, apresentando-a como o aparelho hábil de contenção do processo inflacionário que vinha desgastando a resistência do País:

"A Instrução nº 204 não traduz, apenas, uma posição doutrinária em matéria de política de câmbio. Os seus dispositivos foram também impostos pela necessidade de solucionar situações concretas, com que nos de-

frontamos ao assumir o governo.

A posição doutrinária que informa a Instrução nº 204 não poderia, entretanto, surpreender a ninguém, fora afirmada pelo candidato Jânio Quadros, em diversos momentos de sua campanha para eleição presidencial e, sobretudo, formulada no programa financeiro lido em Recife, em setembro de 1960. Recebeu, portanto, a chancela da Nação no grande pleito que nos conduziu ao governo. Constituía, por outro lado, uma atitude coerentemente mantida pelo seu ministro da Fazenda, em todo custo de sua vida pública e de banqueiro, e reiteradamente por ele afirmada todas as vezes que, em relatórios, exposições, conferências, entrevistas, e mesas-redondas, teve oportunidade de se manifestar sobre o assunto.

As razões principais em que se fundamenta essa posição doutrinária estão associadas a duas premissas básicas.

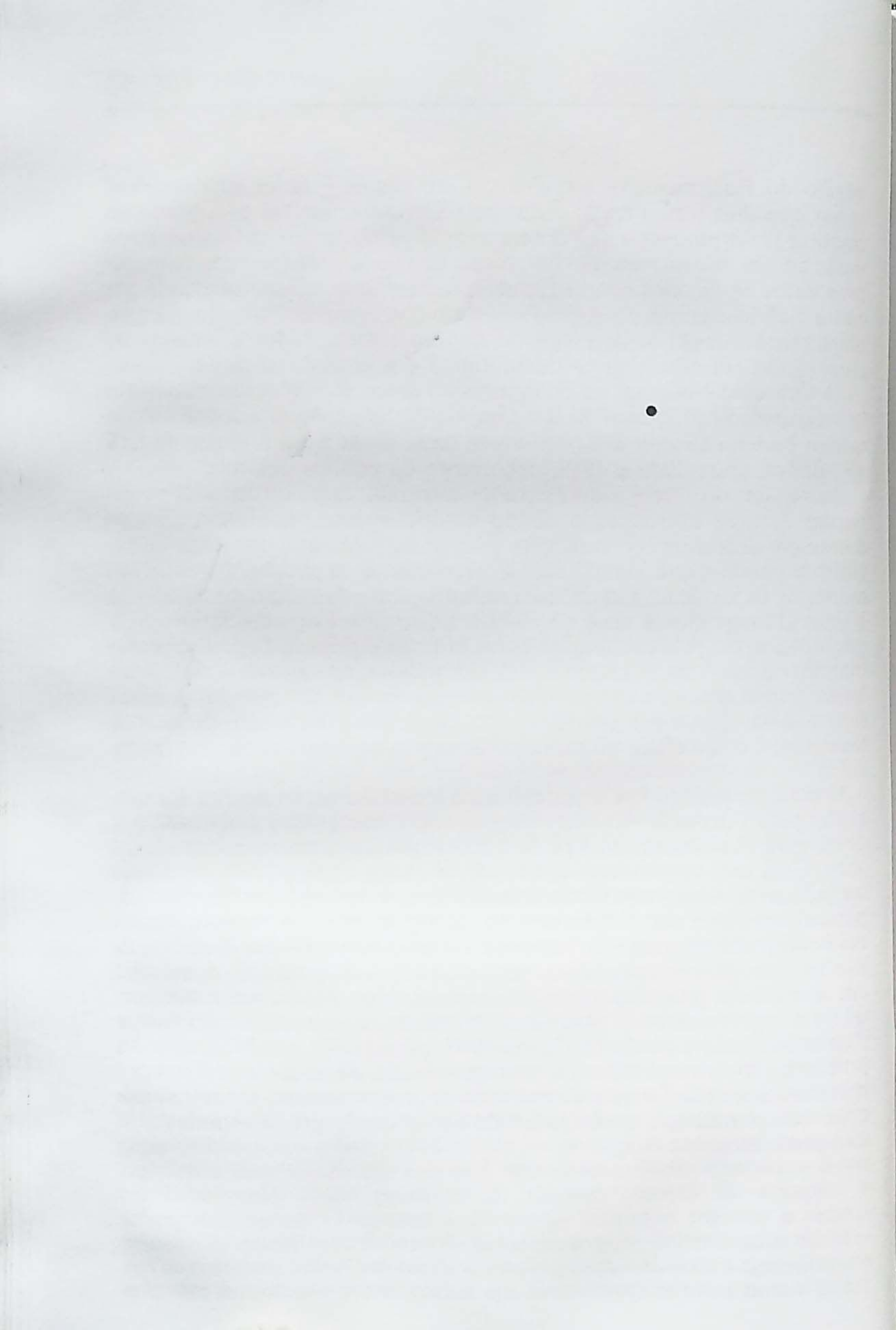
Primeiro, o reconhecimento de que a aspiração natural e legítima de todos os povos é o bem-estar social, que deve condicionar e representar o fim último de toda política econômica. Esse objetivo deve traduzir-se na elevação constante do padrão de vida da população, através de uma distribuição eqüitativa da renda nacional, níveis mais elevados de emprego, bem como num sistema de preços estáveis que assegure ao País a necessária ordem econômica, um progresso tranqüilo, firme e equilibrado, que inspire confiança e otimismo aos produtores, sem os altos e baixos, os avanços e recuos a que conduzem os excessos inflacionários. No comércio internacional, o ideal será que o câmbio traduza livremente a relação dos valores entre todas as moedas, a fim de evitar distorções altamente prejudiciais. A proteção e a defesa do trabalho deveriam ser feitas tanto quanto possível, de forma clara e racional, pelos processos fiscais, financiamentos adequados ou subsídios diretos.

Entretanto, sr. presidente, dificilmente poderia aplicar esse princípio em toda a sua pureza, e sobretudo em épocas de crise, em países de economia fraca, nos quais uma parte substancial das máquinas e equipamentos indispensáveis aos seus investimentos essenciais e mesmo os bens necessários ao seu funcionamento ainda são adquiridos no Exterior. A necessidade de assegurar as divisas para pagá-los conduz à formulação da segunda premissa, ou seja – a de que tais países não podem cometer a imprudência de deixar o câmbio exposto ao perigo das pressões organizadas ou inorganizadas, muitas vezes contrapostas aos interesses da economia nacional. Daí a necessidade de um mecanismo de controle com o regime democrático e federativo e com os princípios constitucionais que regulam a distribuição das rendas é utilizar-se o Poder Executivo dessa regulamentação como processo de realizar, através do câmbio, e sobrepondo-se ao Congresso a subversão daqueles regimes e desses princípios, criando um sistema de favoritismo para determinadas atividades às custas de outros setores de economia nacional, com a agravante de que esse favoritismo possa resultar em discriminações entre uma e outra

região do País, inclusive sacrificando em alguns Estados rendas tributárias que lhes foram asseguradas pela Constituição. Tal procedimento importa em promover o descontentamento geral, provocando queixas de umas contra outras classes econômicas, de regiões, até mesmo, como temos visto, de Estados contra Estados, fomentando a intranqüilidade social e política, comprometendo o desenvolvimento econômico harmonioso, aumentando os desníveis de riqueza entre Estados e indivíduos, ameaçando enfim, o regime democrático e a unidade nacional.

O Conselho Nacional de Economia, ao fazer, em 1960, um estudo sobre a situação econômica do Rio Grande do Sul, chegou à conclusão de que se poderia atribuir aos produtores desse Estado um prejuízo de Cr$ 40 bilhões, entre 1949 e 1959, decorrente da política agrícola.

As regiões do Norte e do Nordeste sofreram, também, consideráveis perdas durante esse período, sendo notória a descapitalização não somente em decorrência da inflação, mas, principalmente, por força do regime do câmbio, que, simultaneamente, diminuía as possibilidades de aumento de exportação. Em análise realizada para o Governo do Estado da Bahia, abrangendo os anos de 1949 e 1958, deixei demonstrado que o prejuízo sofrido pela economia baiana, em conseqüência da política cambial discriminatória, ascendeu a US$ 315 milhões, no valor de Cr$ 33,4 bilhões, à taxa desequilíbrio de 1958, que era de Cr$ 124 por dólar. Fácil será aos srs. deputados estimar a que montante subiria esse prejuízo à taxa atual e o seu efeito no processo de esgotamento da economia regional.

O subsídio prestado pela agricultura à industrialização do País foi estimado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme análise publicada em *Conjuntura Econômica*, em Cr$ 50 bilhões, por ano, num período de 12 anos. Com isso, construíram-se nos últimos anos obras grandiosas no setor industrial. As grandes fábricas constituem, sem dúvida, realizações espetaculares e que aumentam, mesmo, de algum modo, o Produto Nacional Bruto, embora para esse aumento, como indica a *Revista Brasileira de Economia*, hajam contribuído os maiores preços da produção doméstica em relação aos produtos importados substituídos. Mas a sua contrapartida é o esgotamento do Norte e do Nordeste, cuja contribuição para a Renda Nacional caiu de 13,9% em 1947, para 11,6%, em 1958, criando problemas sociais e políticos de maior gravidade. Foi o começo do empobrecimento no Rio Grande do Sul, com os preços dos seus produtos agrícolas comprimidos, e a obrigação de abster-se de produtos industriais ultraprotegidos.

A SITUAÇÃO DE FATO

CAPÍTULO VII

Todas essas razões de ordem doutrinária e considerações de ordem geral terão substituído, sem dúvida, um perímetro dentro do qual evoluíram e evoluirão as normas consubstanciadas na Instrução nº 204, mas não foram os motivos imediatos de sua adoção. Esses motivos foram, com efeito, o déficit potencial de caixa do Tesouro Nacional, na ordem interna, e o déficit do balanço de pagamentos, na ordem externa, a ambos os quais era necessário atender, sob pena de se instalar o caos no País e comprometer-se irremediavelmente o seu crédito externo.

O déficit financeiro potencial

Já é do conhecimento de V. Exa., sr. presidente, e dos srs. deputados, porque, além de várias declarações públicas, figura na mensagem inaugural do sr. presidente da República, o vulto ameaçador do déficit financeiro potencial com que se deparou o novo governo, ao assumir as funções. Sabe V. Exa. que o orçamento foi votado com um déficit de Cr$ 56 bilhões, mas que a verba atribuída ao pagamento do funcionalismo civil e militar em vez dos Cr$ 23 bilhões previstos no orçamento consumirá Cr$ 80 bilhões e que as subvenções à Marinha Mercante, também para cobertura de aumentos de vencimentos, apesar de haverem consumido quase Cr$ 10 bilhões em 1960, apenas foram contempladas com Cr$ 485 milhões no orçamento, em vigor, quando estão consumindo Cr$ 1 bilhão e 800 milhões por mês, vale dizer, mais de Cr$ 21 bilhões no exercício.

A esses Cr$ 134 bilhões de déficit orçamentário teremos de acrescentar mais Cr$ 73 bilhões de restos a pagar, fundos especiais, créditos especiais transferidos e créditos reabertos, fazendo subir os compromissos de natureza orçamentária a Cr$ 206 bilhões. A eles, entretanto, teríamos de acrescentar os recursos necessários para o financiamento das Usinas, da Cosipa, da Companhia de Álcalis, e da Petrobrás, importâncias essas que. acrescidas ao déficit orçamentário, fariam ascender o déficit financeiro potencial cerca de Cr$ 240 bilhões, outro tanto da receita prevista.

Mesmo admitindo, sr. presidente, um aumento da receita da ordem de Cr$ 30 bilhões, uma economia nos créditos transferidos de uns Cr$ 50 bilhões e mais uma economia de Cr$ 40 bilhões nas verbas de investimentos, apenas estaríamos reduzindo à metade do débito potencial da caixa de Cr$ 240 bilhões e bem pode V. Exa. avaliar o impacto de emissões de papel nesse montante, ainda mais nas circunstâncias de não podermos absorver parte dos meios de pagamento por eles gerados usando do recurso de estimular as importações, já que, como adiante veremos, não dispúnhamos de recursos em divisas para custeá-los. Impunha-se, pois, criar recursos de ordem fiscal, de preferência, e na sua falta, de ordem monetária.

Mas não era só. Outra ameaça pavorosa nos surgia pela frente, com as responsabilidades decorrentes dos compromissos cambiais, as quais se traduzem nos seguintes aspectos:

1º) tínhamos a pagar de atrasados comerciais, PVCs e contratos de câmbio, só no presente ano, US$ 440 milhões, fechados à taxa de Cr$ 18 e que teremos de comprar, no mínimo, a Cr$ 200, com um desembolso, portanto, de Cr$ 80 bilhões;

2º) temos de *swaps*, no mesmo período, US$ 140 milhões, sobre os quais adiantamos, em média, Cr$ 100 por dólar e teremos de comprar, no mínimo, a Cr$ 200, vale dizer, mais Cr$ 14 bilhões;

3º) teríamos de vender a Cr$ 100, hipotético câmbio de custo, US$ 650 milhões, com um prejuízo de Cr$ 100 por dólar, ou seja, mais de Cr$ 65 bilhões. Ao todo, como vêem V. Exa. e os srs. deputados, uma responsabilidade em cruzeiros de cerca de 160 bilhões a se acrescerem, no corrente exercício, àqueles 240 inicialmente referidos, e que arredonda a cifra para Cr$ 400 bilhões!

Como enfrentar essa perspectiva arrasadora, contra a qual, se se tratasse de gente, seria o caso de dizer, com Camões, que o ânimo valente perde a coragem? O famoso fundo de ágios, espécie de curral do Conselho, como disse certa vez, onde na frase de Camilo, 'por não ter portas, tudo tem entrada', já não existia. O seu saldo positivo de cerca de US$ 8,6 bilhões, segundo o balancete do Banco do Brasil, em 31-1-61, transforma-se num saldo negativo de quase US$ 15 bilhões, desde que realizados lançamentos não efetuados no devido tempo, como manda a lei para não se tornar pública a verdade; e esse déficit subiria a cifras astronômicas já ocorridas no valor do câmbio fechado que ascendia naquela

data a US$ 1.782 milhões e que deveriam ser cobertos com os recursos dos ágios. Não é reconhecimento do valor do custo do dólar em Cr$ 200 que conduz a esse resultado. É a elevação ocorrida nesse custo e os compromissos assumidos sem a disponibilidade dos recursos para assegurar a sua cobertura, contrariando o espírito da Lei nº 2.145 que, visando evitar a formação de atrasados, limitara o endividamento ao montante, registrado na época, de US$ 740 milhões.

Só duas maneiras havia de corrigir a situação, a menos que me indiquem outra: espaçar no tempo as obrigações com câmbio fechado, ou seja, os atrasos, os PVCs, os contratos de câmbio e os *swaps* e mesmo as obrigações sem câmbio fechado, como os compromissos financeiros, a fim de distribuir por vários exercícios o montante dessas responsabilidades, tanto em dólares quanto em cruzeiros, e passar a vender o câmbio de custo pelo seu custo real, em vez de emitir dinheiro para pagar a diferença.

Da primeira, estamos cuidando dos entendimentos com os nossos credores americanos e europeus. A segunda é o aumento de câmbio de custo para o seu valor real, como estabeleceu a Instrução nº 204, embora, no que tange às transferências, sem um resultado imediato total, porque uma parcela de cerca de Cr$ 11 bilhões, dos Cr$ 27 bilhões correspondentes aos US$ 270 bilhões de transferência a essa taxa, terá de ser em parte financiada e em parte subsidiada (caso das companhias de aviação), pela impossibilidade de os devedores atenderem de pronto à elevação da taxa.

Com essas medidas efetivas, sr. presidente, o que depende ainda da feliz ultimação das negociações que estamos mantendo com os nossos credores americanos e europeus, teremos reduzido a um peso suportável esse desequilíbrio de Cr$ 160 bilhões na liquidação de câmbio, no presente exercício. Teremos, entretanto, ainda de enfrentar o déficit remanescente da caixa, que se mantinha como vimos.

Bem sabem V. Exa., sr. presidente, e os srs. deputados que não poderíamos cogitar, para esse fim, de impostos novos já que estes, como os granadeiros de Offenbach, somente poderiam entrar em ação no próximo ano. Impostos, porém, existiam, vetados pelo Congresso e que, no desvario de simular uma situação inteiramente falsa, vinham sendo ilegalmente cobrados abaixo da sua real incidência: o dólar fiscal, elemento básico do cálculo do imposto de importação, estava sendo vendido a Cr$ 174, quando o próprio dólar sustentado pelo governo, em recursos de que não dispunha, era, há muito tempo, de Cr$ 230. O seu simples reajustamento importará no aumento de receita de cerca de Cr$ 10 bilhões: a cobrança do imposto único sobre os combustíveis, na base do novo dólar de custo, de Cr$ 200, assegurará, por sua vez, um aumento fiscal de mais de Cr$ 27 bilhões.

Dessa forma, restaram, ainda, para ser cobertos, sr. presidente, cerca de Cr$ 80 bilhões, quantia superior aos Cr$ 50 bilhões estimados na pri-

meira exposição por mim apresentada ao Ministério, diferença resultante das descobertas de compromissos antigos, que vamos cada dia realizando. Esse débito financeiro potencial terá de ser atendido por possível incremento de receita, por possíveis reduções maiores na despesa, mas sobretudo através dos recursos monetários que estamos procurando mobilizar e que consistem, sobretudo, nos seguintes:

– transferência dos bancos particulares e caixas econômicas para o Banco do Brasil dos depósitos de institutos e autarquias;

– colocação de Letras do Tesouro com os bancos particulares, por conta dos seus aumentos de depósitos;

– recolhimentos obrigatórios de bancos particulares à ordem da Sumoc;

– aumento das contas de depósito dos bancos particulares no Banco do Brasil;

– recolhimento ao Banco do Brasil, até sua aplicação, do produto do reajustamento dos preços de petróleo e trigo;

– acréscimo da receita da Petrobrás, em conseqüência do aumento do câmbio de custo, passando a sua posição no Banco do Brasil de devedora a credora;

– recursos provenientes do 3º Acordo do Trigo, da ordem de Cr$ 20 bilhões;

– recursos provenientes da venda de câmbio que possamos obter, para suplementação de nossa importação, em entendimentos que estamos realizando na América e Europa;

– colocação das Letras de importação do Banco do Brasil, criadas pela Instrução nº 204 e que, desde que estabelecido o ritmo normal das nossas importações, poderão ascender a Cr$ 40 ou Cr$ 50 bilhões."

Analisou o déficit do balanço de pagamentos.

EXAME NA SITUAÇÃO EXTERNA

•

CAPÍTULO VIII

"Em conseqüência do terrível endividamento do Brasil nos últimos anos e da concentração de vencimentos no ano corrente, a previsão dos nossos pagamentos no Exterior, para o período de março a dezembro, ascende a US$ 1.473 milhões, fora os US$ 180 milhões de atrasados, vale dizer, US$ 1.650 milhões, enquanto a receita não vai a mais de 730 milhões. Pode-se, pois, dizer que, se o governo passado houvesse vendido apenas os dólares de que dispunha, teria paralisado toda a vida do País dependente das importações e deixado de arrecadar cerca de Cr$ 140 bilhões dos ágios vendidos, com uma correspondente emissão de papel-moeda. Emitia, portanto, dólares e os trocava por cruzeiros. A diferença é que, com a emissão de cruzeiros, a Nação os paga a dois ou três meses, com o aumento do custo de vida, e a dos dólares tem de ser paga em espécie.

Daí o outro aspecto da situação que teve de atender a Instrução nº 204; o de permitir a reabertura da importação, sem incidir na mesma prática condenável de vender dólares inexistentes e até que um acerto com os nossos credores nos permitia pôr o mercado de câmbio para importação em condições normais.

A solução encontrada foi a de permitir que os importadores passassem a comprar os dólares de que necessitam no mercado de taxa livre. Mas como esse é um mercado de reduzida capacidade, foi necessário limitar as margens de compras semanais e criar dificuldades ao

uso imoderado do crédito para a compra de cambiais, evitando a repetição da corrida sobre o câmbio, que caracterizava os leilões tríplices.

Rigorosamente controlado, o que é por si só a resposta aos que imaginam estarmos marchando para um regime de ortodoxia liberal, o mercado de importação tem funcionado de maneira bastante satisfatória, influenciado inclusive pelas perspectivas de feliz resultado das negociações que estamos conduzindo na América e na Europa, que possibilitarão o seu abastecimento com maior largueza.

Os métodos que vinham sendo usados conduziram-nos aos resultados que vos apresentei: um déficit financeiro potencial de Cr$ 400 bilhões: um déficit do balanço de pagamentos, nas áreas conversíveis, de US$ 741 milhões e ainda posso acrescentar o déficit existente também nas áreas inconversíveis, eis que devemos a quase todos os países de moeda fraca. Até a Rússia, com quem começamos a comerciar ontem. Credores, apenas, de três ou quatro, por quantias mínimas."

Finalizando, o ministro da Fazenda declarou:

"Temos de reduzir ao mínimo o déficit orçamentário, disposto a eliminá-lo nos exercícios vindouros.

Temos de eliminar o déficit de caixa remanescente, pela criação de recursos monetários, capazes de dispensar ou reduzir drasticamente as emissões.

Temos de evitar o subsídio do câmbio de importação, por meio de emissões, ou à custa das exportações.

Temos de manter uma política de câmbio que nos permita distribuir no tempo a sobrecarga imediata dos nossos compromissos em moeda estrangeira e nacional e nos facilite a obtenção de novos créditos, com que acelerar o nosso desenvolvimento econômico.

A Instrução nº 204, sr. presidente, é um instrumento dessa política. Com a compreensão desta Câmara e da Nação, esperamos em Deus que nos ajude a realizá-la."

Em fevereiro esteve no Brasil o embaixador Adolf Berle. Ofereceu auxílio às necessidades imediatas do País. Jânio recusou. Precisava de US$ 1 bilhão. Ou tudo ou nada.

Berle vinha falar, também, sobre Cuba e as apreensões de seu governo. Desejava o apoio do Brasil para uma atuação conjunta interamericana. Jânio declarou, francamente, que não apoiaria qualquer ação intervencionista. A opinião pública brasileira ainda considerava o governo de Fidel Castro democrático e nacionalista. Berle levou ao seu governo a informação de que o presidente brasileiro sofria pressão de elementos da esquerda.

Outras negociações tinham de ser tentadas. Através de um rigoroso plano de economia, e o estímulo às arrecadações e das Instruções nº 204 e 205, complementadas pela de nº 208, o governo objetivava:

1º) Reduzir e, por fim, eliminar as distorções resultantes da manutenção do chamado câmbio de custos. O café continuou a custear as suas próprias despesas de sustentação de preço no mercado internacional, mas o saldo do produto das suas cambiais, retido pela Sumoc, deixou de ir beneficiar determinadas áreas de interesse para se constituir em reserva monetária destinada a atender a necessidades da própria lavoura e a corrigir parcialmente o déficit financeiro. Estimulou-se a produção de cafés finos e de boa qualidade, desestimulando-se a de cafés baixos, enquanto, através de medidas administrativas, começou-se a eliminação dos estoques impróprios para o consumo, estimados em dez a 12 milhões de sacas.

2º) Restabelecer a normalidade do comércio exportador de cacau. A Cacex retirou-se do mercado, mantendo, entretanto, a sua disciplina. O pagamento de um dólar de Cr$ 210, para o cacau, assegurou um preço mínimo igual ao que vinha sendo pago pela Cacex enquanto, com a diferença entre esse dólar e o do câmbio livre, passou o preço mínimo, no caso da queda das cotações internacionais, a subvencionar a produção de derivados, para manter a relação com o preço das amêndoas, e a promover o aperfeiçoamento da lavoura cacaueira.

3º) Estimular a exportação dos demais produtos, criando para eles condições competitivas nos mercados internacionais, pela venda das suas cambiais a taxas de câmbio.

4º) Reduzir o déficit financeiro, através do aumento dos ingressos, provenientes das seguintes fontes: a) redução, a princípio, e depois eliminação dos benefícios do câmbio de custo, a qual, do ponto de vista do recebimento dos cruzeiros, não foi, nem poderia ser total, pela necessidade de financiar ou dilatar os prazos de recolhimento da diferença, para os órgãos estatais, as autarquias, para empresas de navegação aéreas, as de serviços públicos dependentes de aprovação do governo para as suas tarifas, e as empresas em geral ainda em fase de instalação; b) aumento da arrecadação do imposto único sobre combustíveis, tanto para o governo federal, como para os Estados, Municípios, Petrobrás e Rede Ferroviária; c) aumento do imposto de importação, pela correção do dólar fiscal; d) aumento da receita da Petrobrás; e) duplicação dos recursos obteníveis em cruzeiros com a venda do trigo adquirido ao governo americano, para pagamento no prazo de 40 anos, com quatro de carência, em moeda nacional; f) drenagem de recursos financeiros, em poder do público, através das letras de importação do Banco do Brasil.

5º) Criar condições para um entendimento com o Fundo Monetário Internacional e os credores externos, no duplo sentido de realizar uma consolidação dos nossos débitos a prazo curto, dilatando o prazo dos seus pagamentos e obtendo períodos de carência, bem como conseguindo novos créditos para liquidação dos atrasos e que cobrissem o remanescente do déficit do balanço de pagamentos, permitindo a manutenção do ritmo normal do nosso comércio importador. Reduzir, conseqüentemente, o

déficit financeiro, pela menor necessidade de aquisição de dólares no mercado cambial, dividindo o seu custo pelo número de anos de amortização dos empréstimos novos e os de consolidação."

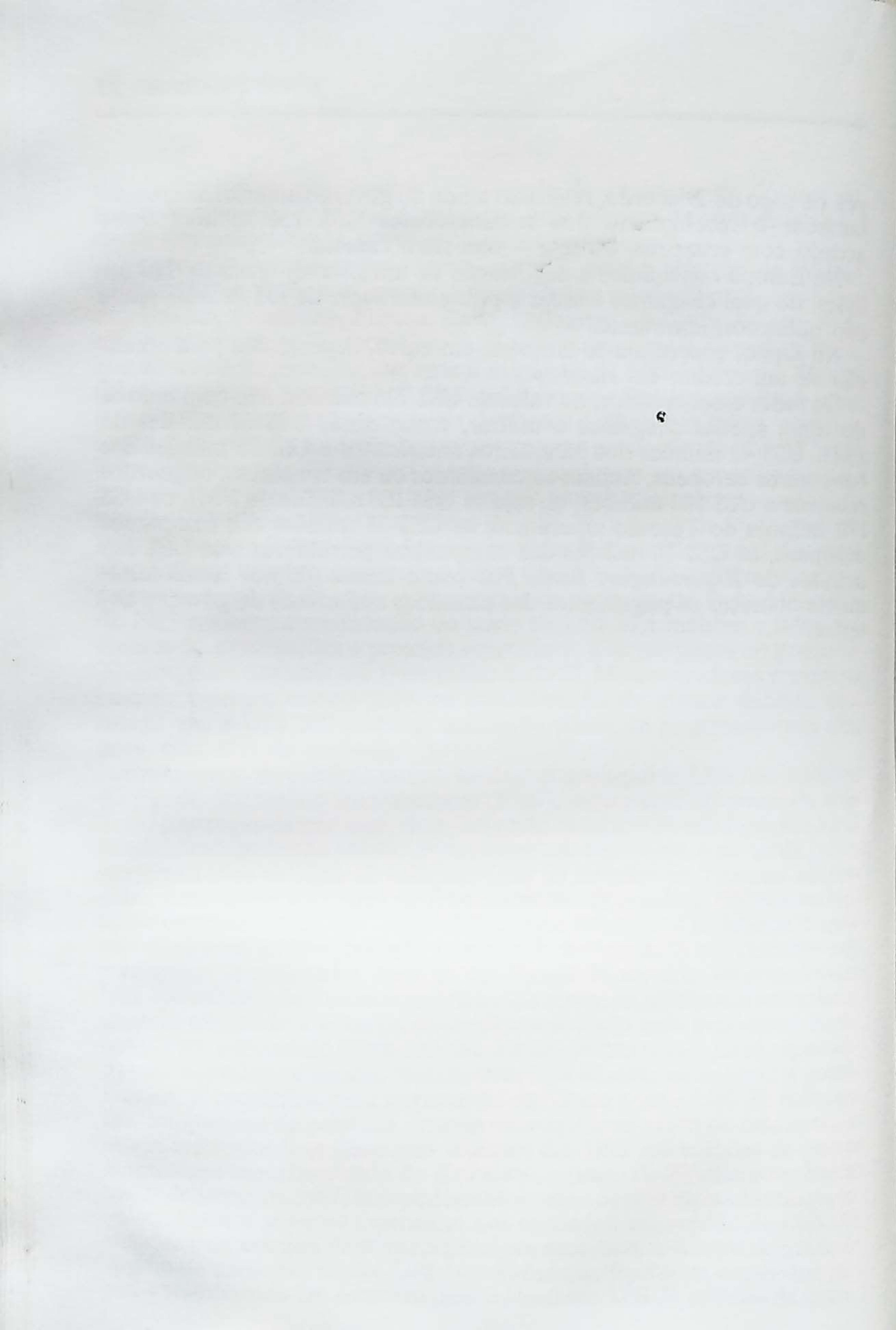
Novos acordos financeiros foram obtidos, com a atuação de Walter Moreira Sales, Roberto Campos, Miguel Osório e João Dantas, nos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Holanda, Suíça e Suécia. A interferência do secretário do Tesouro americano, Douglas Dilon, que se assustou, inicialmente, ante a exigência de US$ 1 bilhão e 200 milhões, modificou a situação. O *National Economic Development Bank* e outros bancos americanos, aos quais devíamos US$ 210 milhões, com garantia de ouro, não somente prorrogaram uma prestação de US$ 28,5 milhões, durante os entendimentos, mas concordaram em consolidar a responsabilidade total, para ser paga em seis parcelas semestrais consecutivas, de US$ 28,5 milhões e a última de US$ 29, a partir de 1º de abril de 1963. O *Export-Import Bank* fez a consolidação do saldo global dos seus empréstimos compensatórios, no valor de US$ 212,59 milhões para resgate num prazo de 20 anos, com período de carência até 1º de dezembro de 1963 e mais a consolidação do saldo de US$ 29,1 milhões e financiamentos de exportações e projetos específicos, a serem pagos no prazo de 20 anos, com carência até 1º de junho de 1977. Nossos credores europeus haviam também concordado na consolidação de nossos débitos que montavam a US$ 300 milhões, aceitando plano de pagamento em dez anos, com dois de carência.

Em matéria de créditos novos, havíamos conseguido US$ 160 milhões do Fundo Monetário Internacional (FMI), para pagar no prazo de três anos, prorrogáveis por mais dois, havendo recebido imediatamente US$ 60 milhões e podendo utilizar os restantes em dez meses, a partir de julho em prestações de US$ 10 milhões; US$ 70 milhões do Tesouro americano, para serem utilizados no financiamento de possíveis déficits no balanço de pagamentos, dos quais US$ 35 para serem logo utilizados, o que não chegamos a fazer, por não termos tido necessidade e o restante em prestações sincronizadas com as do Fundo Monetário Internacional; US$ 100 milhões do Tesouro americano, a serem recebidos em setembro, quando concluída a cotação do crédito solicitado pelo presidente Kennedy, para pagamento possivelmente em cinqüenta anos e juros especialmente reduzidos ou mesmo inexistentes; US$ 48 milhões de bancos particulares, já recebidos, para pagamento em cinco anos e US$ 70 milhões das companhias de petróleo, através de *swaps* com prazo de três anos, a serem realizados logo que, com recursos dos US$ 168 milhões de outro empréstimo também obtido do *Eximbank*, a prazo de 20 anos e carência até 1º de junho de 1967, lhes pudéssemos pagar os seus atrasados daquele valor. Ainda o governo americano nos concedeu um crédito de US$ 70 milhões para compra de trigo, pagável em cruzeiros, a 40 anos de prazo e quatro de carência, menos US$ 14 milhões que figuraram como donativo, e transformou em donativo para o Nordeste US$ 34 milhões da com-

pra de trigo do 2º acordo, realizado ainda no governo anterior, acertando também o recebimento dos remanescentes US$ 136 milhões desse acordo com cruzeiros, ou seja – sem risco cambial.

Na Europa concluímos a negociação de um *stand-by credit* de 110 milhões, do qual chegamos a sacar a primeira *tranche* de 135 milhões ainda não utilizados, entretanto.

No Japão, encontram-se também, em curso, negociações para obtenção de um crédito em *stand-by*.

De todos esses créditos, no valor de US$ 726 milhões, não contando os do trigo, apenas chegamos a utilizar, como disse, US$ 60 milhões do FMI, US$ 48 milhões dos banqueiros americanos e US$ 35 milhões dos banqueiros europeus. Acham-se concluídos ou em conclusão, os acordos relativos a US$ 583 milhões, ou seja os US$ 100 milhões do FMI, os US$ 170 milhões do Tesouro americano, os US$ 75 milhões dos banqueiros europeus, os US$ 70 milhões das companhias petrolíferas e os US$ 168 milhões do *Export-Import Bank*. Por conta destes últimos íamos justamente começar os pagamentos dos atrasados comerciais do governo anterior."

AS PERSPECTIVAS DE AGOSTO

•

CAPÍTULO IX

Ao começar o mês de agosto eram as seguintes as perspectivas: a) o déficit orçamentário de Cr$ 56 bilhões, mais o déficit decorrente das leis de classificação e paridade, de Cr$ 81 bilhões, deveriam resultar nos primeiros sete meses do ano, num déficit de Cr$ 80 bilhões. Entretanto, apesar de havermos, no período, liberado Cr$ 8,2 bilhões de restos a pagar e créditos extraordinários, o déficit real de caixa de Tesouro, junto ao Banco do Brasil, traduzindo o esforço realizado nos setores da arrecadação e da compressão de despesas, atingira, apenas, cerca de Cr$ 50 bilhões, em 19 de agosto, e montante inferior aos suprimentos às autarquias, no valor de Cr$ 63 bilhões, dos quais US$ 48 para a Rede Ferroviária e a Marinha Mercante;

b) os atrasados comerciais existentes em 31 de janeiro montavam em moedas conversíveis a US$ 166,7 milhões na área americana e US$ 133,4 milhões na área européia. Até 31 de julho, venceram-se mais 217,9 milhões de PVCs vendidos pelo governo anterior, enquanto o saldo remanescente dos atrasados nesta última data, em todas as áreas conversíveis, baixariam a 223,7 milhões (221,1 sobre os Estados Unidos e 12,6 sobre a Europa). Foram pagos, portanto, US$ 293 milhões vendidos pelo governo anterior e pelos quais apenas recebemos Cr$ 18,90 por dólar. A diferença representa cerca de Cr$ 68 bilhões.

c) os atrasados comerciais nas áreas inconversíveis apresentaram uma redução de US$ 71 milhões, ou Cr$ 16,5 bilhões dos quais US$ 25 milhões no nosso débito com a Argentina.

d) a 31 de janeiro deste ano, o Banco do Brasil registrou um déficit de quase 29 milhões nas suas compras e vendas de mês. Respondia por 136 milhões de PVCs (fora os atrasados), 387 milhões de *swaps* e 78 milhões de letras a pagar, emitidas para utilização das linhas de crédito nos correspondentes estrangeiros. Em 25 de agosto, registrou, nas compras e vendas do 2º semestre, um saldo de 64 milhões; os PVCs estavam reduzidos a 9 milhões, os *swaps* a 326; as letras a pagar haviam deixado de existir e o saldo positivo nas contas de correspondentes era de 37 milhões.

e) nos meses de março a julho, a exportação superou a dos meses correspondentes do ano anterior em US$ 21 milhões; nas transações financeiras, o aumento, traduzindo a confianca na política financeira do governo, foi de US$ 118,5 milhões;

f) das obrigações a prazo curto no estrangeiro, que representavam, em 31 de janeiro, US$ 800 milhões, US$ 250 haviam sido transferidos, em 31 de julho, para médio e longo prazos e a situação estaria completamente regularizada com a entrada em vigor dos demais empréstimos, já assinados e por assinar com os credores americanos e europeus.

g) malgrado o déficit orçamentário potencial de 80 bilhões, as compras de dólares para pagamento dos PVCs do governo anterior, de cerca de 68 bilhões, a redução dos atrasados nas áreas inconversíveis, no valor de Cr$ 16,5 bilhões, e pagamento de US$ 61 milhões de *swaps* (Cr$ 15.250 milhões) e atendimento de necessidade de crédito do setor privado, a compra e venda de produtos de exportação e importação no valor de cerca de 13 bilhões e a liberação de depósitos bancários à ordem da Sumoc, no montante de mais de 15 bilhões, malgrado tudo isso, os recursos financeiros mobilizados através das letras de importação e exportação, da venda de trigo e dos reajustamentos de valores em conseqüência da Instrução nº 204, juntando-se ao aumento da arrecadação e à compressão de despesas, haviam limitado as emissões do papel-moeda, em 1961, até 24 de agosto, a Cr$ 30 bilhões, em escala decrescente, até julho, justificando-se o aumento de agosto pelo financiamento da safra de café e compreendendo-se nas de fevereiro 4,5 bilhões para reforço da caixa do Banco do Brasil, desfalcada em janeiro com recolhimento injustificado à Caixa de Amortização.

Em sua visita aos Estados Unidos, o ministro Mariani manteve conversações com os dirigentes do FMI, que tentaram obter compromissos formais no sentido de liberação imediata de câmbio. Mariani respondeu que era essa a intenção de seu governo e o faria, se possível, e logo que possível. Dilon manifestou o desejo de que isso acontecesse antes da Conferência de Viena, já programada. O ministro brasileiro pôde cumprir a promessa. Antes da conferência telegrafava dando conta de que tinha liberado o câmbio.

Como conseqüência das medidas de caráter financeiro, Jânio Quadros resolveu promover reuniões periódicas com grupos de governadores dos Estados. Era fundamental que o esforço empreendido pelo seu governo,

visando ao desenvolvimento econômico do País, beneficiasse a todas as regiões, o que só poderia ocorrer através de uma política de integração nacional.

Ao assumir o governo, o índice de crescimento da renda nacional era de 7%, um dos mais elevados do mundo. Mas o desenvolvimento global não condizia com aquela taxa.

Desde a sua campanha eleitoral que o presidente Jânio Quadros mostrava grande preocupação com o Nordeste, principalmente pelo contrato com os Estados de outras regiões.

O Nordeste não poderia continuar a ser, apenas, consumidor dos produtos industrializados no Sul. O presidente achava indispensável e urgente, para a economia do País, que houvesse uma descentralização.

Assim é que foi marcada para 24 de março de 1961 a I Reunião de Governadores. Realizada na cidade de Florianópolis, congregou os governadores do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola), Santa Catarina (Celso Ramos) e Paraná (Ney Braga).

Jânio Quadros se baseava no relatório de Clemente Mariani, incorporado à mensagem ao Congresso Nacional.

Segundo o ministro da Fazenda, em oposição ao progresso industrial do Leste e Sul, viera "o esgotamento do Nordeste e do Norte, cuja contribuição para a renda nacional caíra de 13,9% em 1947 para 11,6% em 1958, criando problemas sociais e políticos da maior gravidade; o empobrecimento do Rio Grande do Sul, com os preços dos seus produtos agrícolas comprimidos e a obrigação de abastecer-se de produtos industriais e ultraprotegidos".

Nesse primeiro encontro com governadores, Jânio Quadros distribuiu verbas e adotou medidas de importância para a região.

"Beneficiando ao mesmo tempo os três Estados, o chefe do governo autorizava: a) constituição de grupos de trabalho com objetivo de criar o Instituto Nacional do Pinho, o Conselho de Desenvolvimento Regional (proposto pelo governador Leonel Brizola) e o Banco Regional de Desenvolvimento; b) aumentar os trabalhos das estradas BR-35, BR-87 e BR-14, bem como a construção de uma rodovia para o escoamento da produção de café das zonas de Paranaguá e Paranavaí; c) organização da Empresa de Energia Hidráulica, com capital privado e público."

A II Reunião ocorreu um mês depois. Desta feita, Jânio Quadros encontrou-se com os governadores da região Centro-Sul: Fernando Correia da Costa, de Mato Grosso, Mauro Borges, de Goiás, Abelardo de Alvarenga Mafra, de Rondônia e José Altino Machado, do Acre.

Segundo o presidente, "a salvação é dirigir a pátria de costas para o mar. No interior estão nossas esperanças; no interior reside nosso futuro. Esperanças de bem-estar, de abundância, de tranqüilidade social".

E deu a Mato Grosso uma escola de agronomia em Campo Grande e uma faculdade de filosofia em Cuiabá. Cuidou da melhoria do transporte fluvial; do estabelecimento do Banco do Estado; da aplicação de verbas

da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e da Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste, em benefício do Estado; da construção de refinarias de petróleo em Cuiabá.

Para Goiás foram verbas para instalação de redes de água e esgotos em Goiânia, Anápolis e outros municípios.

Rondônia e Acre tiveram a concessão de créditos através do Banco de Crédito da Amazônia para incremento na exploração da borracha; reconstrução de Porto Velho; conclusão de trechos finais da BR-29 e BR-30; verba de Cr$ 25 milhões para obras de interesse público.

A 26 de maio a vez do Nordeste. O presidente tem a III Reunião com os governadores da Paraíba (Pedro Gondim) e Pernambuco (Cid Sampaio), na cidade de João Pessoa.

A IV Reunião é feita no dia 29 de junho, no Rio de Janeiro. Comparecem Carlos Lacerda, da Guanabara, Celso Peçanha, do Estado do Rio e Carvalho Pinto, de São Paulo.

A idéia daquelas convenções teve o aplauso da opinião pública. O presidente ia ver *in loco* o que se passava nas diferentes regiões do País, tinha diálogos diretos e pessoais com os governadores, eliminando as influências dos políticos que sempre foram os intermediários dos interesses de seus Estados; os problemas eram discutidos à vista de todos, fazendo que, praticamente, a Nação participasse e examinasse com os governantes as possíveis soluções para os problemas nacionais. Mas o Congresso não ficou feliz com aquela inovação, pois tirava a força dos congressistas nos próprios Estados de origem.

POLÍTICA EXTERNA

•

CAPÍTULO X

A preocupação de Jânio pelas questões da política externa levou-o a empreender longa viagem ao Oriente, logo que deixou o governo de São Paulo. Na volta, visitou a União Soviética, acompanhado pelo jornalista João Dantas, diretor do *Diário de Notícias*. Nessa ocasião, conferenciou com Nikolai Patolichev, ministro do Exterior da Rússia, sobre a possibilidade do restabelecimento de relações comerciais entre o Brasil e o mundo soviético.

Ao regressar ao Rio de Janeiro, João Dantas declarara aos jornalistas que as intenções do candidato Jânio Quadros eram, se eleito, manter relações com os países da área socialista, onde via grandes mercados para vários produtos brasileiros, que seriam trocados por petróleo cru, fertilizantes e maquinaria.

Também, quando o candidato apresentou, em 1960, seu programa de governo, foi confirmada a intenção de estabelecer relações comerciais com todos os países que se dispusessem a adquirir produtos brasileiros em condições satisfatórias.

O interesse de Jânio Quadros era expandir as nossas relações comerciais com todo o mundo, libertando o Brasil da limitação que se encontrava, preso ao tradicional mercado consumidor dos Estados Unidos. Até então, e por outros motivos, nós desconhecíamos inteiramente o desenvolvimentismo de várias nações européias em especial a Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, Bulgária, Hungria, Iugoslávia e a própria União Soviética.

Para o novo presidente, era fundamental expandir o nosso comércio

exterior. Era preciso colocar a produção nacional ao alcance de outros mercados.

Quando Jânio Quadros, a 15 de março, enviou ao Congresso a sua única mensagem, no Capítulo IV – Política Externa, era claro o seu ponto de vista:

"A política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção, no mundo, do que ele é intrinsecamente. Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância. País disposto a empenhar-se integralmente em vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico, genericamente renovador, sem ser rebelde. Livre de compromissos externos anacrônicos ou oportunistas, e já tendo alcançado uma significação, nas relações internacionais, que lhe dá considerável possibilidade de ação de conseqüente responsabilidade – o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.

Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em torno de ideais democráticos que vão, agora, cada vez mais profundamente, marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência dessa circunstância. Pelo contrário. Mais claramente do que nunca vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há de defender e a situação favorável em que se encontra o Brasil para exercer sua ação, pelo exemplo e pela honestidade de propósitos.

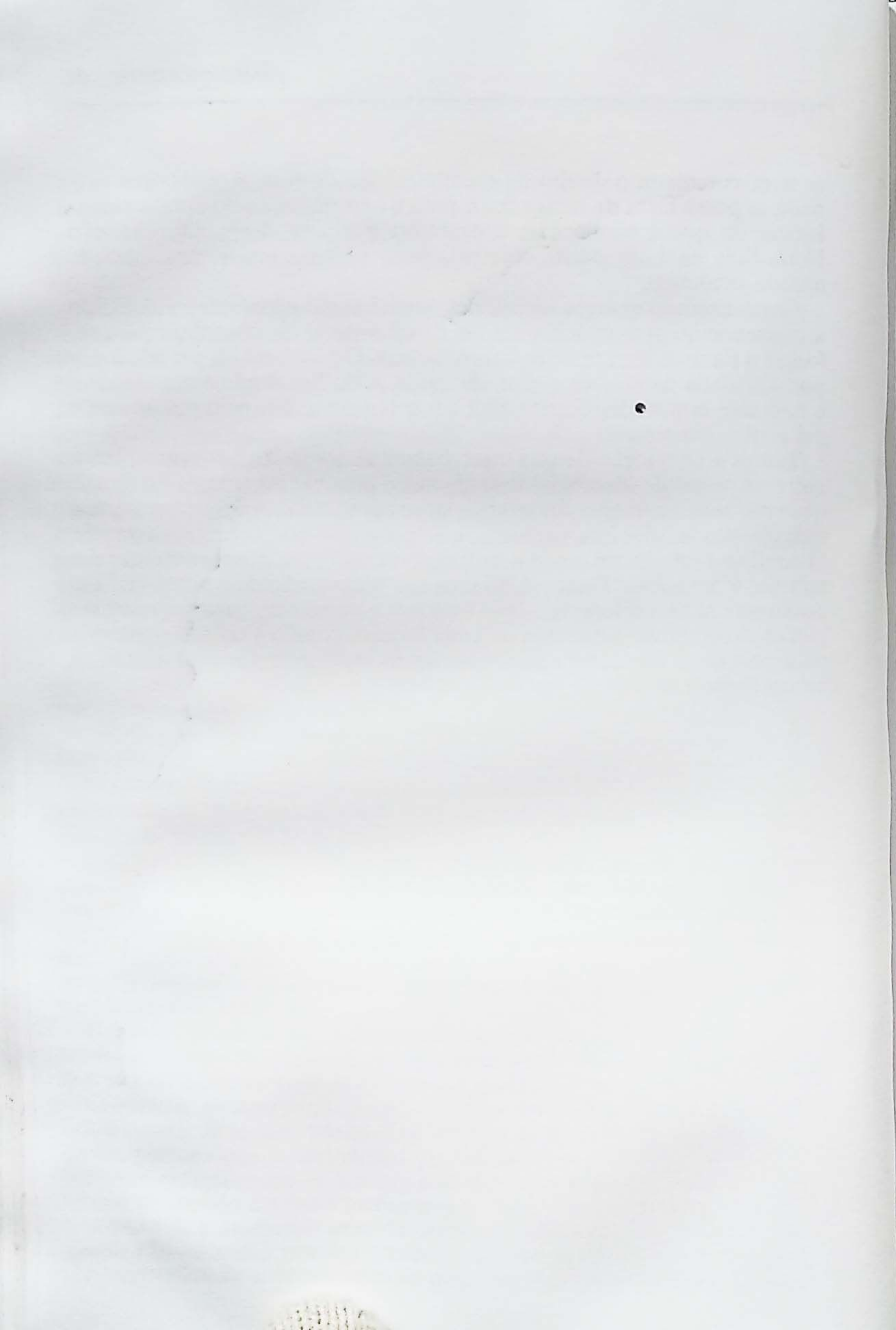
Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades levou o governo a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos.

O grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento e a justiça social que são da essência mesma dos ideais democráticos.

O interesse no desenvolvimento econômico é comum à maior parte da humanidade. Já se tem falado num conflito entre o Norte e o Sul deste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito ideológico Leste-Oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquele, não encontra grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional em que

as nações tenham o direito de escolher o seu destino. Acreditamos que nada se possa fazer de mais eficaz, para a neutralização do conflito ideológico, do que a eliminação, progressiva e rápida, dessa diferenciação Norte-Sul; nenhum outro objetivo, pois, merece maior empenho do mundo ocidental.

Concentrando energia no seu desenvolvimento econômico e decidido a conservar-se democrático, tem o Brasil o dever de contribuir para reforçar a paz e reduzir tensões internacionais. O problema da paz não é responsabilidade de poucos e, sim, de todos. A do Brasil não é das menores e não será esquivada. Temos uma contribuição a dar, pelo que somos e pelo que queremos.

Temos a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz. O conflito Leste-Oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas. Temos confiança nas nossas, não desejamos mal aos povos que as têm diferentes. Não existem, a nosso ver, quaisquer que sejam as expectativas subjetivas de cada facção, conflitos ou antagonismos de índole doutrinária, ou social, que sejam incompatíveis com a política de *convivência sincera, de coexistência leal.*

NAÇÕES UNIDAS

•

CAPÍTULO XI

Além da reativação das relações bilaterais com os países socialistas, em bases de respeito mútuo e visando ao incremento do comércio, o Brasil considera essencial à diminuição da tensão mundial uma política de fortalecimento das Nações Unidas. Para o governo brasileiro, a Organização das Nações Unidas, sendo menos que um super-Estado, é mais do que uma soma de seus Estados-membros e não foi feita para ser utilizada por eles, isoladamente ou em grupo, como instrumento de sua política paroquial ou de seus interesses mais imediatistas. Não foram elas criadas para proporcionar a expansão deste ou daquele bloco, mas para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem, vitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, estimular a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados. O Brasil apóia todos esses objetivos, que são seus, que considera inerentes ao que há de essencial ao mundo livre e o faz sem reservas, sem compromissos espúrios. Só temos compromissos com nossa Constituição, com nossa opinião, com os tratados e convenções vigentes e os princípios cristãos que informam a ética dos objetivos e meios de ação de nossa política exterior. O que o governo brasileiro deseja para seu povo é o que deseja para todos os outros. Naturalmente ressalvadas as limitações decorrentes da natureza das relações entre nações soberanas, a honestidade de propósitos com que o governo brasileiro, emanação do povo, se coloca a ser-

viço desses princípios éticos, na órbita interna, é a mesma que orienta sua ação no âmbito externo.

Essa posição brasileira não é, de modo algum, incompatível com um *consensus* ético mínimo, indispensável à convivência sincera e leal que propugnamos.

A sinceridade é da essência de uma ordem pacífica, no mundo, e o respeito pela opinião alheia. Tendo indicado a atitude do governo no que tange às grandes questões de alcance econômico, o conflito Leste-Oeste, o desenvolvimento dos povos pobres e a paz cumpre agora examinar as linhas de ação que se oferecem no que concerne aos problemas que afetam cada grande região do mundo.

PAÍSES SOCIALISTAS

•

CAPÍTULO XII

O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas. Foram, por isso, tomadas providências para o estabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria e a Bulgária e prosseguem os estudos para normalizar nossas relações com todos os países.

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o governo que a Delegação do Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação plena das credenciais dos representantes da República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da República Popular da China.

Nesta área, como em todas as demais, as medidas para ampliação de nossos mercados no Exterior são da maior relevância; todas as possibilidades serão exploradas objetivamente, sem admitir sejam elas desvirtuadas para fins ilegítimos.

CAPÍTULO XIII

A todo mundo afetam a paz e a estabilidade da Europa. Ninguém pode descuidar-se do problema da normalização das relações entre os dois grandes blocos de poder na sua fronteira mais viva, que biparte o continente europeu. Não é possível desconhecer aqui os interesses vitais de uma parte e de outra sem pôr em risco as possibilidades de uma convivência sincera.

O governo brasileiro acredita que uma das questões críticas que requerem tratamento preciso e sem tergiversações, no interesse de todos, é a questão da Alemanha. Estamos profundamente convictos de que o problema alemão é um dos problemas-chaves da tensão mundial e desejamos reafirmar que nossa posição sobre o assunto continua inalterada. Acreditamos que o governo de Bonn é a verdadeira expressão política da Alemanha.

Poucos acontecimentos poderão contribuir mais para a paz e a prosperidade do mundo que o substancial progresso econômico verificado na Europa Ocidental nos últimos anos. Ligados a essa região por tantos laços, em que sobreleva o vínculo perene com o povo português, consideramos indispensável que o progresso europeu resulte em trocas comerciais mais abundantes e num apoio decisivo ao desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina. Não serão, a longo prazo, vantajosos para a própria Europa os esforços de integração econômica a que ora se dedica, se deles decorrer a indiferença pelas grandes possibilidades da cooperação com a América Latina.

Os interesses europeus, há que sublinhar, se ajuntam completamente aos interesses brasileiros de aumentar as relações de troca com o velho continente e dele absorver parcelas mais substanciais de investimentos e de créditos a longo prazo. É indispensável, para tanto, que as pautas de importação sejam atualizadas, levando em conta a rápida e crescente industrialização brasileira. É indispensável, por outro lado, que os mecanismos europeus de financiamento, que prosseguem submetidos à restritiva regulamentação da Convenção de Berna, sejam adaptados às novas exigências mundiais de financiamento a longo prazo.

O mercado brasileiro constitui hoje um dos mercados em maior expansão do mundo e reflete a demanda de uma população crescente, que conta 70 milhões de habitantes e cuja renda *per capita* é igualmente crescente. Este mercado sempre esteve aberto à oferta internacional e sempre foi particularmente sensível à tradição de qualidade da indústria européia. O incremento da procura de bens de produção, determinado pelo rápido desenvolvimento brasileiro, entretanto, torna necessária a adoção de esquema de financiamento por mais longo prazo de parte dos países que queiram acompanhar a expansão de nossas compras.

O governo empreenderá as necessárias gestões, junto aos países europeus, no sentido de promover a adoção de formas de financiamento a prazo longo, compatíveis com o nosso mútuo interesse na aplicação do intercâmbio comercial e na sadia aplicação, na aceleração do desenvolvimento brasileiro, da poupança européia.

MUNDO AFRO-ASIÁTICO

•

CAPÍTULO XIV

Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos eles praticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população. Da mesma aspiração de paz mundial participamos e com o mesmo fervor e a mesma disposição de agir nos conselhos mundiais pela redução das tensões. Somos um povo de todas as raças, em que a cor, a religião, a filiação política são irrelevantes, e o indivíduo vale pelo que é. Não aceitamos qualquer forma de modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso.

O princípio de autodeterminação, em suas aplicações, necessariamente envolve problemas específicos em cada situação. Não é possível confundir a pretensão de um povo à independência com a pretensão de um Estado a obter território alheio por motivos apenas de proximidade geográfica.

Nenhuma satisfação maior para o governo, no cenário mundial, do que ver aproximar-se o dia em que um povo de tanta significação no mundo islâmico, como é o argelino, atingir a sua independência. O Brasil

formula os melhores votos para que os entendimentos entre os dois grandes estadistas, que são De Gaulle e Burguiba, possam facilitar o encaminhamento de uma solução decisiva para a heróica luta do povo argelino.

Não serão descuidadas as oportunidades para estreitar relações com os povos árabes, cuja cultura tem velhas conexões com a nossa e cujos filhos vieram ao Brasil para engrandecê-lo.

O nosso esforço na África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais. Queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos: político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam, de um e de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas.

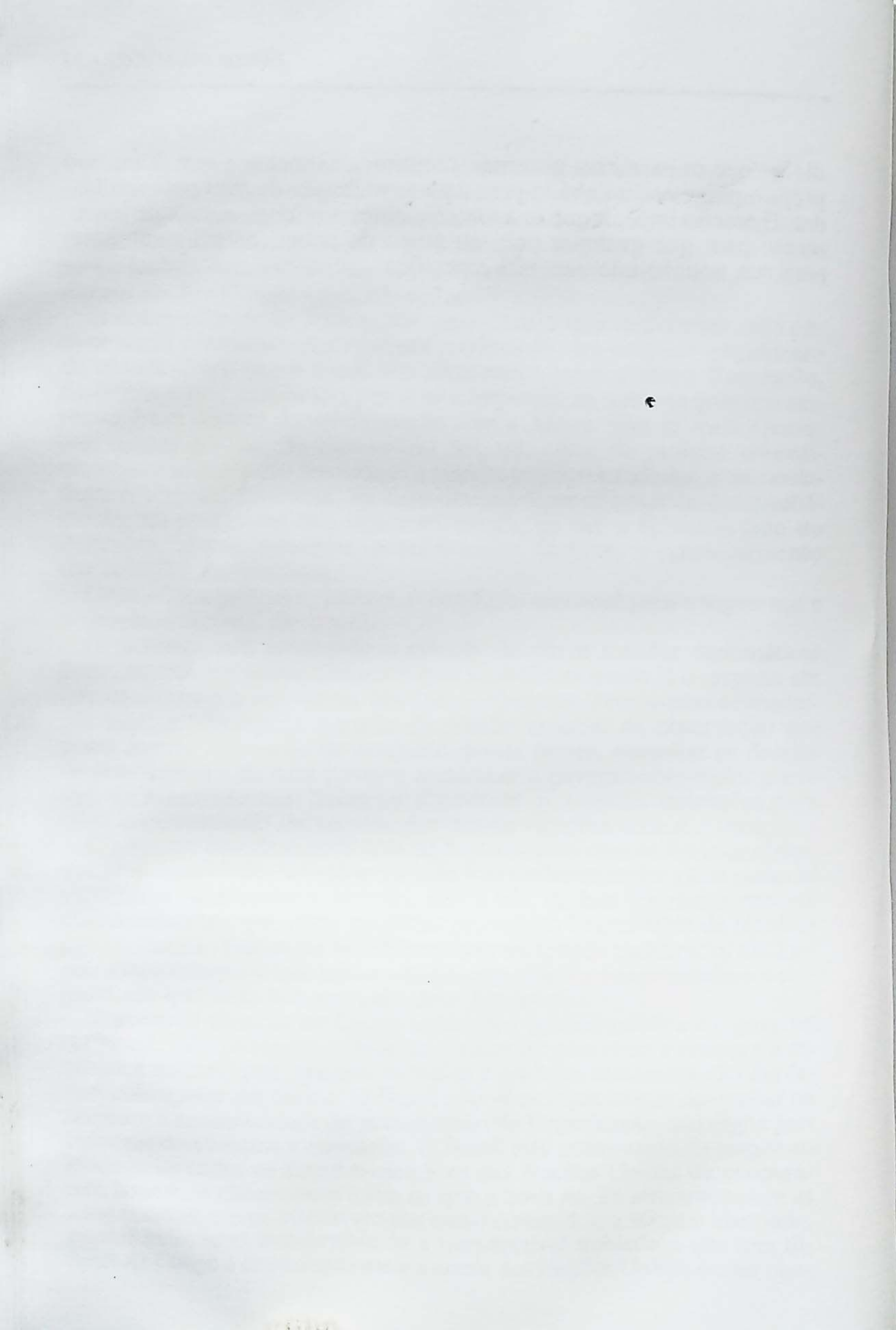
Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e o desenvolvimento do Brasil.

O governo está estudando a criação de novas missões diplomáticas permanentes em países africanos, que simbolizem desde já o respeito em que os temos e a relevância que lhes atribuímos. Precisamos conhecer-nos melhor. Proteja-se o envio de missão especial de observação que possa formar impressão de conjunto desses países, consultar os desejos de seus líderes e de seus povos e esclarecer o governo com maior precisão. O Ministério das Relações Exteriores já recebeu instruções para criar uma comissão de estudos das nossas relações com a África.

O governo aborda o problema de suas relações com os Estados africanos com humildade. Sabemos que não lhes poderemos dar ajuda material significativa. Mas temos a vivência, eles e nós, de luta em meios ecológicos semelhantes, que pode propiciar proveitoso intercâmbio de técnicas e experiências. Temos, os brasileiros, uma sociedade multirracial tão harmoniosa e integrada que talvez não nos seja difícil a compreensão e o respeito em que toda boa amizade deve fundar-se.

A presente situação do Congo contrista a opinião pública e o governo do Brasil. Não poderiam as Nações Unidas ter garantido a ordem e a segurança naquele país, quando os meios e poderes suficientes não lhe foram outorgados em tempo. O Brasil não vê por que deixar de confiar na inteireza e na capacidade do secretariado da Organização, seu órgão permanente de contatos e execução. O Brasil está convencido da responsabilidade de todos os Estados-membros das Nações Unidas de cooperarem honesta e eficazmente a fim de que a nova nação africana supere as lutas fratricidas e os crimes em seu curso cometidos, e atinja a liberdade, estabilidade, total independência e indestrutível unidade a que tem direito O Congo é dos congoleses e a tarefa das Nações Unidas é criar con-

dições que os permitam governar, constitucionalmente e sem ódios, seu próprio país e encaminhá-lo para a plena utilização de suas potencialidades. É preciso impedir que os acontecimentos no Congo sirvam de instrumento para que qualquer país, ou grupo de países, obtenha vantagem para sua posição internacional específica.

•

POLÍTICA CONTINENTAL

CAPÍTULO XV

As possibilidades de ação e, portanto, as responsabilidades do Brasil no Hemisfério Ocidental são evidentemente maiores do que em qualquer outra região.

A evolução histórica recente de algumas nações irmãs estaria mais inclinada para a esquerda ou para a direita do que pareceria desejável, a juízo de alguns. Pouco importa, embora convenha manter aberto, de Norte a Sul, amigável e cooperativo, o diálogo sobre as recíprocas experiências e necessidades. O que importa, todavia, é a afirmação, por todo o país latino-americano, de sua autodeterminação, preservada de qualquer intervenção alheia nos próprios negócios alheios.

O Brasil manter-se-á fiel ao sistema interamericano e tudo fará para vitalizá-lo, como foi reconhecido pela Ata de Bogotá, na qual estão consagrados os principais pontos práticos e teóricos da Operação Pan-Americana; a solução dos problemas que afligem o continente dependerá substancialmente do progresso econômico. Esse progresso não será estimulado enquanto não se decidirem os governos da América a passar do plano das formulações teóricas para o terreno da execução prática de medidas adequadas. Por isso, é firme propósito do governo brasileiro cuidar desde logo dessas providências concretas. Já no Itamaraty estão sendo elaboradas propostas definitivas e objetivas com esse fim.

A disposição do atual governo norte-americano parece ser a melhor possível. Os pronunciamentos das autoridades do referido governo e as primeiras medidas que tomou, com a criação de uma comissão intermi-

nisterial para assuntos latino-americanos, são do melhor augúrio. Esperamos colocar em bases bilaterais fecundas e realistas as nossas relações com os nossos tradicionais amigos do Norte.

O governo brasileiro confia em que o governo norte-americano, como os das demais repúblicas do continente, tenha plena consciência da necessidade de que a evolução da América Latina se processe por caminhos democráticos, para o que é indispensável que suas exportações aumentem, que sua industrialização se acelere, que sua agricultura atinja melhores índices de produtividade, que seu povo se eduque.

O governo brasileiro adotou política que envolve consideráveis sacrifícios, para desenvolver o País em bases reais e ordenadamente. Espera compreensão e apoio. Juntamente com outros países da América Latina, o Brasil tem-se empenhado num esforço sério, que este governo levará avante, para criar uma zona de livre-comércio, capaz de estimular a prosperidade intra-regional.

Pretende o governo realizar os esforços que se façam necessários, e adotar as providências ao seu alcance, para que a execução do Tratado de Montevidéu venha a abrir, a cada Estado, o mais amplo e mais racional aproveitamento de suas potencialidades, do que resultará o desenvolvimento mais rápido e mais seguro de suas perspectivas econômicas.

Importa, assim, proceder, de um lado, a razoável especialização, dentro da zona de livre-comércio e, de outra parte, a adequada concentração de recursos de capital e tecnologia, para atacar empreendimentos demasiadamente amplos para cada um dos países-membros, isoladamente. Deve-se mencionar, nesta última linha de idéias, a conveniência da instalação e operação de institutos tecnológicos que aumentem rapidamente o patrimônio de conhecimentos técnicos da América Latina.

Quanto aos atuais acontecimentos que perturbam as relações interamericanas, o governo brasileiro confia em que as nações irmãs neles envolvidas encontrarão em breve, e de acordo com os princípios consagrados pelo sistema interamericano, a solução pacífica e justa que eles requerem. O Brasil estará sempre pronto a prestar, em qualquer oportunidade, a sua colaboração mais completa para a pacificação da família continental. Não se pode permitir que o problema da América Latina assuma a feição de lutas e conflitos regionais. O problema real de nossa unidade fraterna tem de ser e de evoluir rapidamente para a satisfação das aspirações comuns de desenvolvimento econômico, maturidade política e justiça social.

O governo brasileiro está disposto à colaboração mais íntima e ao mais perfeito entendimento com as repúblicas irmãs da América Latina, tanto no que diz respeito aos problemas regionais, quanto às questões de âmbito mundial.

Essas, em termos muito gerais, as observações que cabe fazer sobre a política exterior que o governo se propõe a adotar, e que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1) Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;
2) Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive com os do mundo socialista;
3) Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial;
4) Expansão do comércio externo brasileiro;
5) Apoio decidido ao anticolonialismo;
6) Luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7) Incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8) Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
9) Estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10) Fidelidade ao sistema interamericano;
11) Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12) Apoio constante ao programa de associação do livre-comércio latino-americano;
13) A mais íntima e completa cooperação com as repúblicas, irmãs da América Latina, em todos os planos;
14) Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15) Apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas, para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica."

Não era, pois, surpresa para os políticos nem para o povo brasileiro, a atuação de Jânio no que dizia respeito às relações internacionais.

Ao assumir a Pasta das Relações Exteriores, o ministro Afonso Arinos definiria, para o povo brasileiro, a política internacional a ser adotada por Jânio Quadros, afirmando à certa altura do seu discurso:

"O penoso esforço dos juristas e diplomatas se concentra hoje em harmonizar, no direito e na prática, princípios tão conflitantes como o da não-intervenção e o da solidariedade coletiva; o da soberania do Estado e o da autoridade dos organismos internacionais, sendo certo que, sem o funcionamento adequado de todas essas peças contraditórias, o mecanismo da paz pode entrar em colapso.

É pensamento do presidente Jânio Quadros que o seu governo entre em relações comerciais e diplomáticas com todos os Estados do mundo que manifestem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social. O espírito dessa orientação é o de cooperar para a paz e, portanto, não pode nem deve ela ser interpretada como dirigida contra ninguém.Estamos certos de contribuir, com essa conduta, para a causa da paz e da democracia."

A oposição que se delineava, nesse sentido, não era, apenas, dentro do País. A visita que fizera a Cuba, em 1960, ainda como candidato, havia

despertado o interesse de Jânio Quadros por aquele país.

Quando Fidel Castro, a 1º de janeiro de 1959, derrubara o ditador Fulgêncio Batista, que por tanto tempo dominara seu país, fora aplaudido, pelo povo americano, como o paladino das liberdades individuais. Mas, na realidade, ele desgostara fortes grupos econômicos norte-americanos que, durante o governo de Batista, dominaram a economia de Cuba.

Fidel Castro logo inicia reformas econômicas e sociais, nacionalizando indústrias estrangeiras, executando a reforma agrária etc. Essas medidas surpreendem e assustam o Departamento de Estado Norte-Americano. Para ver se conseguiam limitar as nacionalizações de Fidel, os Estados Unidos cortam,abruptamente, a cota de açúcar de Cuba do seu mercado consumidor. Sendo este país o maior produtor de açúcar do mundo não poderia ficar com o produto estocado, por isso Fidel Castro assina contratos de venda com os países socialistas. E não modifica seus planos de nacionalização das empresas estrangeiras.

A divergência de interesse entre Cuba e Estados Unidos tomou corpo. Elementos do Congresso e das Forças Armadas norte-americanas, instigados pela imprensa, planejaram a invasão de Cuba e a derrubada de Fidel Castro.

Na primeira quinzena de março de 1961, jornais norte-americanos, como *The New York Times* e o *Herald Tribune*, noticiavam a próxima invasão de Cuba por tropas "cubanas", treinadas na Guatemala, sob a proteção dos Estados Unidos, além de outras preparadas no Estado da Flórida.

Em Cuba, Fidel alertava o povo para a invasão. E faziam preparativos para repelir as tropas que ali desembarcassem.

Nada adiantava terem todos os países americanos assinado a carta de Bogotá, que, em seu artigo 15, diz textualmente:

"Nenhum Estado, ou grupo de Estados, tem o direito de intervir, direta e indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui, não somente a Força Armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem."

Em princípios de abril, o presidente John Kennedy declarara que tudo faria para impedir que houvesse norte-americanos envolvidos em qualquer ação contra Cuba.

Apesar disso, no dia 16, seis bombardeiros B-26 atacavam o porto de Santiago de Cuba, o campo da Liberdade e a base aérea de Santo Antonio de Los Baños, causando várias mortes.

José Miro Cardona, ex-premier de Fidel Castro, que fugira para os Estados Unidos, onde fundara o Conselho Revolucionário Cubano, fora o promotor da operação. No dia 17 de abril, anunciou, oficialmente, a invasão de seu país.

Fidel Castro protesta contra a participação dos Estados Unidos e pede

apoio diplomático das demais repúblicas americanas.

Jânio Quadros se apega à palavra empenhada pelo Brasil em Bogotá.

"O Brasil, reiterando sua decisão inabalável de defender, neste continente e no mundo, os princípios de autodeterminação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a sua mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba.

O Ministério das Relações Exteriores expediu instruções urgentes às nossas missões diplomáticas no sentido de obter informes detalhados sobre esses mesmos acontecimentos."

A atitude do presidente da República divide a opinião pública brasileira. A Igreja Católica, certos órgãos da imprensa, classes conservadoras, políticos do centro e de direita – todos esses se levantaram contra a política externa adotada. Do outro lado havia aqueles que pugnavam por uma política externa independente, fora da área de influência dos Estados Unidos, como os intelectuais de vanguarda, estudantes e entidades sindicais, apoiavam a coerência de Jânio Quadros.

Dentre os conservadores havia três importantes órgãos da imprensa nacional, que haviam apoiado a candidatura de Jânio – *Tribuna da Imprensa, O Globo* e o *Estado de S. Paulo*. O presidente da República passou a ter, também, como opositor, um campeão de sua candidatura, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Assim, menos de três meses após a sua posse na Presidência da República, as relações entre Jânio Quadros e os mais importantes órgãos da opinião pública já estavam bastante tensas.

A nova política exterior adotada pelo Brasil despertava curiosidade em fronteiras muito distantes, pois a independência política, traçada por Jânio Quadros, canalizaria, fatalmente, para novos mercados, principalmente na área socialista.

Mas o presidente Jânio Quadros não se intimida ante o protesto da imprensa e dos políticos. Nomeia João Dantas chefe de uma missão comercial que teve por finalidade firmar acordos com a Bulgária, Hungria, Romênia, Iugoslávia e Albânia; determinar o restabelecimento da validade de passaportes nacionais para a União Soviética, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia, Vietnã do Norte, Alemanha Oriental, China (comunista), Tibete, Mongólia, Coréia do Norte. Criou novas embaixadas em Dacar, Gana, Nigéria, Leopoldville e outras.

No dia 19 de maio, o editorial de *O Estado de S. Paulo*, se intitulava: "Guinada para a esquerda."

"O sr. Jânio Quadros foi sempre um adversário irredutível do princípio básico do regime democrático, isto é, daquele princípio que vê na constituição orgânica dos partidos a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. O seu personalismo hipertrofiado demonstrou em todos os instantes, a sua visceral incompatibilidade com a divisão de poderes, assim como com a disciplina e as limitações que essa divisão impõe a todos quantos detêm uma parcela do poder que o regime distribui eqüitati-

vamente por todos quantos constituem, em seu conjunto, o Estado. E uma vez chegado à Presidência da República, não sossegou enquanto não transpôs para o terreno da política exterior a sua ojeriza a tudo que é sistemático e orgânico. Daí o investir contra todos os tratados e obrigações contraídas pelo Brasil no curso da sua história contemporânea. E assim, por temperamento e vocação, S. Exa. tinha forçosamente de ser levado a demonstrar irrefreável aversão por homens como o primeiro-ministro inglês sr. Macmillan, o chefe do governo da Alemanha Ocidental, sr. Adenauer, o presidente da Grande República do Norte, sr. Kennedy, ou ainda, o representante dos EUA na ONU, o sr. Stevenson, e a entrar irresistivelmente na órbita em que gravitam o ditador Tito,da Iugoslávia, o homem forte do Egito e Fidel Castro, de Cuba. Era uma fatalidade a que o arrastavam as suas tendências caudilhescas. E é, no fim de contas, o que deixou claramente demonstrado anteontem, na Câmara dos Deputados, o seu preposto no Itamaraty, sr. Afonso Arinos de Melo Franco."

E adiante afirmava *O Estado de S. Paulo*, definindo o objetivo da política externa do presidente da República.

"O sr. Jânio Quadros decidiu imprimir à rota do seu governo uma guinada para a esquerda."

O ministro Afonso Arinos, convocado, comparece mais uma vez para dar explicações às duas Casas do Congresso. O povo se inquietava, por causa da campanha liderada por Carlos Lacerda.

A 10 de julho, o presidente da República comparece ao Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, para inaugurar a exposição de Arte Argentina Contemporânea. Na ocasião profere um discurso em que diz:

"Com uma posição internacional afirmativa e independente, que não tolera ingerência de quem quer que seja, condicionada exclusivamente por seu caráter próprio e seus legítimos interesses, o Brasil não se distrai dos compromissos assumidos com seus irmãos da família continental. Consideramo-nos membros natos do mundo livre, consideramo-nos vinculados à civilização cristã. Mas essa posição não exaure o conteúdo de nossa política exterior. Reclamamos e exigimos o direito e a liberdade de tratar de nossos interesses, onde quer que careçam de defesa. Por outro lado, acreditamos que nossa vocação de tolerância, nossa ausência de preconceitos de raça, nossos ideais, cristãos e democráticos, constituem um fator de compreensão; constituem um elemento que poderá contribuir poderosamente para a causa da harmonia entre as nações e a todas as nações estendemos generosamente a nossa mão."

Dias depois, Jânio Quadros recebe, no Palácio do Planalto, a Missão Soviética de Boa-Vontade. Seu objetivo era incrementar o intercâmbio comercial e cultural entre a União Soviética e o Brasil. Em maio o presidente Jânio Quadros já recebera a primeira missão comercial da China Popular. O Brasil, por sua vez, já enviara à Rússia uma missão comercial, chefiada por Leão de Moura.

Na mensagem que Nikita Kruschev envia a Jânio Quadros, ele diz, textualmente que "não há nenhum obstáculo para reatar as relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética. Com o reatamento entre os nossos países e a troca de representantes diplomáticos se criarão, sem dúvida, condições mais favoráveis para o desenvolvimento das relações de amizade e confiança entre nossos países, relações baseadas nos princípios da não-intervenção mútua nos assuntos internos, do respeito à soberania, à dignidade, à igualdade de direitos e à cooperação frutífera". Comenta, com agrado, a visita que Jânio fizera à União Soviética, quando ainda candidato, e renova o convite para que ele repita a viagem.

A 25 de julho, o presidente Jânio Quadros determina ao chanceler Afonso Arinos que tome as necessárias providências para o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

A essa deliberação do presidente da República não tardou a reação dos grupos, definitivamente, anticomunistas. A Cruzada Brasileira Anticomunista, a que estava ligado o nome do almirante Pena Botto; o jornal *O Globo*; o Conselho Superior das Classes Produtoras; a *Tribuna da Imprensa*; e muitos outros. Mas o presidente se fazia de surdo a quaisquer objeções nesse sentido, pois o seu propósito era fazer com que o Brasil mantivesse relações com todos os países do mundo, e com isso ampliar as possibilidades para o seu mercado.

No mês de agosto, houve a Conferência de Punta del Este, que debateu assuntos de interesse econômico do Hemisfério Ocidental. Nessa reunião, segundo o presidente Frondizi, da Argentina, "a velha retórica do pan-americanismo foi posta de lado, adotando-se decisões concretas e objetivas. Em Punta del Este começou uma nova era da história americana".

A conferência era uma Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social. Das 21 nações do continente, Cuba fora a única das repúblicas americanas a não assinar a Carta de Punta del Este. Por esse documento os Estados Unidos se comprometiam a fornecer a maior parte de US$ 20 bilhões à América Latina, no espaço de dez anos, para o seu desenvolvimento econômico-social.

Brasil e Argentina, de comum acordo, haviam condenado a intromissão de qualquer assunto político naquela conferência.

Ao terminar a reunião, o representante de Cuba, Ernesto Che Guevara, resolve agradecer, pessoalmente, àqueles dois países pela atitude assumida. Vai, primeiro a Buenos Aires, onde cria um problema para o presidente argentino. Abre-se uma crise entre os ministros militares e o presidente Frondizi. Depois, vem ao Brasil. E dá-se o episódio da condecoração, cuja repercussão foi a pior possível, não só no seio do povo mas também entre as classes governantes.

As declarações que o ministro Afonso Arinos prestava, periodicamente, nas duas Casas do Congresso, atenuavam as críticas de vários parlamentares contra a política externa do presidente Jânio Quadros. Ao

mesmo tempo, a divulgação, pela imprensa, das palavras do chanceler tranqüilizavam certos setores da opinião pública, isto é, aqueles que sabiam distinguir uma política independente, baseada na soberania nacional e na jurisprudência dos tratados, de uma política subserviente, alicerçada nos interesses de grupos econômicos. Entretanto, a corrente que comandava a campanha oposicionista, liderada por Carlos Lacerda, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho e d. Jaime de Barros Câmara, ganhava terreno entre a massa propriamente dita. E tamanha era a conquista de certos grupos da área popular que, no mês de agosto, o presidente Jânio Quadros já tinha contra seu governo determinado número de eleitores que o acusavam, publicamente, de estar levando o Brasil rumo ao comunismo.

No 6º volume da *História do Povo Brasileiro*, capítulo 8º, de um trabalho que tem a responsabilidade conjunta de Jânio Quadros e Afonso Arinos, publicada em 1967, há uma apreciação sobre a política externa que reflete o pensamento, senão reproduz a redação do antigo chanceler:

"Retrospectivamente fluídos alguns anos dos acontecimentos, é lícito reconhecer que, no conjunto, a política externa inaugurada com o presidente Jânio Quadros e continuada, com algumas pequenas alterações, até à deposição do presidente João Goulart, se caracterizou: a) pela relativa inalterabilidade das mesmas relações com todos os países capitalistas, inclusive os Estados Unidos da América, salvo, neste particular, com relação a Cuba; b) encetamento e intensificação das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, aspecto positivo, tanto que desde então o País o vem mantendo e sustentando quaisquer que tenham sido as modificações internas, pois o presumido se positivou, a saber, que pelo menos as relações comerciais seriam reciprocamente benéficas – ressalvado o não encaminhamento da questão das relações com a China Popular e a ruptura de relações com Cuba sob esse ângulo, o saldo foi duradouro. Outra é a questão de saber se o País estava em condições de tomar aquelas medidas.

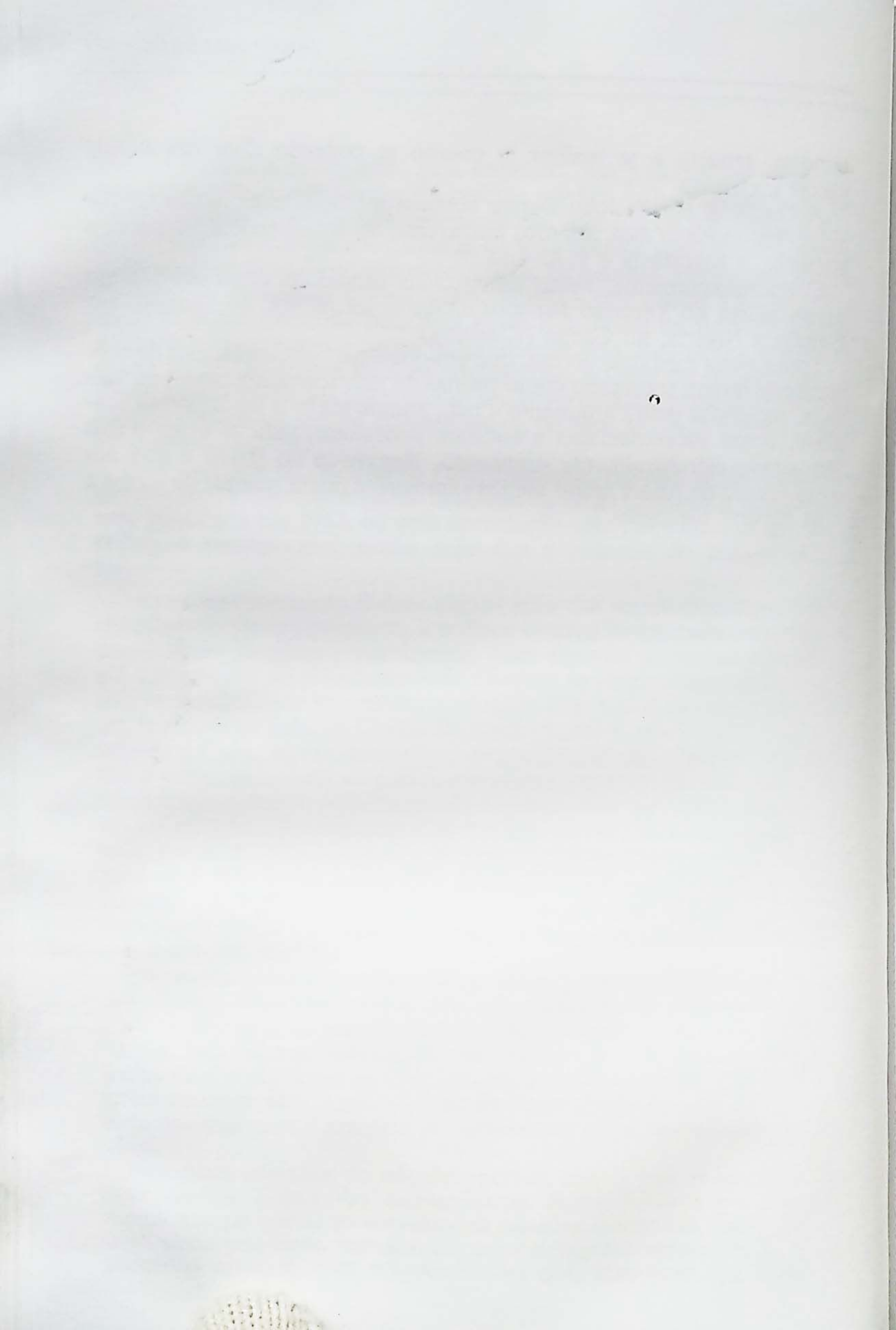
Formulada assim, a questão assume caráter polêmico. E foi o que aconteceu. Poucos chanceleres terão tido a necessidade de enfrentar tamanha onda de objeções no seio do Parlamento nacional quanto o teve Afonso Arinos. Dos debates, entretanto, ressalta clara a visão maniqueísta e retardatária dos objetores: as relações com a União Soviética, por exemplo, foram pronunciadas como a ponta-de-lança aberta no seio da comunidade nacional para o atropelo do comunismo e a derrocada das instituições.

Nos quase seis anos de relações, porém, aquele país se manteve nos mais estritos limites das conveniências diplomáticas e políticas, ao mesmo tempo que se incrementavam relações comerciais que hoje, embora ainda pequenas, representam um contingente apreciável do nosso comércio exterior, com potencialidades que, quaisquer que sejam os

temores, tendem a se realizar, o mesmo se podendo dizer dos demais países socialistas

À chamada missão João Dantas coubera a função exploratória no planejar, em visita *in loco*, acordos comerciais do Brasil com a Bulgária, a Hungria, a Iugoslávia e a Albânia.

Concomitantemente, novas embaixadas brasileiras eram abertas em vários países do Terceiro Mundo, inclusive na África, no Senegal, em Gana, na Nigéria, no Congo (Kinshasa).

Todas essas medidas, porém, que em quaisquer circunstâncias de normalidade teriam tramitado como rotinas de país soberano, eram, na verdade, recebidas pelo Parlamento e pela grande maioria da imprensa brasileira, como excentricidades e audácias periculosas, para as quais o País não estava estruturalmente preparado. Negava-se ao Brasil o que um sem-número de países muito menos expressivos podia realizar de forma a mais natural ou lógica."

O "CASO" CARLOS LACERDA

CAPÍTULO XVI

No dia 18 de agosto é divulgada a notícia de que o governador da Guanabara teria viajado, em caráter urgente para Brasília, a chamado do presidente Jânio Quadros. Há especulações em torno dessa visita.

Na realidade, Lacerda se comunicou com d. Eloá Quadros, que se encontrava no Rio de Janeiro, no Palácio das Laranjeiras, dizendo-lhe que tinha necessidade de um urgente contato com o presidente. Era inadiável e não queria pedir audiência por vias oficiais. Queria procurar Jânio para aconselhar-se "como amigo e como pai". D. Eloá, impressionada, telefonou para Brasília, tirou o presidente de uma solenidade de entrega de credenciais e transmitiu-lhe o pedido do governador. Jânio disse que iria ao Rio no dia seguinte e almoçaria com Lacerda. Perguntou se ele não poderia aguardar. Não. O caso era de extrema urgência. Tinha de ser naquele dia. O presidente pôs à disposição dele um avião da FAB para que se transportasse a Brasília.

Lacerda chegou tarde, depois da hora de jantar. Dirigiu-se ao Palácio da Alvorada, onde o presidente descansava, assistindo a uma sessão de cinema. A conversa não foi longa.

O governador declarou que ia renunciar ao governo da Guanabara para assumir a responsabilidade pela falência da *Tribuna da Imprensa*. Não podia deixar que ônus tão pesado recaísse sobre os ombros de seu filho, Sérgio, que vinha dirigindo o jornal. "Não quero que ele comece a vida pagando pelo meu insucesso", teria dito Lacerda. O presidente res-

pondeu que o problema só lhe parecia grave porque o encarava como pai. O déficit mensal de dois milhões e meio do jornal poderia ser encarado comercialmente e resolvido nessa base. Poderia solicitar a amigos que o ajudassem. Além do mais, o ministro da Fazenda, Clemente Mariani, era sogro do próprio Sérgio Lacerda. Não havia o que temer.

Não vendo razão para prolongar a conversa, o presidente Jânio Quadros mandou um recado para o ministro Pedroso Horta para que este telefonasse, convidando Lacerda a ir a seu encontro. O que foi feito.

E Pedroso Horta relata: "Tinha em minha casa, como hóspedes, os srs. embaixador San Tiago Dantas e o jornalista José Aparecido de Oliveira. Lacerda chegou, trocou idéias gerais conosco, e levei-o, depois, a outro cômodo, e dele também ouvi que fora a Brasília como náufrago em busca de salvação, repetindo as suas dúvidas sobre as suas possibilidades políticas. Tranqüilizei-o como pude. Voltamos à sala. O sr. Carlos Lacerda disse que precisaria retirar-se por ter deixado as malas no Palácio da Alvorada. Retirando-se ele, telefonei ao mordomo do palácio, pedindo-lhe que levasse ao portão do Alvorada as malas do governador, para evitar ao sr. Carlos Lacerda o tropeço da identificação no portão, àquela hora da noite. Quinze minutos depois, telefonou-me o governador considerando-se vítima da ignomínia, alegando que o sr. Jânio Quadros mandara retirar as malas para fora do palácio. Expliquei que era equívoco meu e do governador. Equívoco dele, por dizer que precisaria sair; meu, por supor que ele iria ao palácio. Eu ignorava que ele se considerasse hóspede daquela casa, onde, desde 1º de fevereiro até aqui, ninguém o fora. Ele estava ferido em seu amor-próprio. Fui ao hotel em que ele se hospedara e expliquei que o sr. Jânio Quadros nada tinha a ver com o mal-entendido. Não discutimos política no sentido institucional; apenas fizemos leves críticas e remoques relativamente a alguns políticos da Guanabara."

Na manhã seguinte o governador Carlos Lacerda regressou ao Rio de Janeiro.

Nesse dia, 19 de agosto, o presidente Jânio Quadros condecora o ministro do Exterior de Cuba, Ernesto Che Guevara, que regressava a seu país depois da Conferência de Punta del Este.

Em represália, na mesma data, Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, entrega as chaves do Estado da Guanabara ao líder anticastrista Manoel Verona.

Ainda no mesmo dia 19, o presidente vem ao Rio e no Palácio das Laranjeiras tem novo encontro com o governador. E chegam a bom entendimento. Jânio Quadros convida Carlos Lacerda e sua senhora para irem com ele passar o fim de semana em Bertioga. Há uma versão que diz que o governador teria aceitado o convite e, depois de ter conversado com d. Letícia Lacerda, declinado e apresentado uma desculpa.

Na segunda-feira, dia 21, há acirradas discussões nas Assembléias Le-

gislativas de São Paulo e da Guanabara. O meio político encontra-se agitado.

Reina calma nas Forças Armadas. É confirmado o almoço que ofereceriam ao presidente da República, a bordo do porta-aviões *Minas Gerais*.

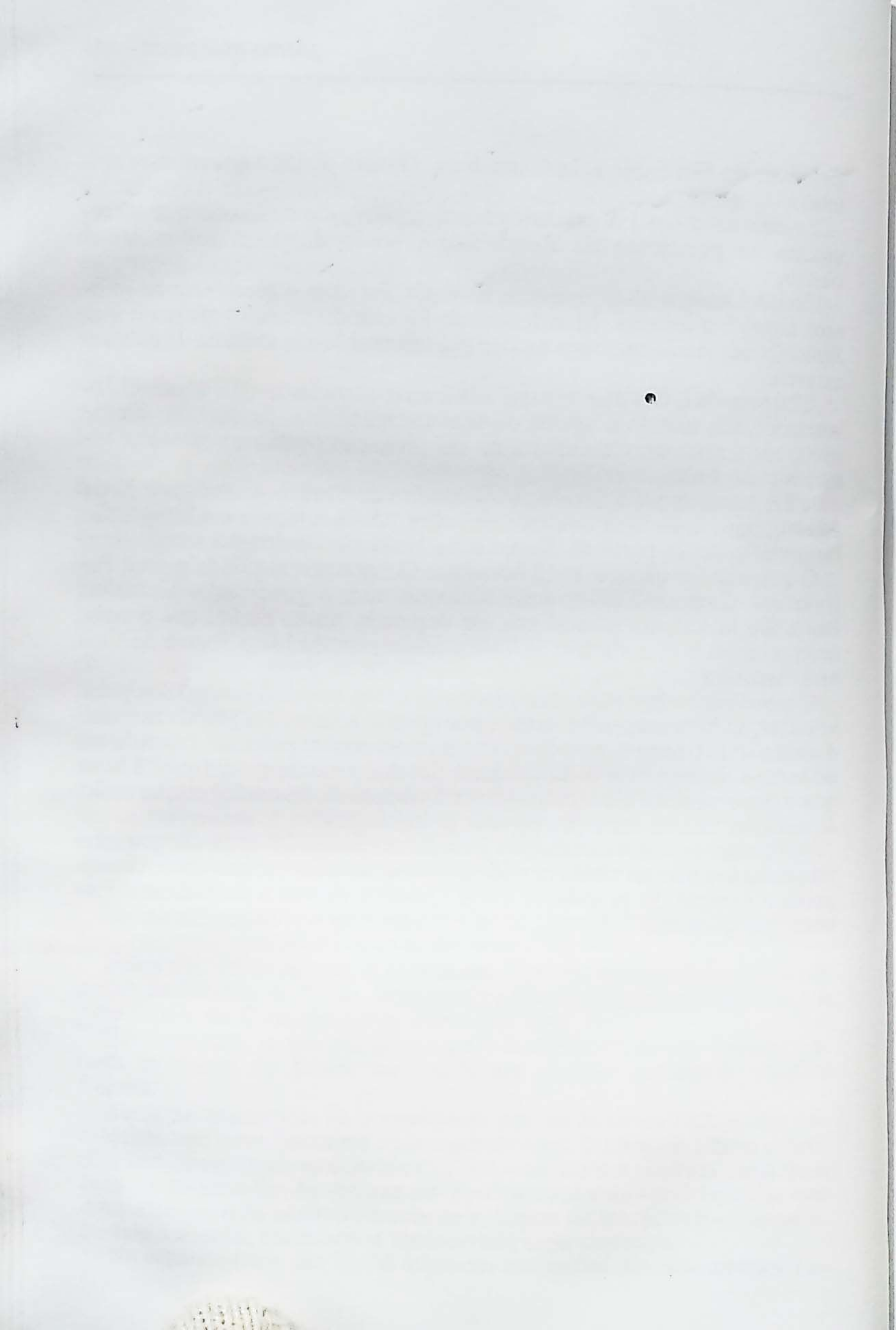
Carlos Lacerda alega que suas divergências com o presidente se referem à política externa. Mas, fontes do Palácio do Planalto afirmam que Jânio Quadros não tenciona mudar sua orientação em matéria de política externa.

A cúpula da UDN dá por superada a crise entre Lacerda e Jânio. O governador, atendendo a apelos de seus companheiros de partido, decide não mais renunciar. Continuará na sua pregação contra a infiltração comunista no País.

A 22, Lacerda vai a São Paulo, a convite do Centro Acadêmico 22 de Agosto, para fazer uma conferência sobre "A Guanabara e a Integração Nacional", como parte da Semana da Unidade Nacional.

O governador chegou às 13 horas em Congonhas, seguindo para o Palácio dos Campos Elísios, onde almoçou com o governador Carvalho Pinto. De lá foi para a residência do deputado Abreu Sodré, que à noite acompanhou-o ao auditório da TV Excelsior, instalado no Teatro de Cultura Artística.

O governador fala para uma platéia de cerca de 1.200 jovens. Sua palavra é, seguidamente, entrecortada por apartes e vaias. Há grande tumulto durante todo o tempo, com freqüentes intervenções policiais. Lacerda sai do tema e dialoga com os estudantes. Em dado momento diz que "é bom que o povo paulista olhe (referindo-se à câmera da televisão) os que serão amanhã os futuros carrascos de seus próprios pais".

Ao retirar-se, entrevistado por jornalistas, Carlos Lacerda diz que não renunciará, a não ser como medida extrema. Só o fará se as suas críticas à política externa do presidente Jânio Quadros vierem a prejudicar o Estado que governa.

25 DE AGOSTO

CAPÍTULO XVII

O dia 24 de agosto ficou assinalado, na História, pelo suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Nessa tarde do ano de 1961 Alzira Vargas, sua filha, permaneceu em casa, com seu marido, Ernâni do Amaral Peixoto, que era o presidente do PSD. Anunciaram que Carlos Lacerda ia falar na TV. Alzira mandou desligar o aparelho. Logo depois, o deputado José Maria Alkmin, líder do partido na Câmara telefonou, de Brasília, onde o rádio transmitira a fala de Lacerda. Brasília não tinha, à época, TV. Alkmin avisava que o discurso do governador da Guanabara causara agitação e esperava repercussão na sessão da Câmara do dia seguinte. Amaral recomendou-lhe que convocasse os deputados, evitando que saíssem da Capital, a fim de ter *quorum* para qualquer iniciativa. O que foi feito. Assim, no dia 25, uma sexta-feira, meio-feriado,com as comemorações do Dia do Soldado, havia uma permanência incomum de deputados.

Lacerda falara, em São Paulo, no dia 22, e, no Rio, através de uma cadeia de TV, na noite de 24. O ministro da Justiça, avisado, consultara o presidente se deveria proibir a irradiação. Jânio permitiu.

Na noite de 24 Lacerda acusou o ministro Pedroso Horta de convidá-lo, em nome do presidente da República, a apoiar uma reforma da estrutura institucional do País, de maneira a reforçar o poder do chefe do governo. Era o que o tribuno chamava de "golpe de gabinete".

Nesse clima de tensão, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, convocou os diversos líderes de partido para uma reunião,

pela manhã, para acertar medidas urgentes em face à gravidade da situação política.

Paralelamente, desenvolvia-se a agenda presidencial começando com a cerimônia comemorativa do Dia do Soldado. Nela constava o salto dos pára-quedistas da FAB, portadores de mensagem do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Grün Moss, ao ministro da Guerra, marechal Odílio Denys. No programa das solenidades constavam recepção ao presidente da República, às 8 horas, no pátio do Ministério da Guerra, onde o chefe do governo seria recebido pelo ministro Odílio Denys; exaltação a Caxias; entrega de condecorações da Ordem de Mérito Militar; desfile e despedida do presidente da República. No pátio do Ministério da Guerra, o sr. Jânio Quadros receberia a continência da guarda de honra, a cargo da 11ª RM e, após o Hino Nacional seria conduzido, pelo marechal Odílio Denys, à banqueta presidencial, onde o aguardariam os membros do Conselho da Ordem do Mérito Militar. No mesmo local, realizar-se-ia, em seguida, a solenidade de entrega de Medalhas da Ordem do Mérito Militar, cujo Grão-Mestre, o presidente da República, condecoraria os agraciandos, com o grau da grã-cruz, e as bandeiras.

O expediente era publicado, normalmente, no *Correio Brasiliense*, com a designação de uma delegação à XVI Assembléia das Nações Unidas: chefe, ministro Afonso Arinos; subchefe, embaixador San Tiago Dantas; delegados, embaixador Gilberto Amado, senador Rui Carneiro e deputado João Cleófas; delegados alternantes, ministro Mário Gibson, ministro Carlos Alfredo Bernardes, embaixador João Dantas, dr. Manuel do Nascimento Brito e dr. Guy da Fonseca.

Ao ministro das Relações Exteriores, o presidente da República enviou o seguinte memorando:

"Excelência

1) Solicito de V. Exa. constituir um grupo de trabalho destinado, com exclusividade, ao exame dos problemas internacionais, tendo em vista a próxima Assembléia da ONU. Considerar, sobretudo, a política do Brasil em relação a:

a) África Portuguesa
b) Colonialismo e racismo
c) Berlim
d) China Popular
e) Cuba
f) Política Continental
g) Países não-alinhados
h) África e Ásia.

2) Traçadas as diretrizes, em relatório, desejo examiná-las, com V. Exa. e o embaixador San Tiago Dantas,dia 6 de setembro, voando de Brasília para o Rio de Janeiro."

Como se depreende, apesar da crise, provocada pelo governador Car-

los Lacerda, o ambiente era, aparentemente, normal na Capital da República.

José Aparecido de Oliveira, na entrevista a que nos referimos, dá um testemunho valioso: "O presidente tomou conhecimento da denúncia de Carlos Lacerda às 5 e pouco da manhã do dia 25 de agosto, lendo o *Correio Brasiliense*. Não se interessara em ouvir o denunciante pelo rádio, nem seus auxiliares julgaram conveniente informá-lo no correr da noite. O presidente vinha sendo posto a par, minuciosamente, da trama desenvolvida pelo governador da Guanabara desde o momento em que, uma semana antes, procurara em lágrimas, *como um náufrago*. Sabia da sua conversa com o governador Carvalho Pinto e com o sr. Júlio Mesquita, conhecia sua movimentação em São Paulo e no Rio. Estava ciente dos seus propósitos.

Ao ler a notícia da denúncia, o presidente mandou telefonar para os chefes da Casa Civil e Militar. A Quintanilha Ribeiro manifestou logo sua decisão de renunciar. Antes de deixar o Alvorada, determinou ao seu mordomo que não se afastasse dali. Iria precisar dele. Chamasse o major Amarante, ajudante-de-ordens. Seguiu para o Planalto, onde já encontrou o general Pedro Geraldo. O general já havia confirmado as informações transmitidas na véspera pelo deputado Tenório Cavalcanti, inclusive a que se relacionava com a devolução coletiva de condecorações por parte de oficiais superiores das Forças Armadas, em represália à condecoração de Che Guevara. Coordenava-se também a divulgação de manifesto de civis e militares de repúdio à política externa do governo.

Ao chefe da Casa Militar o presidente reiterou o que havia dito a Quintanilha: iria renunciar, não ficaria um só momento no governo com a autoridade alcançada. Quintanilha também ouviu o resto: instaurava-se um processo de demolição da autoridade presidencial e da sua política. O governo transigiria, compor-se-ia com os grupos de pressão ou cairia. Ele não estava disposto a transigir nem se deixaria depor. Soube que a Câmara fora convocada pela madrugada e se instalaria à tarde em grande comissão para ouvir, como réu, antes mesmo de conhecer o teor do libelo, o ministro da Justiça. Com ele na Presidência, isso não ocorreria: '*A conspiração está em marcha. Mas vergar eu não vergo.*'

O presidente mandou chamar seu secretário particular. Deveria comparecer às 8 horas a uma solenidade militar, em comemoração ao Dia do Soldado. Sua intenção era não comparecer, pois deixara de ser o presidente. O general e o chefe da Casa Civil convenceram-no a ir. A renúncia não se formalizara. Sua presença era um dever. O presidente foi. Conta Quintanilha, que, ao ver o garbo e altivez com que Jânio passava em revista as tropas, chorou. Não parecia o último ato do presidente, tal a dignidade e segurança com que se portava."

Voltando ao Planalto, o presidente chamou à sua sala Quintanilha, o general, José Aparecido e o ministro Horta. Ouviram os quatro a comunicação solene da renúncia. Ninguém fez ponderações, apenas o ministro

Horta balbuciou alguma coisa: "*É irrevogável, meus amigos*", disse o presidente. E acrescentou: "*Agora, deixem-me sozinho, que preciso concluir a redação deste documento.*" Umas dez linhas já estavam lançadas sobre o papel. Era a carta que acompanhou a renúncia. O presidente dirigiu-se ao general: "*Convoque Vossa Excelência os senhores ministros militares para virem imediatamente ao meu gabinete.*"

Enquanto a convocação era feita, os quatro discutiam a situação no gabinete do chefe da Casa Civil. Os ministros chegaram. O presidente mandou-os entrar, chamando também o general Pedro, Quintanilha, Aparecido e Horta. "*Senhores ministros*" – começou o presidente – "*chamei-os para dizer-lhes que renunciarei agora à Presidência da República. Não sei assim exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é de mister que o êxito a tenha. Não exercerei a Presidência com a autoridade alcançada perante o mundo nem ficarei no governo discutido na confiança, no respeito, na dignidade indispensáveis ao primeiro mandatário. Não se trata de acusação qualquer. Trata-se de denúncia de quem tem, como eu, solenes e graves deveres do mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci sim, com a minha consciência. É a esta que devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor fórmula, que tenho, agora, para servir o povo e à Pátria, é a renúncia.*"

Os ministros militares ouviram, pasmos, a comunicação. O presidente abandonava o governo com sua autoridade intacta. Nunca uma ordem sua deixara de ser cumprida. É verdade que essa autoridade não foi testada naquele momento. O presidente preferiu não fazê-lo. Preferiu a renúncia. O marechal Odílio Denys pediu permissão para dizer algumas palavras. Afirmou que nenhum presidente da República gozara de tanto prestígio no Exército quanto o presidente Jânio Quadros. Aludiu à denúncia de Carlos Lacerda, dizendo que "*esse homem* provocava mesmo essas crises". Aludiu à situação do Congresso. "*Presidente*" – disse – "*diga o que devemos fazer, que será feito.*" O presidente respondeu-lhe: "*Poupemo-nos, senhor ministro, as cenas dramáticas, em respeito ao gesto que estou tendo. É irrevogável.*" O ministro da Marinha, almirante Sílvio Heck, começou a falar sob violenta emoção. Fazia um apelo ao presidente para não renunciar. "*Este é o maior impacto que sofro em toda a minha vida*" – disse. O ministro Moss, da Aeronáutica, interrompeu-o. "*Presidente*" – disse – "*não faça isso.*" Jânio agradeceu a colaboração dos seus ministros e os apelos que lhe dirigiam e estendeu-lhes a mão. "*Minha última instrução, senhores ministros, é que mantenham a ordem em todo o País. Tomem suas providências.*"

No gabinete de Quintanilha, para onde se deslocaram os ministros e os outros auxiliares presentes à cena histórica, concordou-se em dar aos ministros militares prazo até às 15 horas antes da entrega ao Congresso da renúncia do presidente. A intenção de Jânio era passar o governo a Mazzilli. Quintanilha convenceu-o a viajar, para evitar a repetição de apelos inúteis.

Precisamente às 10h25m o presidente deixou seu gabinete acompa-

nhado do general Pedro Geraldo e de Aparecido. Lembra este que, passando pela ante-sala, Jânio despediu-se dos oficiais do gabinete e outros auxiliares: "Perdoem-me meus amigos e muito obrigado", disse. No elevador, pegou com as duas mãos a cabeça de Aparecido e brincou: "Agora, vai ter tempo de tratar da úlcera." Seus olhos estavam úmidos.

No Palácio da Alvorada, as malas do presidente já estavam prontas conforme a ordem dada por telefone. Entregou a faixa presidencial ao general Pedro Geraldo para que a devolvesse. Voltando-se para o secretário particular, disse-lhe: "Sinto que você está preocupado com a minha decisão. Pode ficar tranqüilo, meu amigo. Fiz o que devia fazer." Aparecido e o chefe da Casa Militar embarcariam com o presidente para São Paulo, mas foram aconselhados por ele a permanecer a fim de acompanhare momentos finais do governo. Confessou o presidente:

"Entrei neste mês de agosto apreensivo. O coração dizia-me que algo iria acontecer. Talvez a lembrança do que se passara no mesmo período com o presidente Vargas, acossado no governo pelas mesmas forças que me combatem."

Recorda-nos ainda Aparecido que, no aeroporto, enquanto esperava o embarque, Jânio conversava com ele e o general Pedro:

"Que homem infeliz esse Carlos Lacerda" – dizia. "Não consegue pôr tijolo sobre tijolo. De tanto destruir, terminará destruindo-se a si próprio." Dona Elóa aproximou-se. "Eloá" – disse o presidente – "conte ao Aparecido como foi que o Carlos lhe procurou há uma semana no Rio. Preste atenção, Aparecido. É um depoimento histórico." Dona Eloá narrou a cena conhecida: Lacerda procurara-a em Laranjeiras, dizendo-lhe que tinha necessidade de um urgente contato com o presidente. Era inadiável e não queria pedir audiência por vias oficiais. Queria procurar Jânio para aconselhar-se "como amigo e como pai". Dona Eloá, impressionada, telefonou para Brasília, tirou o presidente de uma solenidade de entrega de credenciais e comunicou-lhe o pedido do governador.

Antes de entrar no avião que o levou a São Paulo, Jânio disse ao general e a Aparecido que não temia pelo futuro imediato do Brasil. E, já na escada, abraçando o ex-secretário particular: "Tristão de Ataíde tinha razão. Quisemos muito. Enfrentamos, de uma vez, os três *R*: os ricos, os ratos e os reacionários."

No dia seguinte, em Cumbica, Castro Neves, ex-ministro do Trabalho, e Aparecido interpelaram o presidente sobre a atitude a adotar ante as forças populares e os janistas de todo o País que pediam orientação e desejavam mobilizar o povo em favor do retorno. "Nada", disse o presidente. "Não precipitem os acontecimentos. O que existe é a minha renúncia. E para ser respeitada." Aos dois e mais a três outros auxiliares, o presidente manifestou a certeza de que o povo e a História lhe farão justiça. Não naquele momento, nem naqueles dias. "Mas dentro de 90, 120 dias, um ano ou dois, é inevitável. Não conseguirão mudar a política externa do meu governo. Vão tentar, mas não conseguirão. Ela corresponde a interesses

profundos do País e ganhou a força do apoio popular. Não conseguirão alterar a política econômico-financeira nem poderão sequer mantê-la. A solução para a crise só é possível a longo prazo e na base de medidas que a agravam momentaneamente. Pude adotar a 204 e a 208, que provocaram aumentos do custo de vida, e a confiança do povo no governo não se abalou. O povo sabia que só adotava as medidas inevitáveis e adequadas para atingir o objetivo final do seu bem-estar. Os que me sucederem precisam contar com a mesma confiança popular, indispensável à manutenção da minha política de solução a longo prazo. E não existe solução a curto prazo para essa crise. O Brasil só pode ser governado, neste momento, por alguém que não tenha compromissos com partidos políticos, com grupos econômicos, com interesses de qualquer espécie. E por alguém que, não tendo esses compromissos, seja também, ao mesmo tempo, capaz de decisões rápidas e que tenha coragem." O presidente lembrou-se novamente de Getúlio Vargas: "Era um homem indiferente a tudo, menos a uma coisa: aos humildes. Como dizia ontem, ao Aparecido, é difícil fazer alguma coisa em favor dos humildes."

Em Londres, Jânio reiterou a Aparecido a convicção de que adotou a única decisão compatível com a defesa dos ideais que encarna. O que fizeram contra Jango é o que tentaram contra Jânio. Se resistisse, levaria o País a uma guerra civil de resultados duvidosos para a vitória da causa popular. Está certo de que, com a sua renúncia, evitou o derramamento de sangue. O povo o compreende. A renúncia é ato, também, de liderança. Mobilizou a consciência popular e definiu as responsabilidades políticas na luta pela nossa emancipação. Sobre o Parlamentarismo, disse o ex-secretário particular: "Não creio que vingue." Começou com um esbulho, o esbulho aos direitos do presidente João Goulart. Admite o sr. José Aparecido que, na hipótese da consolidação do que aí está, volte o ex-presidente ao Brasil para comandar a campanha eleitoral de 1962, percorrendo o País, Estado por Estado, para eleger uma bancada de homens comprometidos a dar ao povo as reformas de que este necessita. O processo é irreversível. Não quis Jânio dirigir qualquer manifesto ou proclamação aos brasileiros. É muito cedo ainda. A História não se escreve em 20 dias, disse o ex-presidente ao seu secretário particular em Londres.

Na Guanabara, o governador Carlos Lacerda almoçava, em palácio, com os secretários Carlos Flexa Ribeiro e Rafael de Almeida Magalhães, quando recebeu telefonema do ministro Pedroso Horta. Pediu confirmação e manifestou a maior surpresa. Em seguida providenciou quanto à segurança pública, preocupando-se com a possibilidade de ataques a estações geradoras de eletricidade, centrais, telefônicas, bancos e repartições. Não encontrando, no momento, o presidente da Light, Antônio Gallotti, que tinha ido a Brasília, entendeu-se com o dr. Teodoro Artou, a quem encareceu a urgência daquelas providências, que poderia tomar em seu nome.

Amaral Peixoto, presidente do PSD, estava no Rio de Janeiro no dia

24 de agosto. Era aniversário da morte de Getúlio Vargas. O governador Carlos Lacerda ia repetir, na tevê carioca, a denúncia que fizera em São Paulo. Alzira Vargas do Amaral Peixoto pediu para desligar o aparelho. Nem ela nem seu marido assistiram à acusação. Foi quando o deputado José Maria Alkmin telefonou de Brasília indagando do seu colega se havia ouvido a irradiação. Dada a resposta negativa, Alkmin informou que Lacerda havia denunciado a iminência de um golpe, para o qual fora convidado pelo ministro da Justiça, Pedroso Horta. Fazia-se necessária a presença do presidente do PSD em Brasília. Ernâni disse que seguiria na manhã imediata, 25, e sugeriu providência para uma reunião do Congresso e convocação do ministro da Justiça, para defender-se. De acordo com essa sugestão, Alkmin iniciou a coleta de assinaturas para o requerimento de convocação do ministro.

* * *

A sessão da Câmara dos Deputados teve início às 9 horas, hora regulamentar para reunião matutina, anunciando o presidente a presença de 38 deputados. Lida e assinada a ata da sessão anterior, passou-se à hora do expediente, leitura de pareceres, enfim toda a rotina conhecida. É anunciada a ordem do dia. Já se encontram em plenário 234 deputados. Tinha havido uma movimentação estranha e o aeroporto de Brasília fora praticamente bloqueado. O sr. Ranieri Mazzilli, que se afastara da mesa, durante a leitura do expediente, reassume a presidência e anuncia que se acha sobre a mesa um requerimento com numerosas assinaturas. Os primeiros signatários são os deputados José Maria Alkmin e Paulo Lauro:

"Exmo. sr. presidente da Câmara dos Deputados

Requeremos, de acordo com os artigos 54 da Constituição Federal e 194 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores, a fim de prestar, urgentemente, informações a esta Casa do Congresso Nacional sobre os fatos graves denunciados, ontem, pelo sr. governador do Estado da Guanabara, através de estações de televisão e rádio daquele Estado.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1961.

(a) José Alkmin e Paulo Lauro."

O deputado Miguel Bahury, como primeiro signatário, apresenta dois requerimentos.

"Sr. presidente. Requeiro a V. Exa. diante da denúncia do governador da Guanabara, grave sobre todos os aspectos, de que tem conhecimento esta Câmara, que se digne de submeter ao plenário o pedido que aqui formulo, de imediata convocação, para os esclarecimentos indispensáveis, dos srs. Carlos Lacerda e Oscar Pedroso Horta, respectivamente, governador do Estado da Guanabara e ministro da Justiça.

Requeiro, inclusive, sr. presidente, nas mesmas condições acima, isto é, ouvido o plenário, que a Câmara fique reunida permanentemente até

que a verdade dos fatos fique esclarecida, tal a ameaça que paira sobre o regime.

E, senhor presidente, em imediato ao requerimento que acabo de apresentar à mesa, através do qual solicitei, inclusive, a convocação do governador Carlos Lacerda, cumpre-me esclarecer que, para isso também requeiro seja submetida ao plenário a constituição da Comissão Geral, nos termos do regimento.

(a) Miguel Bahury."

O presidente Ranieri Mazzilli concede a palavra a José Maria Alkmin para encaminhar a votação dos requerimentos apresentados.

Alkmin justifica a providência tomada pelos líderes dos partidos que compõem o bloco da maioria.

"Quero, entretanto, deixar bem claro que, ao formularmos o requerimento, não pretendemos trazer aqui o sr. ministro da Justiça como réu de acusação não provada."

Deseja anunciar à Câmara as medidas de direito, que pretende tomar, de acordo com o regimento interno na Câmara e o texto constitucional, "porque esta Casa, sr. presidente, na sua totalidade, tem uma responsalidade perante a Nação, que é de ser, neste momento, pioneira em todas as providências que resguardam o regime, realmente ameaçado, tão graves as acusações ontem formuladas pelo governador do Estado da Guanabara".

Nestor Duarte, no exercício da liderança da maioria, encaminhando a votação, apresenta suas dúvidas, dizendo não possuir elementos para julgar da importância do motivo que leva a maioria a requerer a presença do ministro da Justiça. Ele precisa conhecer os dados indispensáveis a uma decisão. Mas ninguém os possuía na Casa.

O próprio líder da maioria, José Maria Alkmin, ao formular o requerimento e justificá-lo, o faz entre dúvidas e cheio de dúvidas: "Estamos no escuro, vamos por isso decidir no escuro. Se, entretanto, a convocação do sr. ministro da Justiça foi um meio ou um expediente para que a Câmara possa aclarar a situação e, por intermédio da sua palavra, chegar a uma decisão final, estou de acordo com o requerimento."

Mas frisa tratar-se de um requerimento "cheio de dúvidas e ignorando, sobretudo, sua motivação principal".

Almino Afonso, líder do PTB, procura refutar as dúvidas de Nestor Duarte, esclarecendo os fatos já noticiados:

"Os jornais inclusive, há cerca de dois dias, deram notícia de que o governador da Guanabara, em São Paulo, em contato com o governador Carvalho Pinto, e com outros próceres políticos, naquele Estado, dissera que fora convidado pelo sr. ministro da Justiça, interpretando, segundo ele, o pensamento do próprio governo, para participar de um movimento político tendente à supressão ou a modificações profundas no regime ora adotado entre nós. Reafirmou por inteiro essas acusações todas, ontem, por uma rede de rádio e televisão no Rio de Janeiro."

A solicitação das lideranças integradas no bloco da maioria, para convocar o ministro da Justiça, visava a obter "esclarecimentos que, lamentavelmente, não deu, quando das notas publicadas hoje pela imprensa. Não obstante acusações tão severas, limitou-se S. Exa. a formular defesa fraca e imprecisa. Tivesse, talvez, o sr. ministro da Justiça dito ao País que as acusações eram levianas, eram improcedentes e que, de modo algum, quaisquer dos fatos apontados poderiam merecer a mais leve suspeição de veracidade e talvez hoje, neste instante, não estivesse sendo necessária a votação deste requerimento. Todavia, o que se viu da leitura do documento a que me referi, foi, ainda, uma vez, a perplexidade. E diante de um fato concreto como é a acusação, não poderia a maioria nesta Casa, de modo algum, deixar de tomar a providência que tomou. Não se votará no escuro. Votar-se-á em virtude do dever de preservar as instituições democráticas. As acusações assim feitas têm que ser apuradas para que se tranqüilize a Nação e possamos todos, com nosso trabalho, resguardar as instituições, na certeza de que construímos o Brasil à base das garantias indispensáveis a que todos ergam o amanhã da Pátria sem nenhum prejuízo de todos os direitos que a Constituição preserva, guarda e assegura."

Fala o deputado padre Vidigal. Critica as recentes apresentações dos ministros de Estado respondendo, como querem, as perguntas que lhes são dirigidas deixando muitas delas sem respostas. Reitera que o plenário ignora o conteúdo das acusações do sr. Carlos Lacerda, a não ser o resumo publicado no *Diário de Notícias*. Faz menção ao texto, na parte em que o governador Carlos Lacerda especificou o que o sr. Pedroso Horta lhe afirmara haver sondado, com êxito, dois ministros militares, faltando um terceiro, cuja opinião desejava fosse obtida pelo próprio governador carioca. No mesmo jornal, o governador Carlos Lacerda afirmou, que, ao avistar-se com os ministros militares ouviu, da parte deles, a declaração de que ignoravam, completamente, o assunto que havia sido versado pelo sr. Pedroso Horta.

O deputado Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara, falou, invocando motivos mais profundos, razões muito mais sérias em abono não só da convocação do ministro da Justiça, mas, também, do início de um grande processo, "o processo em que o Congresso Nacional fixe as responsabilidades de todos aqueles que estão tentando, de um lado ou de outro, por um caminho ou por outro, por uma causa ou por outra, estrangular o regime democrático do Brasil".

Nessa série de fundamentos que considera mais sérios e mais profundos do que aqueles já apresentados, remonta ao 24 de agosto de 1954 e recorda que o ex-presidente Getúlio Vargas, no período final de seu governo, chegou à conclusão de que o desenvolvimento econômico, de que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores após a implantação do voto secreto,da legislação social da justiça dotrabalho,estavam dependendo de providências no sentido da modificação da estrutura econô-

mica do País, através da fundação das empresas estatais de caráter nacionalista. Cita a mensagem criando a Petrobrás, os estudos para a criação da Eletrobrás, transformada em lei há quatro meses, mas até o momento não executada, porque o presidente da República não havia baixado os respectivos atos constitutivos, não mandou levantar a realidade efetiva dos capitais estrangeiros no Brasil e promover a limitação da remessa de lucros para o Exterior, a providência mais séria e mais eficiente no sentido de garantir a evolução econômica no País.

Relembra a conjugação de forças, após aquelas providências, que levaram ao suicídio o presidente Vargas e prossegue:

"São estas forças que, desorientadas e desorganizadas naquele momento, devido à grande reação do presidente, através do próprio sacrifício que, agora, se reorganizam quando vêem o Congresso Nacional colocar na ordem do dia a lei antitruste; quando vêem o Congresso Nacional formar comissão especial e elaborar o projeto de reforma agrária; quando vêem o Congresso Nacional discutir a limitação da remessa de lucros para o Exterior, como providência em favor dos interesses nacionais e contra os interesses estrangeiros estabelecidos no Brasil.

Não, sr. presidente, não podemos deixar de ver claro. Não podemos deixar de ir ao âmago da questão. É preciso observarmos que, após a queda do presidente Getúlio, o governo que o sucedeu, embora não tenha destruído aquelas empresas como a Petrobrás e outras organizadas por S. Exa. para garantir o desenvolvimento autônomo da economia nacional, favoreceu,direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, o progresso cada vez maior do capital estrangeiro, de domínio dos trustes internacionais na economia brasileira. Isto é que vai influindo agora, como temos denunciado, na política brasileira, no sentido de manter o País atado, amarrado cada vez mais a essas forças estranhas.

Ocorreu neste intervalo, na América Latina, a chamada revolução cubana. Adotou ela as teses que defendiam nesta Casa o Partido Trabalhista, as forças mais progressistas, sem distinção de comunismo ou de anticomunismo – pois temos visto aqui o próprio Partido Integralista, ou o ex-Partido Integralista, chefiado pelo nobre deputado Plínio Salgado, ao nosso lado, na defesa desses pontos de vista visando ao desenvolvimento econômico autônomo do povo brasileiro.

Pois bem sr. presidente, desejo que estas coisas fiquem fixadas para que não se deixem de considerar, através do processo que agora se inicia, a influência de todas essas forças que procuram atuar no sentido de impedir que o Congresso Nacional vote os instrumentos legais que haverão de trazer-nos tranqüilidade e fortalecer o Brasil. Jamais poderemos deixar de admitir a relação entre desenvolvimento econômico, entre nível de vida e regime democrático. Por isso temos defendido aqui a evolução pacífica através do regime democrático, pela votação de todos esses instrumentos legais. Mas é preciso que esses elementos da reação fiquem avisados de que uma vez provocada a impossibilidade, em decorrência da

sua intervenção subterrânea, de pacífica e democraticamente, evoluir o povo brasileiro para a conquista de mais altos padrões de vida, esse objetivo será conseguido pela força."

Volta a falar o deputado Miguel Bahury, esclarecendo a sua intenção ao apresentar seu requerimento:

"Tenho a impressão de que a Casa se perde em divagações porque não é esta a oportunidade para serem feitas acusações a quem quer que seja. Nós nos constituiremos, segundo se pretende, num tribunal, e não há tribunal que possa prejulgar. Antes de tudo, devemos ouvir as partes para depois exarar a nossa decisão."

O deputado Milton Reis declara chegada a hora das atitudes firmes. Sente-se que, de fato, atentam contra o regime democrático. Não se sabe se é um balão que estão soltando para aferir a vitalidade do Poder Legislativo. Prossegue lembrando que a nossa Constituição termina, expressamente, que atentado contra o regime é crime de responsabilidade. No caso, ou do presidente da República ou do governador da Guanabara. Por isso cabe à Câmara comandar os acontecimentos. Se não o fizer, se permitir o curso dos boatos, o povo se acostumará à idéia do golpe que vai ser desferido. Há crime de responsabilidade, dentro do qual terá que ser enquadrado ou o presidente da República, se pretende, através do seu ministro da Justiça, dar o golpe; ou o governador da Guanabara, que chefiando outra corrente da opinião pública queira, de fato, atentar contra a ordem constituída.

O requerimento é aprovado, informando o presidente Ranieri Mazzilli que vai convocar o ministro da Justiça para que compareça urgentemente.

O presidente levanta a sessão, anunciando a ordem do dia da sessão ordinária, daquele mesmo dia 25, às 14 horas. À hora aprazada, comparecem 35 deputados, que se reúnem sob a presidência de Sérgio Magalhães.

Pouco depois das 15 horas, quando já estavam no grande expediente, encontrava-se na tribuna o deputado Gabriel Rezende, homenageando o Duque de Caxias. Fortes rumores no recinto. O presidente em exercício, deputado Sérgio Magalhães, chama a atenção de seus pares. Um grupo de deputados se aglomera no centro do plenário, em torno do deputado Dirceu Cardoso. Pouco depois o deputado Mendes Gonçalves pede consentimento ao orador e sugere ao presidente que dê a palavra ao segundo orador inscrito, que precisava ler, da tribuna, um documento da maior importância para os destinos do regime e da Nação.

Dada a palavra, o sr. Dirceu Cardoso, representante pessedista, lê o documento assinado pelo presidente da República, apresentando sua renúncia.

"Nesta data, e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República.

Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido, dia e noite, trabalhando, infatigavelmente, sem prevenções, sem rancores. Mas, baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho da sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilita o progresso efetivo é a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do Exterior.

Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantaram-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranqüilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo, que não manteria a própria paz pública. Encerra, assim, o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do País, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento, um apelo. O agradecimento é aos companheiros, que comigo lutaram e me sustentaram, dentro e fora do governo e de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos instantes, proclamo, nesta oportunidade.

O apelo, é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos, de todos para cada um.

Somente, assim, seremos dignos deste país e do mundo.

Somente, assim, seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã.

Retorno, agora, a meu trabalho de advogado e professor.

Trabalhemos todos. Há muita forma de servir nossa pátria.

Brasília, 25-8-61
(a) Jânio Quadros."

E fala o deputado Osmar Cunha:

"Que assuma Ranieri Mazzilli, imediatamente, o governo, de acordo com a Constituição da República, para que se mantenha a legalidade neste país, para que se mantenha a ordem e para que não venha o golpe contra esta nação.

Vamos levar ao Palácio Ranieri Mazzilli para que assuma, na forma da Constituição da República, o governo do Brasil."

A essas palavras segue-se grande tumulto no plenário. A notícia da renúncia agitara os deputados.

Último de Carvalho acha que Jânio Quadros fez o que devia fazer. Nestor Duarte considera o ato do presidente uma calamidade, um temporal. E faz um apelo a seus colegas para que se mantenham em calma, pois é grave a crise para as instituições e o regime. E acrescenta: "Que a

Câmara e o Senado se reúnam e, quanto possível, rejeitem essa renúncia."

Almino Afonso, com a palavra diz:

"É estranha a manifestação que se ouve através do documento ainda há pouco lido pelo deputado Dirceu Cardoso. Ainda ontem – diria melhor – ainda na madrugada de hoje, reunidos os deputados na Câmara, para tomar conhecimento das graves acusações que eram feitas pelo governador da Guanabara, tínhamos a informação do sr. ministro da Guerra, o marechal Odílio Denys, de que a vida nacional corria tranqüila, de que todo o País repousava na ordem, na disciplina, no acatamento da lei. Nada, sr. presidente, desde esta informação até agora, contesta a notícia dada à Câmara pelo sr. ministro da Guerra.

* * *

Eu me indago então, sr. presidente: que estranha dualidade é esta? Que forças tão poderosas são estas que derrubam um presidente da República, quando as Forças Armadas, por inteiro, na declaração do próprio presidente da República, no seu documento de renúncia, estariam unânimes, firmes na manutenção da ordem, na defesa do regime democrático?

Nada sr. presidente neste instante permite, sob pena de nos considerarmos ingênuos, de aceitar que o documento corresponda à verdade dos fatos.

* * *

O sr. Jânio Quadros entendeu que não tem possibilidades de comandar. Renunciou. A renúncia está aceita."

Gustavo Capanema pede um aparte para esclarecer uma questão jurídica:

"A renúncia é, por definição, ato unilateral, irretratável. A renúncia, portanto, não está aceita. A renúncia é um acontecimento histórico. Não temos competência constitucional para aceitá-la, para recusá-la, para aplaudi-la, para tomar qualquer pronunciamento em face dela. A única coisa que nos cabe é tomar conhecimento do acontecimento que foi a renúncia, ato unilateral e irretratável, repito, do sr. presidente da República."

A sessão é encerrada com o final do discurso do deputado Almino Afonso e, o presidente convocando os srs. deputados para uma sessão extraordinária, às 21h30.

O senador Auro de Moura Andrade, no dia 25, não foi assistir às cerimônias do Dia do Soldado. Aproveitou para ir cedo para seu gabinete, no Senado, despachar alguns papéis, pois planejava deixar Brasília em seu avião particular, rumo a São Paulo, logo depois do almoço. Por isso fez uma refeição ali mesmo, no Senado.

Estava em seu gabinete, quando entrou o ministro Pedroso Horta, seguido por várias pessoas. Moura Andrade, que desconhecia o que se passara, pensa que o ministro da Justiça ali estivesse, para fazer hora, a fim de depor na Câmara dos Deputados, sobre as acusações de Carlos Lacerda. Foi com grande surpresa que ouviu de Pedroso Horta que ele era portador de uma mensagem da maior importância, mensagem que viria mudar o curso da História do Brasil. Por isso precisava falar-lhe a sós. Ante essa informação, o presidente do Senado não evacuou o recinto, como queria o ministro da Justiça. Achou mais avisado manter a presença de testemunhas. Foi então, que tomou conhecimento da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Pedroso Horta mostrava-se muito apressado e nervoso. Pediu mesmo ao presidente do Senado que o dispensasse, logo que possível, pois pretendia tomar, dentro de minutos, um avião para São Paulo.

Seguiu-se um diálogo entre os dois.

Moura Andrade perguntou a Pedroso Horta se o presidente tinha plena consciência da sua resolução; se pesara bem a sua responsabilidade, dado que a renúncia, por certo, abriria uma crise sem precedentes no País; e outras perguntas, mais ou menos no mesmo gênero. Todas foram respondidas afirmativamente pelo ministro, sem tergiversação. Na última, porém, a firmeza com que Pedroso Horta vinha-se portando, sofreu ligeiro colapso. Moura Andrade indagou se o presidente sabia que o seu ato era irreversível. Embora bastante tenso, o ministro respondeu: "V. Exa. como o dr. Jânio Quadros e eu somos advogados."

Auro de Moura Andrade disse que, em seguida, iria levar a carta ao conhecimento do Congresso, em sessão conjunta das duas Casas. E notou que o ministro da Justiça demonstrava certa surpresa, em sua fisionomia. Mas nada revelou. "Este é o meu último ato como ministro", e retirou-se, acompanhado por várias pessoas que haviam assistido aquela cena.

O presidente Moura Andrade observou que os presentes tinham à mão um papel mimeografado. Era a cópia da renúncia que Pedroso Horta vinha distribuindo entre congressistas e repórteres, desde que chegara ao Senado.

Moura Andrade, então, telefonou para o aeroporto de Brasília, para que fosse anunciado, pelos alto-falantes, que era solicitada a presença de todos os congressistas que ali se encontrassem para uma reunião de caráter urgentíssimo, no Congresso Nacional. Isto porque, sendo uma sexta-feira, meio-feriado, cerca de 2/3 do Congresso, normalmente deixava Brasília, rumo a seus Estados. Logo em seguida, às 15h40, Moura Andrade assume a presidência do Senado e interrompe o orador da tribuna, senador Nogueira da Gama, para fazer a comunicação.

Suspensa a sessão, as ocorrências se transferem para o gabinete do presidente, onde se concentrou um número inusitado de senadores e deputados. Em meio a essa reunião, sigilosa, chegou uma mensagem do ministro

Afonso Arinos, trazida por dois diplomatas, vazada nos seguintes termos:

"Os ministros militares não podem tomar conhecimento do documento de renúncia, antes do Congresso Nacional, e, o Congresso Nacional por sua grande maioria, é concitado a recusar a renúncia, sem o que será o caos, a guerra civil."

Às 15h49, o presidente do Senado, sr. Moura Andrade, havia suspenso à sessão e, convocado uma extraordinária, para as 16h45, sessão essa do Congresso Nacional.

Assim, às 16h55, o sr. Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, abriu a sessão extraordinária do Congresso Nacional, que durou apenas dez minutos, tempo suficiente à leitura do documento de renúncia do sr. Jânio Quadros e para um convite aos parlamentares, no sentido de comparecerem ao Palácio da Alvorada, para assistir à posse do sr. Ranieri Mazzilli, na Presidência da República, em face da ausência do sr. João Goulart.

Como era de se esperar, foi grande a repercussão do ato do presidente Jânio Quadros.

Tropas começaram a se movimentar às 18 horas, ocupando toda a Esplanada dos Ministérios, sendo que o edifício-sede do Ministério da Guerra foi, totalmente, cercado por tanques do Exército, colocados em posições estratégicas. Também foram guarnecidos os Palácios da Alvorada e do Planalto.

Quanto aos edifícios da Câmara dos Deputados e Senado, não havia tropas à sua volta. O ministro da Guerra, Odílio Denys, determinou rigorosa prontidão das Forças Armadas em todo o País.

Os ministros Catete Pinheiro, da Saúde; Romero Cabral, da Agricultura; e João Agripino, de Minas e Energia, apresentaram, imediatamente, seu pedido de demissão. Também pediram demissão os ministros do Trabalho e Educação, respectivamente, srs. Castro Neves e Brígido Tinoco. O último estava no Rio, ao tomar conhecimento da renúncia do sr. Jânio Quadros.

* * *

O presidente da Câmara dos Deputados, na manhã do dia 25, teve uma conversa com o líder da maioria, deputado José Maria Alkmin. Tinha sido informado pelo sr. Ernâni do Amaral Peixoto, presidente do PSD, no momento no Rio de Janeiro, que estariam se processando fatos anormais na política e, que seria de toda conveniência ficarem muito atentos. Aquela troca de impressões entre os dois deputados, deveria se prolongar durante a sessão matutina da Câmara, que ia discutir o requerimento de convocação do ministro da Justiça. E só foi interrompida porque Ranieri Mazzilli desejava comparecer à solenidade que o presidente da República presidiria, em comemoração ao Dia do Soldado. Por isso, dirigiu-se para a área dos Ministérios. Lá encontrou alguns deputados comentando

os acontecimentos da véspera. Estavam apreensivos. Não eram muitos, pois a maioria se encontrava concentrada na Câmara, para o andamento dos trabalhos, quanto à convocação do ministro da Justiça para depor. Mazzilli, na solenidade, esteve com o ministro Pedroso Horta e conversou com ele. Sentiu-o bastante inquieto. O ministro da Justiça falou-lhe sobre a sessão que estava-se realizando na Câmara e disse que os fatos seriam logo esclarecidos de modo definitivo.

De volta à Câmara, Ranieri Mazzilli assumiu a presidência dos trabalhos e chamou o deputado Alkmin, que se encontrava no plenário, dizendo-lhe que havia observado aquela inquietação e que deveriam acompanhar os acontecimentos com muita preocupação de identificar as origens, as causas do mal-estar. Ao que Alkmin lhe respondeu: "Nós vamos ter que enfrentar mar grosso."

Pouco depois, Mazzilli foi avisado por um funcionário do gabinete da presidência da Câmara, que havia um coronel que lhe desejava falar naquele momento. Isto por volta de 11horas, 11h30 da manhã. O oficial pedia licença para chegar até à mesa para que o presidente não se deslocasse, não causando qualquer desconfiança. Autorizado, o coronel disse a Mazzilli que os ministros militares o convidavam a comparecer a uma reunião, que se estava processando no gabinete do ministro da Guerra. O motivo era uma comunicação muito grave. E os ministros esperavam que ele lhes prestasse essa gentileza, pois era indispensável a presença do presidente da Câmara. Eles, no momento, não poderiam se ausentar do Ministério sem causar desconfiança, por isso apelavam para Mazzilli. Este respondeu ao oficial que iria. O coronel informou que o ficaria aguardando, à saída, pois seguiria à frente, a fim de facilitar-lhe o caminho.

Mazzilli conseguiu livrar-se do oficial por uns instantes, tempo suficiente para entender-se com o deputado Alkmin. Era preciso que ele soubesse que a situação estava mudando bruscamente, já na área militar, pois ele estava sendo convocado pelos ministros militares. Naquele momento Mazzilli tinha em mente a ausência do vice-presidente da República, por isso se preocupava mais. Na conversa que teve com Alkmin, na mesa da presidência da Câmara, dissera-lhe: "Eu preciso que você me siga. Vá noutro carro, atrás do meu, pois quero verificar, realmente, para onde estou sendo encaminhado. Depois você segue para a minha residência, onde deverá aguardar a minha chegada. Se o tempo de espera lhe parecer desarrazoado, de modo que julgue necessário tomar qualquer providência, fique sabendo que fui convocado para ir ao gabinete do ministro da Guerra e, estarei lá conferenciando com ele."

Quando Ranieri Mazzilli chegou ao gabinete do marechal Denys lá encontrou os três ministros militares. Receberam-no com muita cortesia. E, logo, tomou a palavra o ministro da Guerra. O presidente da Câmara fora chamado para uma conversa de homens com responsabilidade, cada vez, mais grave, naquele momento. Os ministros haviam sido informados pelo presidente Jânio Quadros, que este entregaria um documento —

a renúncia – ao Congresso, por intermédio do ministro da Justiça. E mais – que esse documento já havia sido encaminhado. Desse modo, mais tarde, deveria ocorrer a substituição, a sucessão ao presidente da República. A surpresa de Ranieri Mazzilli ainda foi maior quando os ministros lhe declararam que o fato do vice-presidente estar ausente do País, era, realmente, muito favorável, para que não houvesse as dificuldades que, com a presença dele, estariam fatalmente criadas para o dispositivo da sucessão.

Quando o presidente da Câmara perguntou-lhe qual o motivo da renúncia, os três se entreolharam, houve uma pequena pausa, um pouco embaraçosa, e o marechal Denys respondeu com firmeza: "Temperamento."

Mazzilli declarou, então, que cumpriria o dever constitucional de substituir, eventualmente, o presidente da República. Mencionou o fato de haver grandes apreensões nas áreas políticas, desde a véspera. Se os ministros poderiam dar-lhe alguma informação sobre a situação política geral e quanto à segurança nacional, Mazzilli teria, necessariamente, de conversar com as lideranças partidárias – Governo e Oposição – e precisava levar-lhes uma informação segura sobre a situação do País. Precisava estar bem informado, inclusive quanto à ordem pública, pois era provável que a Nação recebesse com grande emoção a notícia da renúncia do presidente Jânio Quadros.

O marechal Denys tranqüilizou-o, afirmando que tinham informações de que reinava absoluta tranqüilidade em todo o território nacional. Tinham acionado os dispositivos de segurança para a perfeita manutenção da ordem.

A conversa se ampliou e, já então, falava o ministro Sílvio Heck. Este informou que os ministros militares haviam insistido com o presidente Jânio Quadros para que não renunciasse. Que haviam mesmo perguntado ao presidente, o que seria necessário para evitar aquele gesto, pois ele teria todo o apoio dos militares, para não deixar o governo, naquele momento. Heck informou que o presidente da República, obstinadamente, declarara tratar-se de uma decisão irrevogável, irretratável. Assim, deixava o governo nas mãos deles, militares. Foi só então que Ranieri Mazzilli ficou sabendo que havia um documento de renúncia do presidente Jânio Quadros e que esse documento já estava sendo encaminhado ao Congresso Nacional pelo ministro da Justiça.

O presidente Mazzilli voltou à sua casa, onde o aguardava José Maria Alkmin. Fez-lhe o relato do encontro, frisando a questão da ausência do vice-presidente da República estar facilitando a sucessão presidencial. Precisava conversar com os líderes e para isso solicitava que Alkmin os convocasse para um encontro imediato. O líder da maioria saiu prontamente para desincumbir-se de sua missão.

Voltou à Câmara e lá teve entendimento com várias lideranças. Foi avisado, pelo deputado José Bonifácio, que deveria dirigir-se ao gabinete

do senador Moura Andrade, pois este já estaria de posse do documento de renúncia. O presidente do Senado informou-lhe que a renúncia seria, prontamente, submetida ao conhecimento da Casa, pois estava convocando o Congresso para esse fim.

O presidente da Câmara permaneceu em seu gabinete. As sessões conjuntas se realizam no plenário da Câmara dos Deputados, por isso ele teve ocasião de ouvir, pelos alto-falantes, o presidente do Senado, senador Moura Andrade, declarar a vacância do cargo de presidente da República, tendo em vista o documento que acabara de ser lido. E encerrou a sessão, convocando os congressistas para a posse do novo presidente.

A CRISE
INSTITUCIONAL

CAPÍTULO XVIII

A renúncia de Jânio expunha, a céu aberto, a crise institucional brasileira. Basta observar que no período presidencial que aquele governante deveria preencher, entre 1961 e 1965, tivemos três presidentes: o primeiro (Jânio Quadros) eleito por sufrágio direto, renunciou; o segundo (João Goulart), depois de enfrentar a árdua batalha da posse, foi deposto; o terceiro (Humberto Castelo Branco) levado à Presidência por um processo revolucionário. A seqüência de substituições irregulares evidencia a crise política dentro da qual se desenvolveram as crises militar e sócio-econômica.

Os mais ativos participantes das conspirações que levaram a março de 64 assinalam a novembrada de 55 como o ponto de partida para aquele movimento. A intervenção dos militares, primeiro contra Vargas e, depois, nos impedimentos dos presidentes João Café Filho e Carlos C. da Luz, deveria, na opinião desses revolucionários, ter-se feito de maneira definitiva. Não atuando dessa forma, sua intervenção foi cerceada nos governos subseqüentes, como ocorreu no impedimento da posse do presidente Goulart, em setembro de 1961. Conseqüentemente, tiveram de deflagrar o levante militar de 31 de março de 1964.

Na verdade, o movimento de março não se restringiu a um levante militar. Este se motivou na agitação das massas em torno de um programa de reformas socializantes que infundia o temor da comunização. Porque as reformas não eram a solução para a crise, apenas a maneira de as conduzir e o sentido que teriam provocou a reação.

Se a crise militar pode ser assinalada em seu início e acompanhada em seu desenvolvimento, nem por isso deixa de ser, também, um sintoma denunciando causas mais profundas. Se nas economias capitalistas dos países onde existem sociedades que hajam tomado plena consciência de seus problemas é possível conceber uma política de desenvolvimento nos moldes clássicos, os países que não reúnem tais condições têm de buscar outras formas de progresso material. É inevitável, neles, que a política econômica sofra a pressão dos grupos diretamente interessados na defesa de vantagens particulares.

Até 1929 a economia brasileira dependia quase exclusivamente do café. O estímulo dos preços altos desenvolveu a maior cultura agrícola em extensão, no mundo inteiro. Mas as grandes plantações de café feitas no período de 27-29, ao bafejo dessa política, entraram em produção a partir de 31, exatamente quando os preços do produto foram reduzidos de dois terços no mercado mundial. Diante de uma superprodução que não encontrava compradores, o Brasil, obrigado a reduzir suas exportações, teve de enfrentar uma crise interna com a estocagem e o financiamento de sua principal mercadoria.

Comprando café em proporção que chegou a ser superior a 10% do Produto Nacional Bruto, o governo inflacionou a renda monetária e depreciou nossa moeda no Exterior. A política de favores ao setor beneficiou aos cafeicultores e fez crescer os preços relativos das mercadorias importadas. Criaram-se condições extremamente favoráveis à produção interna. Enquanto declinavam os lucros no setor cafeeiro, desenvolvia-se a industrialização à base da substituição de importações. Os recursos financeiros e a capacidade empresarial foram-se transferindo do tradicional setor exportador, principalmente o café, para a indústria que tinha o mercado interno assegurado pelo protecionismo alfandegário.

Tomando em conta o período entre 1929 e 1937, encontramos um declínio de 23% nas importações, enquanto cresceu a produção industrial em 50%.

No após-guerra, assoberbado com vultosos estoques de café armazenados, o governo procurou manter a paridade do cruzeiro, que havia prevalecido durante o conflito, apesar do desnível que se apresentava com os preços mais elevados no Brasil do que nos Estados Unidos. Em conseqüência, subiram as importações, consumindo as reservas de divisas, acumuladas durante a guerra. A dívida comercial começou a se elevar.

Foi introduzido um sistema de controle, com a proibição da importação de similares aos produtos fabricados no País, dando-se prioridade às importações de matérias-primas e equipamentos. Os investimentos industriais apresentaram alta taxa de rentabilidade.

Essa industrialização de tipo substitutivo, apoiando-se em um mercado previamente criado pela economia de exportação, cresceu rapidamente, preenchendo o vazio criado por uma suspensão de importações, enquanto não se manteve o nível da demanda. As dificuldades à importa-

ção de artigos não essenciais fez com que a produção, nesses setores, se tornasse a mais atrativa. As facilidades para a importação de equipamentos sobrecapitalizaram e sobremecanizaram as indústrias.

As repercussões na estrutura social do País e nas instituições em que se apoiava o sistema tradicional do poder iam logo se fazer sentir.

"A emergência de uma sociedade de massas, abrindo o caminho do populismo, quando ainda não se haviam formado novos grupos dirigentes capacitados para definir um projeto de desenvolvimento nacional, em contraposição à ideologia tradicional, constitui a característica básica do processo histórico brasileiro, na fase da industrialização."

O processo de industrialização se fez sem antagonismo com os grupos ligados à agricultura. Em muitas regiões os industriais e os fazendeiros tinham interesses comuns. Isso contribuiu para que não se estabelecessem, desde logo, lideranças industriais com projeção política. Conseqüentemente, as Constituições de 34 e 46 mantiveram a formação do Senado, com igualdade de representação para todos os Estados. A representação proporcional, na Câmara dos Deputados, assegurava uma representação majoritária às velhas oligarquias, dominantes em vastas regiões. Assim, o sistema federativo contribuía para manter a influência, decisiva, das pequenas unidades e das regiões mais atrasadas.

As modificações na estrutura social, com a industrialização e a urbanização, estabeleciam um predomínio do eleitorado urbano nos centros mais desenvolvidos. Essa situação criava importância, na escolha do presidente e do vice-presidente da República. Estabelecia uma das razões de atrito entre o Poder Executivo, representando essa nova influência e o Poder Legislativo, onde as velhas oligarquias dominavam o Congresso.

* * *

A origem política do 31 de março decorre da crise institucional, já delineada desde os primeiros anos de vigência da Constituição de 46. Essa crise tem, como traço fundamental, a separação cada vez maior entre a Nação e sua representação, gerando os episódios dramáticos que assinalam os últimos anos, sobretudo a partir de 54. As crises de poder sucedem-se, nos 20 anos decorridos entre 29 de outubro de 45 (deposição de Vargas) e 31 de março de 64 (deposição de Jango). Nesse interregno registraram-se: os impedimentos de Café Filho e Carlos Luz, em 55; a renúncia de Jânio, em 61; a batalha da posse de Jango; a adoção do Parlamentarismo; o plebiscito Presidencialista. Os últimos acontecimentos do governo Jango confirmaram a permanência da crise.

Nesse espaço de tempo, apenas dois presidentes concluíram seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek. Ambos, porém, encerraram seus governos, com derrotas políticas e eleitorais.

O situacionismo passou a perder as eleições quase sistematicamente, tanto no cenário federal como no estadual. A máquina político-

administrativa mostrava-se incapaz de governar com eficiência, desgastando quaisquer dirigentes.

Em uma análise sobre a crise institucional dos últimos 30 anos, Newton Rodrigues demonstrou que o processo de industrialização e urbanização, o ingresso acelerado e não ordenado de grandes massas no processo político e a rigidez do sistema foram, ao longo do tempo, acentuando as fissuras institucionais. O regime, com a falta de representatividade, perdera a capacidade de autocorrigir-se, essencial nos regimes realmente democráticos. As eleições passaram a ser antes um elemento de protesto do que afirmações políticas de natureza positiva, desde que se mostravam insuficientes para a organização do poder.

ÍNDICE

Jânio Quadros

19º Presidente do Brasil 1961